

JOCENIR DE OLIVEIRA SILVA

Processos de Inclusão Social Ilusórios: Um novo olhar frente à diversidade no
contexto educacional

Porto Alegre,
2009

JOCENIR DE OLIVEIRA SILVA

Processos de Inclusão Social Ilusórios: Um novo olhar frente à diversidade no
contexto educacional

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço
Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do
Sul - PUCRS. Orientadora: Prof^a. Dra. Patrícia Krieger
Grossi.

Porto Alegre,
2009.

Dedico este trabalho aos meus pais Antonio e Terezinha e aos meus irmãos Cedenir, Celoir, Renê e Fernanda, pelo apoio incondicional em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que oportunizou uma bolsa de estudos, concretizando a oportunidade de fazer o Mestrado em Serviço Social.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS , que oportunizou a realização do Mestrado em um dos melhores programas de pós-graduação do Brasil.

Agradeço à querida orientadora Patrícia, que com muita ternura e competência teórica e prática em pesquisa foi luz para a concretização deste trabalho. Aos colegas do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Violência – NEPEVI, pelo apoio, afetividade e acolhida demonstrado durante o processo de pesquisa.

Agradeço à colega e amiga Marisa, pelas muitas reflexões que proporcionou pela generosidade afetividade e companheirismo, para além da acolhida em tantos momentos na sua residência.

Agradeço à amiga Gisele com a qual dividimos tantos ideais em muitas prosas tecidas em seu acolhedor recanto.

Agradeço aos Professores Berenice, Jane, Leonia, Gleny, Belinha, Ana, Jussara da Pós-Graduação, que, com muita competência, compartilham do seu saber.

Agradeço às amigas e colegas, Ângela e Márcia, com as quais tive o prazer de conviver em tantos momentos, e especialmente dividir o café semanal na rodoviária.

Agradeço aos meus amigos e familiares que abriram mão da convivência em muitos momentos, apoiando e incentivando para a concretização deste sonho.

Agradeço a todos, sem citar nomes que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho. Muito Obrigado!

'Deficiente' é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive sem ter consciência de que é dono do seu destino.

'Louco' é quem não procura ser feliz com o que possui.

'Cego' é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria, e só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

'Surdo' é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

'Mudo' é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

'Paralítico' é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

'Diabético' é quem não consegue ser doce.

'Anão' é quem não sabe deixar o amor crescer. E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:

'Miseráveis' são todos que não conseguem falar com Deus.

Mario Quintana (30/07/1906 - 05/05/1994).

RESUMO

O movimento que visa a inclusão social das Pessoas Com Deficiência, teve como fator determinante o reconhecimento de que somos todos constituídos de características naturalmente diferentes. Desse modo propomos processo de pesquisa, buscando, investigar de que maneira as Políticas vem contribuindo para o processo da Inclusão Social das Pessoas Com Deficiência objetivando subsidiar iniciativas que possibilitem o fortalecimento das ações Inclusivas. Também buscamos verificar as estratégias utilizadas para Incluir as Pessoas com Deficiência, buscando fortalecer o processo de Inclusão. Neste caso, para desvendarmos como vem sendo conduzidos os Processos Educacionais Inclusivos, realizamos pesquisa qualitativa, indo a campo na Rede Educacional de Carazinho RS, abordando gestores, professores família e usuários. Utilizamos as Categorias, Totalidade, Historicidade e Contradição, que constituem o Método Dialético Crítico, numa perspectiva de entender, explicar e potencializar a realidade que compreende a Educação Inclusiva no espaço pesquisado. Os resultados apontam para a necessidade de um aprimoramento da rede de atendimento, onde saúde educação e assistência social fortaleçam a inclusão das Pessoas Com Deficiência. O campo da Inclusão fundamenta-se na concepção das diferenças. Sejam pessoas com deficiência, ou qualquer pessoa que por algum motivo encontra-se segregada dos espaços que lhes são de direito. É preciso também que todos sejam educados para conceber o diferente, livre de qualquer possibilidade de exclusão, ao contrário, estaremos cultivando o preconceito arraigado das experiências do passado.

Palavras Chaves - Políticas Sociais; Inclusão Social; Pessoas Com Deficiência;

ABSTRACT

The movement that aims the social inclusion of people with deficiencies has as a major determinant factor the acknowledgment that we all are constituted by naturally different characteristics. Thus, we seek to investigate the way policies are contributing for the social inclusion of people with deficiencies aiming to subsidize initiatives that make possible the strengthening of inclusive actions in the educational context. We also seek to verify the strategies used to include people with deficiencies in the perspective of strengthening the process of inclusion. In this case, to unveil the way the inclusive educational processes have been taken place, we have done a qualitative research, going to the field, in the educational network of Carazinho, RS, interviewing administrators, teachers, and professionals from the support network, family and students. It was used the categories totality, historicity and contradiction in the perspective of understanding and explaining the reality concerning the inclusive education in the space of research. The results point out to the need of an improvement of the network of services where health, education and social welfare strengthen the inclusion of people with deficiencies. The field of inclusion is based on the conception of differences. It is needed that everybody be educated to conceive the different, free from any possibility of exclusion; otherwise, we will be cultivating the prejudice inherited from the experiences of the past.

Keywords – Social Policies; Social Inclusion; People with Deficiencies

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Lista de Participantes da Pesquisa.....	96
Quadro 02: As percepções dos entrevistados quanto aos limites e possibilidades na inclusão das pessoas com deficiência.....	124

Lista de Siglas

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CF – Constituição Federal

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

HTDA - Hiperativos e Transtorno Déficit de Atenção

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NEPEVI – Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Violência

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: RESGATANDO OS PROCESSOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	17
2.1 Os Pressupostos Históricos da Educação.....	17
2.2 A dimensão das Políticas de atendimento às Pessoas com Deficiência e o desafio da Inclusão.....	30
2.3 O Processo de Inclusão das Pessoas Com Deficiências Frente às Novas Configurações Educacionais.....	44
2.4 As Influências da História Social da Infância e da Família no atendimento às Pessoas Com Deficiências.....	54
2.4.1 Família nas Relações Sociais.....	60
2.5 Educação Inclusiva e o Neoliberalismo: o desafio da sociedade contemporânea.....	64
2.6 Espaços de Convivência Regulada: A Inclusão pela Exclusão.....	77
2.7 Direitos Humanos e Educação: caminhos trilhados para efetivação da cidadania.....	82
3 O PERCURSO METODOLÓGICO.....	91
3.1 A Pesquisa Qualitativa.....	94
3.2 Participantes da Pesquisa.....	96
3.3 Entrevista.....	98
3.4 Observação Direta ou Participante.....	99
3.5 Análise e Interpretação dos dados.....	100
3.6 Aspectos Éticos.....	103
4 PROCESSO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CARAZINHO: CAMINHOS E DESCAMINHOS.....	104
4.1 A Inclusão: Um projeto ainda em construção.....	104
4.2 A Necessidade de Qualificar o Processo de Avaliação.....	120
4.3 Algumas percepções dos participantes da pesquisa.....	124
4.4 O Bullying: Um limitador da Inclusão.....	126
4.5 A expressão do desconhecido: O preconceito.....	136
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS.....	148
APÊNDICES.....	156
Apêndice A – Formulários de Entrevistas.....	157
Apêndice B - Termo de Consentimento.....	165
Apêndice C - Carta de autorização.....	174
Apêndice D - Roteiro de Observação e Diário de campo.....	176
ANEXOS.....	183
Anexo A - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.....	184

1 INTRODUÇÃO

As Políticas de atendimento às pessoas com deficiência constituem-se como processos delineados na história da educação. Há aproximadamente cinco décadas que as idéias integradoras, fundamentadas no pensamento da não-segregação das pessoas com deficiência no ambiente escolar, vêm inspirando uma série de propostas e ações em vários países do mundo.

Esta proposta inicial da integração escolar evoluiu para a concepção de inclusão escolar, embora esta proposição não tenha ganho unanimidade na comunidade acadêmica internacional imediatamente, bem como no sistema educacional brasileiro. O conceito diferenciado na proposta de inclusão de uma ação mais efetiva do sistema educacional como um todo, vem no sentido de garantir a inclusão do aluno com deficiência na escola regular.

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil vem tentando garantir o acesso à educação para todos os cidadãos. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96, trouxe a proposta da inclusão escolar preferencial de alunos com deficiência. Como observamos no Art. 4º III, da LDB. “Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. A partir daí outras Políticas importantes foram garantidas, defendendo o avanço do sistema educacional para a Inclusão, como por exemplo a Resolução nº 2 que estabelece como obrigatória a matrícula dos alunos com deficiência nas escolas regulares e o Parecer 441 CED-RS, e as Resoluções 056 e 267 de 2002 e 2006, que estabelecem as diretrizes a serem seguidas no Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo a UNESCO, estamos vivendo o século da diversidade, logo todas as ações devem ser voltadas para a inclusão de todos os sujeitos. Dados da OMS, apontam que 14,5% da população mundial apresenta alguma Deficiência Orgânica. Desse modo é extremamente importante que todas as profissões estejam aptas a potencializar a inclusão social de todos os sujeitos. A Inclusão não pode ser restrita às escolas, aonde até meados desta década alunos com deficiência eram segregados, a educação inclusiva deve ser vista como parte necessária e importante para a inclusão social. Assim não são apenas os profissionais ligados diretamente as escolas que devem estar se qualificando para atender as necessidades das pessoas com deficiência e sim todos os profissionais. O Serviço Social, que tem como principio lutar pela garantia de direitos, da liberdade, da equidade, não pode ficar a margem deste processo. Logo, é cada vez maior a inserção destes profissionais em espaços que buscam garantir os direitos sociais às pessoas com deficiência, e é neste processo que visa garantir construir uma sociedade inclusiva, que emerge este trabalho.

Na monografia¹ apresentada para obtenção do título de Assistente Social em 2004, apresentamos uma pesquisa onde tínhamos como tema principal, os encaminhamentos de alunos da escola regular para a escola especial. Em nossas observações verificamos alunos hiperativos e com transtorno déficit de atenção sendo encaminhados para a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. O resultado refletiu a realidade do ensino publico atual, onde parte das escolas ainda não estavam preparadas para atender aos HTDA - Hiperativos e Transtorno Déficit de Atenção.

Constatamos na pesquisa realizada na graduação do curso de Serviço Social, que na maioria das vezes, devido à falta de estrutura física e aparato técnico, falta de profissionais adequados, a rede regular acaba por recorrer às instituições especializadas, algumas vezes até mesmo encaminhando crianças que não caracterizam uma deficiência, no caso hiperativos. Esta pesquisa nos instigou a dar continuidade no processo investigativo, abrindo espaço para

¹ Título: A pesquisa como um instrumento do desvendamento do real: uma possibilidade para o Serviço Social. ULBRA Carazinho, 2004/2.

percebermos como estão sendo inseridas as pessoas com deficiência nas escolas regulares do município de Carazinho.

Assim atendendo a uma necessidade natural e constante de aperfeiçoamento nos atendimentos, num processo contínuo de pesquisa, avançamos, investigando, a inserção das Pessoas Com Deficiências nas Escolas Regulares e na Monografia de Especialização em Gestão de Políticas da Saúde Familiar e Comunitária², realizamos estudo de casos aonde alunos das Escolas Especiais de Carazinho RS, vem sendo integrados às Escolas Regulares bem como nos aproximamos das leis que sugerem e determinam a Inclusão de Pessoas com Deficiências na rede regular de ensino.

Neste processo verificamos, que vivemos um momento histórico de grandes significados às Pessoas Com Deficiências, a mídia vem mostrando muitos dados sobre esta realidade, o Estado vem propondo a Inclusão das Pessoas Com Deficiências às escolas regulares. No entanto, estamos ainda diante de uma situação de muitas incompletudes e perplexidades. Estamos, a sonhar, defendendo uma utopia, de estabelecer metas que signifiquem a gradual metamorfose de Educadores, Escolas, Famílias e Alunos em sujeitos ativos, participantes, criativos no processo de inclusão de alunos com Deficiências no sistema regular de ensino. Por um lado temos o avanço da consciência coletiva com relação ao direito de inclusão educacional das Pessoas com Deficiência, avanço na legislação (LDB, SUAS, no caso da Assistência Social), mas a precarização do ensino, da metodologia escolar, dos investimentos em políticas públicas também são realidade.

Dessa maneira, entendemos que o processo investigativo, reflexivo, deve continuar, avançando para uma análise “onilateral”, com destaque para as Políticas Sociais, que são os meios transformadores da sociedade. Cabe agora ampliarmos o debate sobre a Constituição Histórica das Políticas Sociais para o atendimento das pessoas com deficiência, bem como ouvirmos todos os sujeitos envolvidos no processo de atendimentos às pessoas com deficiência, a fim de

² Título: Uma Problematização das Políticas para as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais. ULBRA Carazinho 2006.

encontrarmos respostas para os enfrentamentos atuais destes sujeitos. Pretendemos ir além, pois ao abordarmos a Inclusão, não estamos nos referindo apenas às Pessoas com Deficiências e sim a todas as pessoas que por algum motivo são mantidas segregadas. Pretendemos contribuir para futuras intervenções, que visem trabalhar esta questão social, podendo servir de referência acadêmica, complementando o processo investigativo que vem sendo construído ao longo do nosso processo de formação, almejando contribuir para uma sociedade mais justa.

Iniciamos este trabalho trazendo algumas características que acompanham a evolução histórica da trajetória das pessoas com deficiência. Podemos citar a negação dos direitos fundamentais às Pessoas Com Deficiência, como por exemplo, o direito a vida que para estas pessoas foi negado durante muito tempo. Algo já superado, mas que faz parte da evolução humana. Trazemos os processos, as discussões que acompanham a evolução dos direitos para as pessoas com deficiências, especialmente relacionando os atendimentos sociais, de saúde e educação.

As conquistas não aconteceram linearmente, como veremos, foram ocorrendo ao longo dos tempos. Os direitos para as pessoas com deficiência, são fruto de muitas discussões, desde a Declaração dos Direitos Humanos, Constituição Federal, Declaração de Salamanca, Leis de Diretrizes da Educação, Lei Orgânica do SUS, do SUAS, Resolução nº 2 (11/09/2001), Parecer 441 CED-RS, e a Resolução 056 e 267 de 2002 e 2006, entre outros, mas especialmente perpassa pela compreensão, aceitação da sociedade. Os processos sociais modificam-se conforme as necessidades dos sujeitos. Este processo, que visa à inclusão social das Pessoas Com Deficiência, teve como fator determinante o reconhecimento de que somos todos constituídos de características naturalmente diferentes.

Uma vez que se alcançou a possibilidade de oferecer condições mais adequadas para todos os seres humanos, avança-se na garantia da inclusão destes sujeitos, nos mais diversos espaços. Contemporaneamente as Pessoas

Com Deficiências tem possibilidades legais garantidas de estarem em todos os espaços, escolas, teatros, universidades, empresas, entre outros.

Também num movimento constante, em busca de potencializar possibilidades concretas para a Inclusão Social das Pessoas Com Deficiência, refletimos sobre a relação dos movimentos sociais de inclusão com o modelo econômico atual, o Neoliberal. Acreditamos que aí reside, uma das razões na contemporaneidade, para a não efetivação dos Direitos Sociais, de modo geral, e tratando-se de categorias que historicamente foram segregadas, como é o caso das pessoas com deficiência, a tendência no modelo referencial Neoliberal é aprofundar esta exclusão.

Mais do que problematizarmos alguns enfrentamentos necessários para a Inclusão, trazemos alguns aspectos de como acreditamos que o Serviço Social pode estar contribuindo para ser elemento de resistência ao Neoliberalismo, garantindo os direitos das pessoas com deficiência.

No primeiro capítulo faremos uma abordagem dos principais avanços da educação em nosso país, dando ênfase à educação para as pessoas com deficiência. Também faremos uma aproximação de alguns elementos que ora potencializam, ora barram as práticas inclusivas, como por exemplo o Referencial Neoliberal, a péssima distribuição de renda no Brasil, responsável pelos bolsões de pobreza, onde os avanços tecnológicos, as práticas inclusivas, retardam serem acessadas. Ainda neste capítulo teceremos algumas considerações sobre a importância da promulgação dos direitos humanos como base teórica que norteia as ações para a inclusão social das Pessoas Com Deficiência.

No segundo capítulo abordaremos as bases metodológicas deste trabalho. Apresentaremos os pilares do método dialético crítico a Historicidade, a Contradição e a Totalidade. Também faremos referência aos objetivos, à amostra e os cuidados éticos e políticos que fazem parte desta pesquisa.

O terceiro capítulo é onde apresentamos os resultados do processo de pesquisa. É neste momento que elucidamos as falas dos sujeitos participantes, analisando-as e tecendo algumas considerações que consideramos relevantes

para o aprimoramento no atendimento às pessoas com deficiência no município de Carazinho.

2 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: RESGATANDO OS PROCESSOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

Neste capítulo iremos abordar alguns aspectos da trajetória da educação que contribuíram para a disseminação de processos educativos que buscam garantir a inclusão social dos diferentes sujeitos. Também iremos resgatar alguns momentos da educação no que se refere à educação para as pessoas com deficiência, que num processo conseqüente dos avanços da educação também passa a ser aprimorado. Também iremos tecer algumas considerações sobre as nomenclaturas utilizadas ao longo da história, para referir-se às Pessoas com Deficiência.

2.1 Os Pressupostos Históricos da Educação

Iniciamos fazendo o reconhecimento dos elementos históricos que contribuíram para a construção do momento atual no que refere-se a garantia (ou não) dos direitos sociais às pessoas com deficiência. Contemporaneamente, apesar dos avanços no modo de organização social e dos documentos legais que garantem direitos iguais a todos os cidadãos, ainda há dificuldades na cotidianidade quanto à identificação das Pessoas com Deficiências e das Pessoas com Sofrimento Psíquico. Até o fim do Século XVIII estas pessoas não eram atendidas em suas necessidades, o que abordaremos mais adiante. Isto fica evidenciado ao fato de que para além de serem reconhecidas em uma mesma

categoria historicamente marginalizada, eram confundidas em suas características que ora pareciam semelhantes. Este não reconhecimento das particularidades dos sujeitos com deficiência e dos sujeitos com sofrimento psíquico significou atraso na constituição de políticas que potencializam todos os cidadãos.

A Lei 3298 de 20 de Dezembro de 1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência em seu artigo Terceiro estabelece o conceito que caracteriza a Pessoa com Deficiência:

I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

IV – Deficiência Mental – funcionamento intelectual significativamente inferior a média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; h) trabalho; (BRASIL, Lei 3298 de 1999 Art. 3)

Socialmente, ao longo dos tempos, estes sujeitos foram reconhecidos como “loucos”. Este estigma tem suas raízes, na dificuldade da sociedade de conviver com as diferenças, que não eram entendidas como subjetivas de todos os seres humanos. Não havia compreensão do que é doença mental e deficiência intelectual. O sofrimento psíquico diferentemente da deficiência foi caracterizado na história como sendo:

[...] via de regra, o sentido de perda ou turvamento temporário da consciência, ou da razão. É um Estado de espírito, mais que um evento definido. E esse estado é invariavelmente, obra de alguma divindade, deuses, ou o próprio Zeus todo poderoso. Sua origem obra de alguma entidade sobrenatural, transcende ao homem e sua vontade, como se disse no canto IX por exemplo, é “ Zeus, o conselheiro que roubou a compreensão do filho de Atreu”. (PESSOTTI, 1994, p.15)

As pessoas que por alguma razão passassem por um momento, longo ou curto de sofrimento psíquico tinham na antiguidade atribuído tal situação à

determinações, castigo dos Deuses. Como sabemos, tal situação, de descontrolo pode ser causada por uma instabilidade emocional, nas relações pessoais, de trabalho, dependência química, entre outros. Estas causas podem ser evidenciadas em determinado momento da vida de qualquer sujeito. Já a deficiência é causada por uma lesão cerebral, ou má formação do sujeito, situação de ordem neurológica.

Historicamente as Pessoas com Deficiência, ou seja, que nasciam com déficite intelectual ou físico, carregavam o estigma de nascerem como símbolos do castigo divino. Seres que vinham ao mundo para moralizar, fazer com que as pessoas percebessem o que aconteceria com aqueles que rompessem com as regras morais vigentes naquele período.

Toda loucura é obra de Zeus, de outros deuses ou entidades subalternas, de diferentes níveis hierárquicos, no plano da divindade. A “etiologia” da loucura é mitológica. Mas, ao lado dos melindres dos deuses e de seus desentendimentos mútuos, a presunção humana de escapar da própria *moira*, ou seja, a *hybris*, pode determinar a cólera dos deuses e desencadear todo o processo causal (PESSOTTI, 1994, p.19).

No Séc. V a.C. surgem as primeiras experiências no que refere-se a estudos mais detalhados sobre o sofrimento psíquico. Este estado mental pode acarretar qualquer pessoa, não apenas as Pessoas com Deficiência. “Além de três tipos precedentes de loucura, Melancolia, Mania e Paranóia, Eurípides nos oferece o retrato de um perfeito surto psicótico, um retrato de esquizofrenia” Pessotti, (1994 p.45).

Hipócrates, que viveu no Séc. III a.C. conceitua a Saúde como sendo “a harmonia no sistema de humores e o equilíbrio entre tal sistema e o ambiente externo. O desequilíbrio entre os dois sistemas ou entre os humores no interior dos sistemas orgânicos é a doença”. Pessotti, (1994, p.48). Neste período, reside a fundamentação do que seria por muito tempo reconhecido como conceito predominante de Saúde, a ausência da doença. Este conceito também marcou o início do período histórico onde a explicação mitológica e teológica eram utilizados para explicar as doenças. Foi o fim da medicina dos sacerdotes.

Não temos a pretensão, aqui, de fazer uma contextualização aprofundada dos avanços teóricos que compreendem o sofrimento psíquico, apenas queremos ilustrar as raízes da questão social enfrentada pelas pessoas com deficiência e a inseparável e intrínseca relação que há entre o desenvolvimento de tais sujeitos. Estes fenômenos resultaram numa configuração com características reconhecidas ora particulares, ora confusas, na história das pessoas com deficiência na família e na sociedade.

A educação existe ao longo da história do Ser Humano. Referimo-nos assim, porque esta prática perpassa todas as formas atuais de ensino-aprendizagem. Para Libâneo (2003), durante a Idade Média a educação era repassada por todos: pais, mestres, vizinhos e aqueles que viviam sob um mesmo teto, a educação se dava a partir da troca direta de experiências. Quando começa o desenvolvimento do comércio, surge a necessidade de ler, escrever e calcular. Brandão (2001, p.09) amplia as possibilidades de percepção de educação pelo ser humano, pois “[...] não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece, e o método escolar não é a sua única prática, o professor profissional não é o seu único praticante”.

Ainda na idade média, entre o Século V e XV, a ambigüidade diante das pessoas com deficiências são bastante pronunciadas. Enquanto criaturas de Deus, as pessoas com deficiência podiam representar indivíduos escolhidos para missões divinas especiais, mas também a mentalidade supersticiosa da época considerava-os, seres dominados por forças malignas. De um lado, eles devem ser protegidos e abrigados e de outro lado às forças malignas devem ser expurgadas, o que poderia significar o sacrifício dos mesmos (FOUCAULT, 2002).

Nos séculos XVI a XVII, a mitologia, o espiritismo e a bruxaria dominaram e afetaram a visão da deficiência, de onde decorreram julgamentos morais e perseguições. Em meio a isto se percebem os demonstrativos de valores de ordem social e de controle social. Em alguns grupos, as mulheres, crianças e velhos eram vítimas de abuso de poder e de superioridade, do mesmo modo as pessoas com deficiência sentiam as conseqüências da imaturidade humana e cultural da comunidade deste período (FOUCAULT, 2002).

A ambigüidade presente na idade média ainda pode ser observada nos dias contemporâneos. Em relação às Pessoas com deficiência, os diferentes sujeitos mostram atitudes de aproximação e afastamento, aceitação e rejeição. Nota-se no ambiente familiar uma tentativa de proporcionar autonomia, mas com proteção e cuidados muitas vezes excessivos, que não favorecem as experiências e o desenvolvimento saudável dos sujeitos. Também o que se compreende é uma proliferação de serviços especializados que podem impedir que a pessoa com deficiência tenha uma vivência em ambientes “saudáveis” que facilitam um processo natural de inclusão (FOUCAULT, 2002).

As primeiras escolas em território brasileiro foram criadas pelos Jesuítas, que chegaram em 1549. Eram freqüentadas por jovens que se preparavam para ingressar nas escolas superiores da Europa, e somente tinha acesso à escola, as pessoas elitizadas. No século XVIII primeiramente na Alemanha e França, iniciou-se a educação pública estatal, sem interesse em atender os filhos dos trabalhadores. No Brasil, este processo iniciou no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, juntamente com as necessidades advindas do processo de industrialização no país, (BIANCHETTI, 1998).

As diretrizes do processo de escolarização centravam-se no atendimento às indústrias, que requeriam trabalhadores instrumentalizados para leitura, escrita e cálculos. Mais tarde, para os mesmos, não bastava somente ler, escrever e calcular, mas também ser operador das funções eletrônicas.

Em 1924 é fundada a Associação Brasileira de Educação, que realizava diversas conferências nacionais. Em 1932 é publicado o manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. O documento defende a educação obrigatória, pública e gratuita como um dever do estado. Este manifesto foi muito importante na história da Educação brasileira, pois representa a tomada de consciência da defasagem entre a educação e as exigências do desenvolvimento.

Após a Primeira Guerra Mundial, com a industrialização e urbanização forma-se a nova burguesia urbana e extratos emergentes dessa burguesia exigem o acesso à escola. Estes segmentos aspiram à educação acadêmica e elitista e despreza a formação técnica, considerada inferior. O operariado exige

um mínimo de escolarização, e começam as pressões para a expansão da oferta do ensino.

O artigo 1º da Lei nº 5692/71 traz que,

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Para efetivar este objetivo, a Lei reestrutura o ensino, ampliando a obrigatoriedade escolar de quatro para oito anos. A partir dos anos oitenta, no século XX, reconhece-se que cada escola é uma organização social, inserida num contexto local, com uma identidade e cultura própria, um espaço de autonomia, construção e descobertas, suscetível de se materializar num projeto educativo. Neste sentido, pode-se perceber que a educação ao longo dos anos vem passando por inúmeras transformações, que são destacadas em leis, constituições ou resoluções da educação.

O início ao atendimento às pessoas com deficiência no Brasil acontece no século XIX, por iniciativas oficiais e particulares que ainda são isoladas. A preocupação com a integração desta população veio ocorrer somente no final dos anos 1950 e início da década de 1960 no século XX. O atendimento às Pessoas com Deficiência no Brasil, a partir da década de 60, teve crescimento significativo, especialmente em relação aos períodos anteriores, com características marcantes que se constituem em fatores decisivos para a disseminação de uma determinada concepção de deficiência:

A década de 60 foi um período de grande criação de instituições especializadas. A partir do final daquela década, iniciou-se o movimento de inserção das pessoas com deficiência nos sistemas sociais gerais (WERNECK, 1997, p.68).

Também aqui no Brasil, este período é marcado pelas vivências do regime ditatorial, os movimentos em prol das pessoas com deficiência eram difíceis e impedia qualquer tipo de reivindicação, por melhores condições de vida e de direitos sociais. Passado esse período de turbulência, as pessoas começaram a mobilizar-se, despontando líderes, leigos e uma parcela pequena de profissionais. Assim, as pessoas com deficiência começam a dar os primeiros passos rumo a garantia dos direitos sociais e melhor qualidade de vida, porém, ainda sem um direcionamento eficaz, ou com direitos efetivados na integralidade (MAZZOTTA,1966).

Segundo Pain (1985), na constituição de 1981 se expandiu os deveres com a educação, sendo que a responsabilidade pela educação primária e profissional foi delegada aos estados, e o governo estadual e federal com o ensino secundário e superior. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990, art. 54),

É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria;
- III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- VII – atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Estes avanços históricos, legais e sociais da educação ao longo dos anos, foram fortalecendo e ampliando a educação para crianças, jovens e adultos. Formaram um sistema que cada vez mais agregou qualidade no atendimento das necessidades dos sujeitos. Nestes avanços, a preocupação com o contexto social dos alunos é tida como uma das prioridades, para que todos possam ser contemplados com suas necessidades em sala de aula.

Este trabalho teve como motivação inicial, desvendar os processos inclusivos para as pessoas com deficiência intelectual. Para definir este termo, utilizamos como referencial o que Sasaki (2005), aponta como tendência mundial, mas não apenas por ser tendência e sim pelo significado de tal nomenclatura.

Hoje em dia cada vez mais se está substituindo o adjetivo mental por intelectual. A Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde realizaram um evento (no qual o Brasil participou) em Montreal, Canadá, em outubro de 2004, evento esse que aprovou o documento DECLARAÇÃO DE MONTREAL SOBRE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL. Observe-se que o termo intelectual foi utilizado também em francês e inglês: Déclaration de Montreal sur la Déficience Intellectuelle, Montreal Declaration on Intellectual Disability). [...] Também no campo da saúde mental (área psiquiátrica), está ocorrendo uma mudança terminológica significativa, que substitui o termo doença mental por transtorno mental. Permanece, sim, o adjetivo mental (o que é correto), mas o grande avanço científico foi a mudança para transtorno. Em 2001, o Governo Federal brasileiro publicou uma "lei sobre os direitos das pessoas com transtorno mental" (Lei n. 10.216, de 6/4/01), na qual foi utilizada exclusivamente a expressão transtorno mental. Aqui também se aplica o critério do número: pessoa(s) com transtorno mental e não pessoa(s) com transtornos mentais, mesmo que existam várias formas de transtorno mental. Segundo especialistas, o transtorno mental pode ocorrer em 20% ou até 30% dos casos de deficiência intelectual. (SASSAKI, 2005, p. 09-10).

Já foram utilizados ao longo da história, termos como pessoa oligofrênica; cretina; tonta; imbecil; idiota; débil profunda; criança sub-normal; criança mentalmente anormal; mongolóide; criança atrasada; criança eterna; criança excepcional; retardada mental em nível dependente, treináveis, adestráveis; deficiente mental em nível leve, moderado, severo ou profundo (nível estabelecido pela Organização Mundial da Saúde, 1968); criança com déficit intelectual; criança com necessidades especiais; criança especial entre outros.

No entanto, devido à natureza da pesquisa, que demonstrou em seu desdobramento que o que estamos buscando fortalecer não é uma inclusão seletivista, direcionada a uma classe ou outra, e sim a inclusão para todos os sujeitos, que possa servir de subsídio para a participação social de todos, como estabelecem os termos legais. Desse modo seria irrelevante a discussão da inclusão a partir apenas de uma das deficiências, pois o que está em debate é o fato de que vivemos em uma sociedade com um modo de produção essencialmente excludente e a deficiência é apenas mais um item na balança que determina o quanto determinado Ser humano será socialmente excluído. Tomando como exemplo o mercado de trabalho, podemos afirmar que diversos sujeitos não estão inseridos, no entanto se for uma pessoa com deficiência será excluído por ser desempregado e também por ser uma pessoa com deficiência.

Quanto a utilização do termo mais adequado para referir-se a pessoa com deficiência, optamos pelo referencial de Sassaki que diz que:

O conceito de deficiência não pode ser confundido com o de incapacidade, palavra que é uma tradução, também histórica, do termo "*handicap*". O conceito de incapacidade denota um estado negativo de funcionamento da pessoa, resultante do ambiente humano e físico inadequado ou inacessível, e não um tipo de condição. (SASSAKI, 2005, p.02).

Até a década de 1980, os termos que predominavam na sociedade eram "aleijado", "defeituoso", "incapacitado", "inválido"... A partir de 1981 passou-se a utilizar o termo "deficientes", por influência do Ano Internacional e da Década das Pessoas com Deficiências, estabelecido pela ONU. Também neste período segundo o autor, entraram em uso as expressões "pessoa portadora de deficiência" e "portadores de deficiência". Por volta da metade da década de 1990, a terminologia utilizada passou a ser "pessoas com deficiência", que permanece até hoje.

Neste último termo, que é o contemporâneo, ressalta-se e valoriza-se a pessoa, acima de tudo, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais.

Ainda, tivemos um determinado período em que acreditava-se como correto o termo "especiais" e sua derivação "pessoas com necessidades especiais". No entanto este termo passou a ser questionado, pois, "Necessidades especiais" quem não as tem, com ou sem deficiência? Essa terminologia teve o seu bojo relacionado às "necessidades educacionais especiais" de algumas crianças com deficiência, que é utilizado na área da Educação, e passou a ser difundido para todas as circunstâncias, fora do ambiente escolar.

É importante evidenciarmos que jamais haverá um termo fechado e que seja aceito e utilizado de maneira unânime, conforme aponta Sassaki:

Começamos por deixar bem claro que jamais houve ou haverá um único termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços, ou seja, latitudinal e longitudinalmente. A razão disto reside no fato de que a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu

relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência. (SASSAKI, 2005, p.01).

O autor aponta ainda alguns princípios básicos para considerar o termo “pessoa com deficiência” o mais adequado a ser usado contemporaneamente:

Não esconder ou camuflar a deficiência;
 Não aceitar o consolo da falsa idéia de que todo mundo tem deficiência;
 Mostrar com dignidade a realidade da deficiência;
 Valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência;
 Combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas especiais”, “é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos”, “não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia” (i.é, “aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências”);
 Defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas;
 Identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuïrem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência). (SASSAKI, 2005, p.4-5).

Desse modo, entendemos como sendo relevante, a superação da exclusão das pessoas com deficiência em qualquer nível social, independentemente de qual nomenclatura esteja-se utilizando para referir se aos diferentes sujeitos. Mesmo porque no tocante da inclusão social, todos temos direito de ser atendidos em nossas necessidades sociais. A escola é sim um importante instrumento para viabilização da inclusão social, mas não é, e nem pode ser entendido como o único. Destaca-se a importância da escola, como organização cultural, não restringindo-se apenas aos modelos cognitivos.

A escola é vista como uma organização política, ideológica e cultural em que indivíduos e grupos de diferentes interesses, preferências, crenças, valores e percepções da realidade mobilizam poderes e elaboram processos de negociação, pactos e enfrentamentos. [...] a educação é um fenômeno essencialmente humano e, portanto, tem historicidade. (LIBÂNEO, 2003, p.168).

A escola defendida por Libâneo tem como base os fundamentos da Constituição Federal de 1988, que foi fortemente influenciada pelas luzes dos Direitos Humanos. Também a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – LDB e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Na Lei 9394/96-LDB, art. 02 consta o direito pela educação, desenvolvendo-se constantemente,

Art. 2º - a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, a educação deve ser oferecida de maneira coerente para todos os alunos, respeitando seu nível de desenvolvimento e preparando a criança para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho.

O ECA defende o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, em seu art. 53, onde destaca que a criança e o adolescente tem direito à educação,

[...] visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:
I - a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - direito de ser respeitado por seus educadores;
III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A LDB - Lei nº. 9394/96, art 12, inciso I, garante que “os estabelecimentos de ensino, respeitados as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua Proposta Pedagógica” que venham a alcançar os objetivos propostos pela Lei, onde o ensino tem um caráter educativo e preparatório.

Tendo em vista a situação política, social, econômica e cultural da sociedade brasileira, com profundas diferenças, a comunidade pode perceber a educação contemporânea como um espaço histórico que recorta, limita e define

seu próprio tempo. Imbernón (2000) elenca algumas preocupações sobre a educação e as escolas deste século, sendo elas referentes a fatores éticos (refletir sobre a classe da pessoa), políticos (relacionar a educação com a construção e a distribuição do poder na sociedade) e epistemológicos (elaborar um pensamento de ruptura e superação). Nestas preocupações, temos afirmado que o sistema educacional já avançou em muitos debates, mas não está estático, continua buscando alternativas que visam contribuir para a inclusão educacional e social de todos os cidadãos, conforme documentos internacionais como a Declaração de Salamanca³ por exemplo.

A escola deve estar preparada para as diferentes realidades vivenciadas no cotidiano dos diversos alunos. Um dos desafios da escola atual é construir um sistema compatível com as expectativas e necessidades dos educandos em sociedade. O trabalho de valorização dos diferentes espaços, das características diversas de todos os alunos deverá ser tido com atividades prazerosas, condizente com as individualidades, buscando um trabalho de sensibilização e de cooperação com os alunos e o meio social.

Queremos produzir conhecimento a partir de uma realidade vivida e não de critérios estereotipados e pré-definidos por situações culturais distantes e alheias às que temos aqui e agora. Nesse contexto a validade de qualquer conhecimento será mensurada na proporção em que este possa, ou não, fazer entender melhor e mais profundamente a realidade concreta.(LUCKESI, 2000, p.43).

A educação como processo de construção deve levar em conta o desenvolvimento integral do aluno e sua bagagem cultural, considerando que estes são fatores indispensáveis para o exercício da cidadania. Se a escola conseguir trabalhar todos os alunos nestes aspectos, estará dando um grande passo rumo à inclusão de todos os sujeitos. Sim, porque se o meio escolar considerar as características dos diferentes sujeitos, sem homogeneizar, estará

³ Conferência Mundial da Educação Especial realizada em Salamanca – Espanha, entre 07 e 10 de Junho de 1994.

apta a atender também as pessoas com deficiência, garantindo a cidadania, para estes, que são sujeitos de direitos como todos nós.

Cidadania e direitos da cidadania dizem respeito a uma determinada ordem jurídico-política de um estado, no qual uma Constituição estabelece os controles sobre os poderes constituídos e define que é cidadão, que direitos e deveres ele terá em razão de uma série de variáveis tais como a idade, o estado civil, a condição de sanidade física e mental, o fato de estar ou não em dívida com a justiça penal, etc. (CARVALHO, 2004, p.51).

A educação é importante instrumento de desenvolvimento para a cidadania, potencializando os alunos não somente para dentro da escola, mas para todos os ambientes em que a criança encontra-se em seu dia-a-dia. Segundo a LDB (1996, art. 01):

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A cidadania depende das decisões políticas e diz respeito à participação na vida pública para caracterizar a cidadania ativa, aquela onde os cidadãos contemplam os seus direitos, em oposição à cidadania passiva, onde apenas o legal é tido como direito. A cidadania ativa tem a ver com os direitos humanos que são universais e naturais, garantidos a todos os sujeitos.

O conhecimento liberta o sujeito porque lhe dá independência e autonomia. Desde que saiba que se conheça, pode-se agir sem estar dependendo da alienação de nossas necessidades a outros. [...] O conhecimento pode ser libertador não só de indivíduos como de grupos humanos e de nações (LUCKESI, 2000, p.57).

Analisando as vivências históricas na área da educação, bem como das pessoas com deficiência, fica evidente que a sociedade vem evoluindo no que se refere a atender todos os cidadãos. No entanto traz consigo algumas características arraigadas do passado, que remetem para a segregação dos diferentes sujeitos, seja pela classe social, etnia, gênero, deficiência, entre outros. Assim a segregação das pessoas com deficiência, dentro do sistema educacional, bem como nos demais espaços, não tem haver apenas com os limites impostos a estes sujeitos e tem sim haver, com o modo de que o sistema educacional trabalha com as diferenças. Todos aqueles que fogem aos padrões estabelecidos pelo sistema, são segregados.

É importante afirmar ainda que os instrumentos educacionais são talvez, um dos mais eficazes, na busca da consolidação de estratégias que incluem os sujeitos, pois é ali no seio escolar que a transformação pode acontecer. É o campo educacional que pode possibilitar a materialização de algumas das prerrogativas que dariam conta de atender as necessidades de todos os cidadãos.

2.2 A dimensão das Políticas de atendimento às Pessoas com Deficiência e o desafio da Inclusão

Um dos fatores que diferencia o homem dos animais é a possibilidade da racionalidade, que historicamente vem sendo aprimorada. É um movimento que avança conforme a evolução da possibilidade de socialização entre os homens. Muitas vezes este processo depende do modo de produção predominante, bem como das condições de acesso às novas tecnologias que vão sendo criadas e aprimoradas. Neste movimento contraditório da evolução humana encontramos grandes contrastes de situações que não condizem com a evolução desta mesma

humanidade. Buscamos contribuir para a questão da Inclusão Social das Pessoas Com Deficiência, embasados no projeto ético político do Serviço Social, em busca da garantia do acesso às Políticas de Saúde, Educação, Assistência Social, entre outras, das pessoas com deficiência, para o fortalecimento dos princípios de liberdade, democracia, justiça social, equidade e pluralismo. Atualmente, ao abrir as cortinas de um novo século, temos o dever de estar preparados para as novas formas de exclusão a que os diferentes sujeitos e aí incluem-se as pessoas com deficiência continuam sendo submetidas.

A história revela diferentes critérios de socialização e reconhecimento do ser humano como um ser que possui uma diversidade de características que o torna diferente. Temos traços físicos, psíquicos e sociais únicos. Neste sentido a história humana é marcada com dor e sofrimento, como nos mostra Brandão em suas reflexões:

Na mitologia grega, os prisioneiros eram levados da cidade de Mégara à Atenas, em leitos de ferro padronizados sob medida, com base nestes padrões os corpos dos prisioneiros que não se adequavam sofriam uma drástica intervenção, eram amputados os pés, ou distendia-se as pernas dos que não preenchiam as medidas dos leitos. O importante era satisfazer as medidas prévias padronizadas. (BRANDÃO, 1992 p.327).

Isso demonstra como ao longo da história, o homem teve dificuldades para aceitar as diferenças, as leis, costumes ou medidas eram levadas ao extremo, tanto em nível de torturas físicas quanto psíquicas. Atualmente o preconceito e as maneiras de exclusão aos diferentes continuam acontecendo, de modo a excluir as pessoas com deficiência, seja através da não inserção na escola regular durante a infância e adolescência, seja no mercado de trabalho durante a vida adulta. Ainda a socialização, acontece com dificuldades no acesso aos meios de lazer, cultura, esporte que são espaços para expressar a cidadania na vida cotidiana destes sujeitos.

A cotidianidade é a vida comum de todos, em sociedade onde todos convivem. [...] o cotidiano representa, de uma forma organizada, toda a

ação consciente ou não do homem particular, que vai possibilitar a reprodução social. (OLIVEIRA, 2002, p.85).

As formas de exclusão aos diferentes modificaram-se ao longo dos tempos, no entanto continuam presentes na vida do ser humano. Desta maneira, foi construindo-se a história da existência do ser humano. Os animais constituem-se de forma repetitiva e instintiva, o homem vai melhorando, ampliando, recriando as suas formas de sobrevivência, seja na alimentação, vestuário, meios de transporte, habitação, saúde, educação, assistência social, entre outros. Marx, em suas reflexões realiza a seguinte analogia:

[...] Pressupomos o trabalho sob a forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. (MARX, 1983 p.149)

Observamos que o processo de evolução humana depende de vários fatores, entre eles o trabalho, é ele que refinará a vida do ser humano, oferecendo na vida cotidiana o conforto e o bem-estar para as pessoas, aprimorando métodos e intenções. É na vida cotidiana que se estabelecem as relações sociais, tais como: amizades, posicionamento social, político, econômico, a garantia do acesso à saúde, e a educação. Também é aí que se aprimoram os valores e exercita-se à condição ética.

Cada vez que se cria um novo equipamento tecnológico ou se supera uma barreira cultural, as pessoas ganham espaço em sociedade e as pessoas com deficiência, antes estigmatizadas, não mais se limitam, pois se verifica que a limitação não está nelas, e sim na capacidade da humanidade em lhe proporcionar oportunidades. Esta é a importância da ideia de sociedade inclusiva: a igualdade na incorporação da diferença. (FONSECA, 2006, p.35).

Para as pessoas com deficiência, o que temos visto na sociedade, através das práticas de saúde e educação da contemporaneidade, bem como a forma

com que a sociedade olha para os deficientes é um modo peculiar de tratar estas pessoas. Na antigüidade, as pessoas com deficiência, especialmente os doentes mentais, ou deficientes intelectuais, eram relacionados a um poder místico e mágico de deuses, espíritos e demônios, e por isto as primeiras ações de saúde, com estas categorias foram realizadas por sacerdotes. Como não haviam muitos estudos, os doentes mentais e as pessoas com deficiência eram reconhecidas dentro de um mesmo padrão (RIBEIRO, 1996).

Esta relação, das pessoas com deficiência, com fenômenos sobrenaturais, contribuiu para que na Grécia, onde não haviam muitos sacerdotes e devido ao modo peculiar de organização social, com cidades, estados independentes, começasse a acontecer os primeiros declínios aos cultos mágicos para tratar as pessoas com deficiências.

Hipócrates, considerado o pai da medicina, nascido em 460 a C., foi quem primeiro buscou as causas das doenças fora do misticismo, sendo influenciado pela corrente racionalista dos filósofos gregos e das escolas médicas das nações vizinhas. [...] Acentuou o ponto de vista antes defendido por Pitágoras, de que o cérebro era um centro de atividades intelectuais e que a psicopatologia era causada pela patologia do cérebro (RIBEIRO, 1996, p.22).

Podemos afirmar que neste período, iniciaram-se as primeiras experiências para as pessoas com deficiência, no que refere-se a melhorias significativas em suas condições de saúde. Estes primeiros passos avançaram para a época das instituições, onde eram tratadas todas as pessoas com algum problema de saúde. Este sistema era segregador tendo como exemplo, os leprosários que mais tarde passaram a abrigar as pessoas com deficiência, ou com sofrimento psíquico.

Pensamos que as heranças políticas, sociais e culturais do modo com que os antepassados tratavam as pessoas com deficiência são relevantes na maneira atual da sociedade geral reconhecer estas pessoas. Estes encontram-se ainda marginalizados socialmente. Este olhar da sociedade que ainda é predominante teve algumas mudanças parciais, sendo esta evolução, parte de uma construção histórica, onde se procura atender necessidades básicas de sobrevivência,

reconstruindo desta maneira a história. Isso demonstra que o homem necessita estar revendo suas concepções, através dos tempos, refletindo sobre suas atitudes desde os tempos primitivos, da idade média, escravistas, bem como na contemporaneidade. As concepções, meios, métodos, e recursos vão se modificando permitindo a inclusão dos que são marginalizados. Estas mudanças não acontecem soltas, estão engajadas num processo de conformismo e resistência⁴, onde a luta por maior espaço político, econômico e social das classes oprimidas é chave para que haja distribuição de maneira mais justa, dos avanços técnicos construídos pelo homem.

Os avanços na área da saúde trazem consigo, os primeiros passos para a evolução na área educacional. Para Rubio (1998, p.19), existem pelo menos quatro etapas históricas na área da educação para pessoas com deficiência, que são “a época das instituições”, o período da “educação em centros específicos”, a fase da “integração escolar” e o período da “escola inclusiva ou escola para todos”. Este último período está em plena expansão e vem como resposta aos direitos iguais, preconizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Constituição Federal de 1988, entre outros.

Verificamos junto à história, que os homens medievais por exemplo, eram nômades, e estavam expostos exclusivamente ao que a natureza podia lhes oferecer: caça, pesca, coleta de frutas. Em virtude desta característica, todos estavam a mercê do que estava à sua disposição, totalmente independente da vontade dos mesmos. Quando alguém não se enquadrava no padrão da época, desde o nascimento, estava impedido de lutar pela sobrevivência. O sujeito com deficiência tornava-se um empecilho, peso morto, sendo relegado ao abandono. Isso acontecia constantemente, sempre que nascesse uma pessoa com deficiência, sem o sentimento de culpa pelo abandono, característico na civilização moderna. Bianchetti (1998, p.28), descreve algumas características do homem primitivo: “Quem não tem competência não se estabelece, isto é, não há uma teorização, uma busca de causas, lia-se simplesmente uma espécie de seleção natural: os mais fortes sobrevivem”. Neste período não haviam políticas

⁴ CHAUI, Marilena. 1986.

sociais para as pessoas com deficiência. Logo, quando a Pessoa Com Deficiência não era eliminada, estava à mercê da própria sorte. Atualmente, em muitas comunidades indígenas, ainda é tolerado e praticado o infanticídio de crianças que nascem com algum tipo de deficiência.

A ignorância generalizada sobre as competências das pessoas com deficiência impede-lhes o acesso às condições mínimas de cidadania. Sufoca-lhes o excesso de proteção assistencial e familiar. A despeito disso, rompem o véu milenar de opressão estética, cultural e comportamental e brandem bandeiras até então desconhecidas e que fortalecem as lutas de todas as minorias, fazendo com que o discurso economicista se coloque em seu lugar, eis que as condições humanas, que se evidenciam a partir das limitações ínsitas a toda a humanidade, também emprestam a alavanca que permite a superação de fronteiras físicas, sociais, políticas e tecnológicas, (FONSECA, 2006, p.35).

Com a evolução, principalmente após as grandes navegações, algumas práticas, enraizadas pelo ser humano, sofrem alterações. No entanto, o sentimento gerador da exclusão continua forte. Diferentemente do período primitivo onde cada um era responsável pela sua sobrevivência, a sociedade chegou ao período escravista. Parte da população é escravizada, “os negros”, sendo esta população excluída do meio social através da escravidão, tendo que trabalhar na formação da riqueza para os seus “proprietários”, em troca de sua sobrevivência. Neste período não é mais necessário ser forte e ágil para praticar o ócio definido por Platão como o “estar livre da necessidade de estar ocupado” (Bianchetti, 1998, p 29), neste período basta ter a riqueza para, comprar escravos que gerarão meios de sobrevivência para ele, e gozar os frutos da ociosidade. O mesmo autor aponta a maneira com que os escravos eram vistos pelos homens livres durante este período:

A divisão em nível macro, da sociedade ateniense entre os livres e os escravos vai ser protótipos para a divisão em nível micro: à mente (os livres) cabe a parte digna, superior, encarregada de mandar, governar: ao corpo (o escravo) degradado, conspirador, empecilho da mente, cabe a missão de executar as tarefas degradadas e degradantes. (BIANCHETTI, 1998, p.30)

Assim, as pessoas com deficiência não tinham direitos, especialmente os que nascessem no grupo dos escravos, estes eram duplamente estigmatizados, se nascessem neste grupo continuavam sendo sacrificados. Neste momento histórico, as pessoas com deficiência, filhos provindos da classe elitizada, passam a serem reconhecidos em alguns direitos, ainda que meramente porque ninguém contrariava as opções dos Senhores Feudais. No período Feudal como nos traz Bianchetti (1998), o homem deixa de ser só corpo, e passa a ser corpo/alma. Nesta época as pessoas que não se enquadravam no padrão considerado normal ganhavam direito à vida, mas passam a ser estigmatizados, pois para o moralismo cristão católico, a deficiência é tida como sinônimo de pecado.

A Igreja passa para seus seguidores que as pessoas com deficiência eram a expressão do demônio, haviam nascido assim, ou ficado durante a vida de tal forma porque possibilitaram que o “diabo” usasse de seus corpos. Em muitos casos era procedida a “purificação pelas chamas”, ou seja, as pessoas com deficiências eram literalmente jogadas ao fogo. E esta prática era justificada pela retomada da posse do demônio, era tida como a única alternativa de derrotar-lhe.

Ainda, outra forma do preconceito em relação às Pessoas Com Deficiência, utilizado principalmente pela igreja, era utilizar estes sujeitos como instrumentos enviados por Deus. Estes não eram percebidos enquanto seres dotados de potencialidades e especificidades como os demais seres humanos, então serviam de alerta aos homens e as mulheres sobre conseqüências, caso não tivessem nesta vida comportamentos adequados, ou ainda justificando a oportunidade de fazer caridade. Assim a desgraça de alguns justifica meios para conseguir a salvação de outros, demonstrando o mundo contraditório em que o homem está inserido.

Até o século XIX e começo do século XX, para Cardoso (2004), praticamente todos os estudos relatados nas literaturas eram de ordem médica, Jean Itard (1775–1838) é considerado o pai da Educação Especial. Itard investiu parte de sua vida na recuperação de um menino, com “deficiência intelectual profunda”.

Podemos perceber que os estudos de Itard estabeleceram as bases para a revolução da Educação Especial, na medida em que suas descobertas bem como seus posicionamentos serviram de base para propostas que podem ser consideradas conquistas disponibilizadas aos estudiosos e àqueles que trabalham com indivíduos considerados deficientes. (CARDOSO, 2004, p.23).

Para Selau (2007), o fato mais importante no pioneirismo de Itard, não foi ter retirado um menino da Floresta, mas acreditar na possibilidade de educá-lo. Neste período, um importante médico, professor de Itard, Philippe Pinel, adepto às terapias clássicas da época, dizia que o menino ao qual Itard tentava educar era uma criatura desprovida de recursos intelectuais, um idiota como todos os demais deficientes, e deveria ficar em instituição adequada, o leprosário.

Itard, contrariando seu mestre, defendia que o menino ao qual cuidava, parecia ser deficiente porque havia sido retirado do convívio com a sociedade, o que impedia o seu desenvolvimento intelectual. Itard desconsiderava a deficiência biológica e investia na possibilidade de desenvolvimento cultural e social de seu pupilo. Os trabalhos realizados por Itard, ainda que se tenha pouco conhecimento contemporâneo dos resultados alcançados com o garoto, é marco histórico. Itard escreveu um único livro, sendo a descrição das experiências com o menino selvagem, denominado por ele Ricardo. A sua referência deve-se, especialmente por ser o primeiro autor a trazer a importância do convívio social para as pessoas com deficiência. Suas experiências remetem a uma idéia de não segregação.

Com Itard, aparece pela primeira vez a visão sobre a importância da convivência em sociedade para o desenvolvimento do ser humano. Está é a primeira idéia sobre o conceito de inclusão, pois atribui relevância às relações sociais humanas para a vida de qualquer pessoa, independentemente de suas dificuldades ou facilidades. (SELAU, 2007, p.22).

Após as primeiras aproximações de Itard, às novas perspectivas para a educação e saúde das pessoas com deficiência, não foram implementadas repentinamente. Estas tendências estão sendo trabalhadas ao longo do processo de desenvolvimento social, acompanhando também os avanços nas áreas dos

Direitos Humanos e Políticas Sociais. Ainda no início do século XX, as pessoas com deficiência passavam a vida “jogados” em hospitais ou instituições destinadas a estes, ou em espaços destinados aos leprosos, sem condições para desenvolverem-se. Outros por sorte eram “tratados” em casa. Neste período, aconteceram as primeiras experiências com deficientes intelectuais em sala de aula, apesar de não existir a opção de ser estudante para esta classe, tal era a exclusão. Wise e Glass (2003 p.13) apontam alguns termos utilizados para definir as pessoas com deficiência intelectual. “Os livros de registro da época utilizam termos como “tonto”, “idiota” e “fraco” para descrever as crianças que consideravam ter dificuldades”.

A partir de 1944 com a Lei de Educação, impulsionados também pela Declaração Internacional dos Direitos Humanos (1948), no Brasil, passou-se a dividir por categorias as pessoas com deficiências sendo, surdos, mudos, cegos, com dificuldades físicas, além de um grupo considerado ineducável, ou seja os deficientes intelectuais. Devido às dificuldades em reconhecer as habilidades destas pessoas e das possibilidades para poder trabalhá-las as escolas regulares não aceitavam estas pessoas.

As escolas especiais foram criadas, a partir do modelo norte americano. Em 1954 chegou ao Brasil, no Rio de Janeiro Beatriz Bemis, vinda dos Estados Unidos como membro do corpo diplomático norte-americano, mãe de uma criança com Síndrome de Down. Em seu país já havia criado mais de duzentas e cinquenta instituições para pessoas com deficiência. Bemis mobiliza um grupo de pais de pessoas com deficiência, amigos professores e médicos e funda a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Brasil. Estas instituições espalharam-se rapidamente por todo território nacional, chegando a Porto Alegre em 22 de agosto de 1962 e em Carazinho RS em 03 de Julho de 1969. Estas instituições oferecem atendimentos Pedagógicos e de Saúde envolvendo profissionais de diferentes áreas como Medicina, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Serviço Social, Terapia Ocupacional, entre outros. Os atendimentos de saúde têm como objetivo melhorar a qualidade de vida dos sujeitos, para que estes possam estar em sala de aula. Este sistema, foi considerado um avanço para a época, ainda que com caráter segregador, por

retirar os usuários dos demais espaços comuns a todos os sujeitos. O ideal seria, como todos os demais sujeitos, receberem atendimento de saúde, na rede integrada com a educação. O atendimento pautado, que dará resultados é o preconizado pelo movimento Sanitarista.

O movimento Sanitarista, responsável pela reforma Sanitária, era composto por usuários, profissionais de Saúde, sociólogos, antropólogos, entre outras categorias, com ampla visão vanguardista[...]. É extremamente importante observar a relevância da participação protagonista dos usuários que estavam sim preocupados em garantir um direito à saúde, um acesso aos serviços de forma ampla, equânime, integral, de maneira que se tornasse possível existir sempre uma porta aberta para onde os cidadão se referenciassem. (WOLFF & WOLFF, 2006, p.48-49).

Esta rede de atendimento que fortaleceu-se ao longo dos tempos, abriu possibilidade para que cada vez mais as pessoas com deficiência fossem conquistando espaços na sociedade. Paralelamente, o sistema educacional também foi evoluindo. Em 1970, a Lei da Educação sofreu modificações, passando a ter obrigatoriedade de educação para as pessoas com deficiência, e a responsabilidade por esta iniciativa passou dos órgãos da saúde para a educação. Também a partir deste momento ninguém mais pode ser considerado ineducável. Segundo Wise e Glass (2003), em 1981, a Lei da Educação seguindo orientações internacionais do Comitê Waernock, definiu que as escolas comuns deveriam garantir a educação às Pessoas Com Deficiência. Esta Lei foi consolidada em 1991 e posteriormente em 1996, oferecendo o código de práticas que possibilita que as Pessoas Com Deficiência freqüentem qualquer escola regular, e esta deva atender o aluno seguindo as orientações práticas deste código.

A Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, traz como princípio a Integralidade. Este termo refere-se à globalidade, totalidade, inteireza. Deste modo o Sistema Único de Saúde, está preocupado em atender os usuários, em todas as suas necessidades. Este avanço é base para promoção de saúde de

qualidade, conseqüentemente amplia as possibilidades das pessoas com deficiência. A integralidade objetiva:

[...] cuidar, e ainda com a observância de um cuidado integral, é, pois, perceber o outro – este que necessita do cuidado – com a sua mais total inteireza. É enxergá-lo com seu corpo, suas emoções, sua alma, sua bagagem cultural, sua história, medos e concepções para, enfim, conhecê-lo, ouvir sua demanda em saúde e, só então, juntamente com o mesmo, propor um caminho através do qual se possa esperar um resultado positivo, ou seja, que a terapêutica seja efetiva. (WOLFF & WOLFF, 2006, p.49).

Com estas garantias legais na área da educação e saúde, está lançada a semente para a Inclusão Social especialmente nas áreas da Educação e Saúde. O governo passa a oferecer cursos para capacitação dos profissionais de todas as unidades de atendimento de saúde, bem como, profissionais das escolas. No currículo dos educadores, passou-se a exigir disciplinas que qualificam para trabalhar com as pessoas com deficiência. Cria-se a Associação Nacional de Necessidades Educacionais Especiais, que produz jornais, revistas, artigos e materiais diversos destinados aos educadores. Mas isto não é suficiente, Wise e Glass (2003, p.15). “Apesar desses avanços, governantes, professores e órgãos educacionais locais freqüentemente ficam apreensivos quando essas crianças ingressam na escola comum.”

A proposta inicial de segregação avançou para a integração escolar e evoluiu para uma concepção de inclusão escolar, num processo constante de aperfeiçoamento, de acordo com as necessidades dos sujeitos. O conceito diferenciado na proposta de inclusão, é de uma ação mais efetiva do sistema educacional como um todo, no sentido de garantir (obviamente, não a qualquer custo) a inclusão e permanência do aluno com deficiência na escola regular. A integração escolar também teve seu papel importante, veio para romper com o movimento de manter qualquer grupo de pessoas segregadas, embasada nos princípios de igualdade e cidadania. Num movimento propulsor, as classes especiais foram concentradas dentro dos espaços regulares, depois os alunos com deficiência passaram a freqüentar em tempo parcial as classes regulares e

finalmente com a efetivação da Inclusão, todos os alunos são reconhecidos como pessoas de direito freqüentando o espaço escolar regular.

O Brasil adotou com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96, a proposta da inclusão escolar preferencial de alunos com necessidades educacionais especiais. Como observamos no Art. 4º III, da LDB. “Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.”

Outras Políticas Públicas importantes para a inclusão é o Parecer 441 CED-RS, e as Resoluções 056 e 267 de 2002 e 2006, que estabelecem as diretrizes a serem seguidas no Estado do Rio Grande do Sul. Segundo CARDOSO⁵ (2008), apesar das diretrizes, o RS vem encontrando grandes dificuldades ao estabelecer as políticas inclusivas, pois o RS ainda é o estado do Brasil que concentra o maior número de instituições segregadoras do Brasil. Existem movimentos que potencializam a inclusão das pessoas com deficiência, como as referidas leis, mas também, em razão das características étnicas, políticas e de formação, existe ainda um movimento bastante forte contra a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares. Todos querem o bem estar das pessoas com deficiência, e alguns temem que ao encerrar o atendimento educacional nessas instituições, os sujeitos que ali são atendidos fiquem desassistidos. No entanto, enquanto houver atendimento educacional nas escolas especiais, as escolas regulares não estarão sendo potencializadas para atender as necessidades das pessoas com deficiência.

O destaque maior fica por conta da Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001, que institui em seu artigo primeiro as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem “necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades”.

Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

De lá para cá houve um processo intenso de análise e transposição do Projeto Político Pedagógico para as diferentes realidades escolares, tanto nas redes de ensino público como na particular. Mas o que se constata, nesses últimos anos, na repercussão do confronto entre a legislação educacional e estas realidades, é o sentimento de incompletude, para não dizer impotência, das redes de ensino em geral, e das escolas e professores em particular, para dar conta desta proposta. Os professores na maioria das vezes julgam-se, despreparados para atender alunos com deficiência: falta-lhes a compreensão da proposta, a formação conceitual correspondente, a maestria do ponto de vista das didáticas, metodologias e as condições apropriadas de trabalho (por exemplo, uma carga horária suficiente e/ou turmas não muito numerosas de alunos). Segundo Naujorks, (2002), a maioria dos professores já em experiência de educação inclusiva mostram níveis preocupantes de stress, principalmente devido à inexistência de uma formação anterior visando à capacitação para o ensino desse aluno. A existência de equipes, para acompanhamento do desenvolvimento educacional e de saúde inexistente na maioria dos espaços. Recai tudo para os professores.

Não são apenas os professores que se percebem, de certa forma, impotentes. Também a escola como um todo, equipe pedagógica, faltam recursos materiais e funcionários de apoio. Um dos questionamentos que se escuta com frequência ao debater sobre inclusão no cotidiano é: Se já é difícil atender a heterogeneidade dos alunos “tradicionais”, com tantos casos de alunos em condições precárias de aprendizagem, ameaçados, de fracasso e exclusão escolar, como a escola poderá dar conta da demanda extra do atendimento dos alunos com deficiência? Tal interrogação sinaliza uma das barreiras que se colocam para a Educação Inclusiva. Necessita-se reconfigurar os modelos de atendimento aos sujeitos sociais, reconhecendo os movimentos históricos, transformadores de processos sociais que vão sendo modificados conforme as necessidades dos indivíduos. Este processo constitui-se em um dos desafios que as Políticas Sociais, professores, pais, alunos, técnicos e sociedade geral, terão

⁵ Marilene Cardoso. Banca de Qualificação deste trabalho realizada em 18 de Dezembro de 2008.

que enfrentar. A heterogeneidade é natural do ser humano, devemos aperfeiçoar nossas habilidades para trabalhar com isto.

As próprias famílias e os próprios alunos na maioria das vezes, sejam os ditos “normais” ou “com deficiências”, são tomados de surpresa diante da proposta Inclusiva. Talvez muito mais as famílias dos alunos ditos normais demonstram atitudes que oscilam entre o desconhecimento da proposta até a rejeição. Intimamente parece existir sentimentos significativos nas famílias, de medo, ansiedade, diante do que a convivência com os alunos deficientes pode significar para a formação dos seus filhos.

Assim, constata-se, em geral, nas realidades escolares, seja no âmbito das escolas públicas como nas particulares, um quadro de apreensão e insegurança diante do Projeto Político Pedagógico da Educação Inclusiva.

Os novos projetos federais, as novas constituições estaduais e as leis municipais reproduziram ou tentaram ampliar as referências à educação especial. Ainda em 1989, logo após promulgação da Constituição Federal (1988), a Lei 7.853, dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, reafirmando a obrigatoriedade da oferta da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino; afirmando que:

A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema “regular de ensino”; e definiu como crime o ato de “recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de alunos em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta”.

O decreto que regulamenta a Lei, publicado dez anos depois (Decreto Nº. 3.298, de 20.12.99), explicita que os serviços de educação especial serão ofertados nas escolas públicas ou privados, como segue:

Mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente

quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem estar do educando.

Nas várias reformas educacionais ocorridas no país nos últimos anos, com destaque para a nova LDB de 1996, o tema das necessidades educativas especiais esteve presente, com a referência comum da responsabilidade do poder público e da matrícula preferencial na rede regular de ensino, com os apoios especializados necessários. A referência ao papel central da escola comum na educação dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais foi assumida pela adesão do Governo Brasileiro à Declaração de Salamanca, de 1994⁶. A consulta aos textos políticos e legais e a percepção da expansão do atendimento da escola básica traz a impressão de um contexto favorável à expansão do processo de escolarização dos alunos que apresentam deficiências de diferentes naturezas, nos diversos níveis e modalidades de ensino.

2.3 O Processo de Inclusão das Pessoas Com Deficiências Frente às Novas Configurações Educacionais.

Refletir sobre os processos educativos, numa perspectiva de contribuir para os avanços necessários para a Educação Inclusiva, é o desafio lançado. Vivemos um momento importante, no que refere-se a propostas de mudanças na conjuntura educativa do Brasil e estas mudanças vem em busca de contemplar as Pessoas Com Deficiências.

Tomando como referência a Constituição Federal de 1988, que registrou o direito público à educação de todos os brasileiros, inclusive das Pessoas Com Deficiências, estes preferencialmente junto à rede regular de ensino, a questão

⁶ Conferencia Mundial da Educação Especial realizada em Salamanca – Espanha, entre 07 e 10 de Junho de 1994.

das políticas públicas a eles destinadas tornou-se mais presente em diferentes espaços da legislação educacional da União, dos Estados e Municípios.

Os novos projetos federais, as novas constituições estaduais e as leis municipais reproduziram ou tentaram ampliar as referências à educação especial. Ainda em 1989, a Lei 7.853, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, reafirmou a obrigatoriedade da oferta da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino; afirmando que:

A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”; e definiu como crime o ato de “recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de alunos em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta. (Lei 7.853).

O decreto que regulamenta a Lei, publicado dez anos depois (Decreto N°. 3.298, de 20.12.99), explicita que os serviços de educação especial serão ofertados nas escolas públicas ou privadas, como segue:

Mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem estar do educando.(Decreto N°. 3.298).

Nas várias reformas educacionais ocorridas no país nos últimos anos, com destaque para a nova Lei de Diretrizes Bases para a Educação Nacional (LDB) de 1996, o tema das necessidades educativas especiais esteve presente, com a referência comum da responsabilidade do poder público e da matrícula preferencial na rede regular de ensino, com os apoios especializados necessários. A referência ao papel central da escola comum na educação dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais foi também assumida pela adesão do Governo Brasileiro à Declaração de Salamanca, de

1994⁷. A simples consulta aos textos políticos e legais e a percepção da expansão do atendimento da escola básica daria por certo a impressão de um contexto favorável à expansão do processo de escolarização dos alunos que apresentam necessidades especiais de diferentes naturezas, nos diversos níveis e modalidades de ensino.

Para situarmos os possíveis avanços, partindo da área geral da Educação Nacional rumo à Educação Inclusiva, consideramos conhecermos como os métodos de ensino vem sendo desenvolvidos, bem como refletirmos sobre o modelo predominante utilizado até então, que tem suas atividades baseadas na Pedagogia Liberal.

A doutrina liberal apareceu como justificativa do sistema capitalista que ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais na sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção. (LIBÂNEO, 2002, p. 21)

A Educação Brasileira dos últimos 50 anos tem se pautado pelas características de ensino humanístico, de cultura geral, no qual os alunos são educados para atingir pelo próprio esforço sua realização como pessoa. Busca-se nesta perspectiva formar pessoas individualistas, capacitadas para mão de obra, que priorizem a máxima produção, com a consciência política apenas necessária ao Estado.

Num movimento alternativo para a Educação atual temos a Pedagogia Progressista que apresenta-se com três linhas definidas por Libâneo. Pedagogia Libertadora, que é também conhecida como Pedagogia de Paulo Freire, Pedagogia Libertária e Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos.

⁷ Conferencia Mundial da Educação Especial realizada em Salamanca – Espanha, entre 07 e 10 de Junho de 1994.

As versões libertadora e libertária tem em comum o anti-autoritarismo, a valorização da experiência vivida como base da relação educativa e a idéia de autogestão pedagógica. Em função disso, dão mais valor ao processo de aprendizagem grupal (participação em discussões, assembléias, votações) do que aos conteúdos de ensino. Como decorrência, a prática educativa somente faz sentido numa prática social junto ao povo, razão pela qual preferem as modalidades de educação popular “não formal”. (LIBÂNEO, 2002, p. 32).

Entendemos que a participação das Pessoas com Deficiência, nos espaços sociais deva acontecer, num movimento contínuo e progressivo, logo entendemos que os espaços escolares comuns a todos os cidadãos também devem atender a estes sujeitos. Neste sentido podemos incluir as Universidades, onde raramente percebemos uma Pessoa com Deficiência estudando. Abre-se aqui o leque de questionamentos. Será que estas pessoas não tem capacidade de estabelecer-se, ou estes espaços é que não oportunizam que pessoas fora dos padrões estejam ali? De modo geral, não são apenas as Pessoas Com Deficiência que não tem acesso às Universidades, mas também todos os grupos que estão fora do mercado consumidor, para citar alguns, trazemos as Pessoas com Deficiência, com qualquer defasagem e os pobres. Assim, temos ainda na Educação entre outras políticas de direito e de socialização, rigorosos critérios seletivistas, que focalizam a inclusão social.

Assim consideramos os processos educacionais Libertador e Libertário, com seus pressupostos de participação coletiva, como chaves para potencializar a inclusão social de todos os sujeitos. Também fazemos referencia ao modelo Critico Social:

A tendência da pedagogia critico-social dos conteúdos propõe uma síntese superadora das pedagogia tradicional e renovada, valorizando a ação pedagógica enquanto inserida na pratica social concreta. Entende a escola como mediação entre o individual e o social, exercendo aí a articulação entre a transmissão dos conteúdos e a assimilação ativa por parte de um aluno concreto (inserido num contexto de relações sociais); dessa articulação resulta o saber criticamente reelaborado. (LIBÂNEO, 2002, p. 32).

Nossa pretensão aqui não é aprofundar as discussões acerca dos conceitos específicos da Educação Liberal e Progressista, é sim de situar o

movimento que o sistema Educacional vem tendo, que atualmente estamos vivenciando e muitas vezes não nos damos conta das manobras que o sistema capitalista faz para manter sua hegemonia. No caso do ensino para as Pessoas Com Deficiências, no modelo Liberal, que é o predominante, existem no momento poucas alternativas que possibilitem a inclusão efetiva dos mesmos. A Inclusão das Pessoas com Deficiências, aponta para um modelo pedagógico e social que não tenham suas bases pautadas na perspectiva do lucro econômico, diferenciando-se das bases utilizadas neste momento. Talvez, com um modelo Progressista, onde os conteúdos seriam dirigidos com base nas experiências, limites e possibilidades de cada indivíduo, tivéssemos oportunidades concretas de estabelecer avanços significativos para a Educação Inclusiva.

Então, entendemos a Pedagogia Progressista, como contra ponto a Pedagogia Liberal, ainda que este modelo, por partir de uma análise crítica das realidades sociais, sustentando implicitamente as finalidades sócio políticas da educação, não tem como institucionalizar-se integralmente no modelo econômico capitalista. No entanto, a sua prática, neste contexto, significa resistência ao modelo excludente e vislumbra possíveis avanços para uma sociedade pautada nos direitos humanos.

A Educação Progressista segundo Libâneo (2002), questiona concretamente a realidade das relações do homem com a natureza e com os outros homens, visando transformar a sociedade capitalista, confirmando-se então como uma proposta educacional crítica. Nesta perspectiva, a transmissão de conteúdos estruturados a partir de fora da realidade do educando, tão tradicional no Modelo Liberal, é considerada “inversão cultural”, ou “depósito de informações”, porque não emerge do saber dos alunos. Na perspectiva Progressista o Educador, deve caminhar junto com os alunos, intervindo o mínimo possível, embora não se distancie do processo de aprendizagem.

Na perspectiva Progressista, os conteúdos devem ser colocados à disposição dos alunos, mas não exigidos. A matéria da disciplina ministrada pelo Educador, é um instrumento a mais, mas o que realmente importa é o conhecimento que resulta das vivências do grupo, numa participação crítica.

Logo, todos os alunos são chamados a aprender, não importando as suas limitações.

Dadas as linhas básicas da Educação atual, podemos afirmar, a partir das observações e das vivências tidas ao longo do processo educativo, que temos em grande parte dos Profissionais da Educação, conflito entre aquilo que os Educadores acreditam ser a maneira ideal de Educar, e as perspectivas que lhes são disponibilizadas para ensinar. Os educadores querem Incluir todos os alunos, no processo educativo, porém o sistema, ainda é seletivista e as Pessoas com Deficiência, muitas vezes sequer chegam a estudar nas escolas regulares.

Os países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil, necessitam injetar dinheiro em sua economia, recorrendo ao Banco Mundial - BM e Fundo Monetário Internacional - FMI, ao fechar estes acordos, estas agências BM e FMI, colocam condicionantes, entre eles estão questões de Educação, Saúde, Assistência Social, entre outros. Desta maneira, utilizando o caso da Educação para exemplificar, o Estado é obrigado a colocar em pauta estas exigências ao Ministério da Educação, que repassa às Universidades, que formam docentes, que vão para a sala de aula e contraditoriamente lançam saberes “sugeridos” a partir de experiências internacionais. Assim, temos firmado o distanciamento entre o que os educadores tentam ensinar e o que muitas vezes os alunos querem aprender.

Alguns educadores tem em mente os movimentos e princípios da Educação Progressista, porém as Escolas, continuam atuando na perspectiva tradicional. Assim, os alunos vão para sala de aula na maioria das vezes receber instrumentos prontos, e não vão com a perspectiva de construir a sua instrumentalidade. Aqueles alunos que não estão preparados para, apenas receber conteúdos, são segregados. É o caso dos alunos Com Deficiência. Este debate tem proporções que vão além, ao direcionar para os alunos aquilo que a escola pede que o professor repasse, este profissional está afirmando aquilo que o Estado repassou para a escola, e que muito provavelmente acordos internacionais exigiram que o Estado impusesse para as escolas. Está fechado assim um ciclo vicioso de manutenção do poder hegemônico capitalista. A escola

está negando a perspectiva de construção de um novo modelo de ensino e aprendizagem.

Como podemos observar, as reformas, que provocariam “inovações” na área educacional, assim como em muitos outros segmentos nacionais são fortemente influenciados pelos interesses internacionais. Infelizmente ainda não conseguimos nos desvincular das propostas sugeridas ao nosso mercado. Assim acabamos cometendo precipitações em muitos pontos. Ao pegar um modelo como é o caso do Brasil, americanizado, estamos abrindo mão da cultura do nosso povo e introduzindo o modo de vida que não atende a nossa população. As diferenças sociais, econômicas, políticas educacionais e tecnológicas não são traduzidas ao bojo desta cópia, o que gera um sistema frágil por consequência, que qualifica profissionais e principalmente cidadãos fragilizados, na maioria das vezes sem capacidade para argumentar, resistir, e cobrar das autoridades medidas significativas nas esferas que o circundam. É precioso condensar. Ao trazermos estes aspectos abrangentes sobre esta temática, estamos relacionando os diferentes temas que fazem parte da exclusão em nosso país. A exclusão das Pessoas Com Deficiência não é um fenômeno isolado, faz parte de uma totalidade de ações que não contemplam todos os sujeitos. A formação dos profissionais, inclusive Assistentes Sociais, nem sempre consegue dar conta da diversidade. O currículo, muitas vezes, contempla apenas as exigências do mercado de trabalho, e este mercado não está configurado para as Pessoas com Deficiência, logo todo o sistema de formação dos profissionais não preocupa-se com esta categoria. Se este sistema, de formação superior, ainda não está preparado para atender, os “ditos normais” para trabalhar com as Pessoas com Deficiência, é redundante, elencamos razões para que as Universidades ainda não tenham aberto espaço para estes sujeitos estudarem.

Nas configurações atuais do Sistema Educacional, que vem acenando cada vez mais para as Políticas de Mercado, do que verdadeiramente Educacionais, temos por exemplo a questão da Educação à Distância, que como o próprio nome prevê, pressupõe, um distanciamento entre os alunos e o Educador, conseqüentemente da construção do conhecimento com os usuários. Neste modelo educacional, os alunos parecem estar num segundo plano, numa

perspectiva, que coloca em primeiro lugar as possibilidades de aumentar os lucros. Citamos este novo modelo educacional, para ilustrarmos que ao contrario do que preconizamos, o sistema educacional continua caminhando com políticas que não visam contemplar todos os sujeitos, e principalmente os com deficiência. Esta nova configuração educacional, que apresenta-se principalmente para o ensino superior reduz as chances de qualquer cidadão de ter uma formação qualificada, pois limita a aprendizagem quase que exclusivamente à relação com o computador. A socialização é prejudicada, logo poderemos ter nos diferentes espaços, sujeitos tecnicistas e sem habilidades para conceber as diferenças do outro.

Voltamos para o nosso objetivo central aqui, que é refletirmos sobre as possibilidades de concretização de um projeto que realmente venha para dar conta da Inclusão Social das Pessoas Com Deficiência. Estamos reivindicando espaço para todos os sujeitos em sala de aula, de modo que estes possam ter assegurado o que lhes é de direito, no entanto o sistema educacional está agora negando a socialização das informações num contato direto entre professores e alunos, não só para quem é Deficiente, mas para todos aqueles que não tem condições de pagar por um ensino de qualidade. Parece-me que há uma semelhança com o movimento segregador de décadas anteriores, onde quem não podia estabelecer-se por qualquer dificuldade estava condenado a ir para o Manicômio, Escolas Especiais, Febens, etc. Deixamos aqui protestos as perspectivas de ensino e aprendizagem que não estão em sintonia com o bem estar dos cidadãos, e entramos num debate que também está diretamente ligado às novas configurações educacionais, que é o direito que todas as pessoas tem de estar em sala de aula, preferencialmente na escola regular, como prevê a Lei de diretrizes e Bases para Educação Nacional de 1996 (LDB).

O espaço escolar é rico e miscigenado, no qual afloram-se os jogos de força e de poder permeados por relações de gênero, etnia, classe social, idade, orientação sexual, religião, presença de deficiências entre outras. É neste espaço, que afloram questões como a violência contra as crianças e adolescentes, desestruturação social, econômica, cultural e familiar. Também é aí que colocam se inúmeras possibilidades para a ampliação da cidadania, e fortalecimento da

democracia. Enquanto Assistente Social acreditamos que um ambiente tão amplo, como apresentam-se as escolas na contemporaneidade, não pode ser pensado apenas com procedimentos políticos, pedagógicos e curriculares.

Neste cenário, pensando em possibilidades para a Educação Inclusiva, ainda que discretamente o governo passa a oferecer cursos para capacitação dos profissionais da área da educação, no currículo dos educadores passou-se a exigir disciplinas de treinamentos para trabalhar com os pessoas com deficiências. Foi criada a Associação Nacional de Necessidades Educacionais Especiais, que produz jornais, revistas, artigos, materiais diversos destinados aos educadores. Mas isto não é suficiente, Wise e Glass (2003, p.15), apontam neste sentido, “apesar desses avanços, governantes, professores e órgãos educacionais locais freqüentemente ficam apreensivos quando essas crianças ingressam na escola comum”.

Enquanto a comunidade estiver olhando para as pessoas com deficiências, seja qual for, com preconceitos, vendo-os como incapazes, seres não dotados de sentimentos, habilidades e construtores de sua história, teremos grandes barreiras para conseguir educar as pessoas com deficiências, seja em escolas especiais ou regulares. Faz-se necessário que todos sejam educados para conceber o diferente, livre de qualquer possibilidade de exclusão, ao contrário, estaremos sempre olhando para as Pessoas Com Deficiência com preconceitos. Estes cuidados apontam alternativas para que pessoas com deficiências, mesmo intelectuais, tenham possibilidades de serem incluídas, possibilitando maior autonomia, não dependendo unicamente de sua família, ou do Estado, e sim tendo nestas entidades profundos apoiadores para as suas conquistas.

A história nos mostra movimentos desastrosos com relação às Pessoas com Deficiência, e isto deve nos colocar em alerta para os caminhos a serem seguidos. Primeiro eram sacrificados, amputados, utilizados para justificar a incapacidade humana de conviver com o diferente. Há anos procura-se formas para trazer esta classe para o convívio social, seja nas escolas regulares, ambientes comuns da comunidade, mercado de trabalho, no entanto não se

consegue ampliar ações, frente as necessidades sociais que estes sujeitos apresentam.

Algumas atitudes, percebidas no âmbito da Educação Inclusiva vem como instrumentos de utilização politqueira, onde não consideram ou muito pouco é pensado, com relação ao objetivo principal da categoria que é batalhar por condições de qualidade de vida para Pessoas Com Deficiência. Algumas vezes os próprios familiares não conseguem perceber o que realmente é interessante para os sujeitos deficientes, e precipitam-se, caindo em ondas que a mídia pregou em programas de televisão, novelas ou ainda, atitudes consumistas, características da contemporaneidade. Percebe-se que as famílias estão cada vez mais desestruturadas:

Com as grandes mudanças pelas quais passou e passa a família, perdeu-se, de dentro dela, o diálogo, o que mais a caracterizava. Criou-se assim, outra instituição a serviço do poder, eis que dentro dela se questiona muito pouco, porque há pouco encontro. (THUMS, 2000, p.32).

Vivemos numa época de crise de valores, onde muitas vezes não conseguimos distinguir quais caminhos devemos seguir. As nossas ações são muitas vezes controladas por acordos que cumprimos sem nos darmos conta, como já exemplificamos. Na realidade posta, quando existem ações, estas, muitas vezes tomam caminhos perversos, busca incansável por votos, guerra de audiência, onde a humanização é descartada.

Em meio a uma população, onde muitos não tem acesso a cultura, são de baixo poder econômico e social, não devemos colocar estes sujeitos como culpados por suas tentativas frustradas de inserção. Porém, faz-se necessário considerar suas experiências, trazer para o debate temas reais como é este da Inclusão das Pessoas com Deficiência, afim de trabalhar a comunidade para alcançar a consciência critica. Para que esta consciência não seja apenas utópica, temos o dever enquanto profissionais educadores de trabalhar para que as pessoas não sejam objetos. Cada vez mais observamos que quando não

buscamos objetivos baseados nas comparações de quem é melhor, mas do que é melhor para “cada Ser Humano” coletivamente, avançamos na busca da conquista de pessoas realizadas em sua integralidade, com mais qualidade de vida, e este, pensamos ser um dos grandes desafios. Libertar-se dos paradigmas tradicionais para possibilitar a vivência do que é real.

2.4 As Influências da História Social da Infância e da Família no atendimento às Pessoas Com Deficiências

Durante muito tempo, as Pessoas com Deficiência, foram ignoradas em sua cidadania, o direito de existir em muitos momentos da história, foi negado pela sociedade, autoridades e familiares. Podemos afirmar ao buscar fundamentação histórica para entender este sentimento em relação às Pessoas Com Deficiência, que este, não era exclusivo para tal categoria. As crianças de modo geral, independentemente de serem deficientes, não eram reconhecidas como sujeitos com características próprias. Eram reduzidos a miniaturas de adultos, sem utilidade social.

Áries (1981, p.10-11) problematiza os avanços históricos tidos pela família. “No período do antigo regime, a família não tinha a missão afetiva, aquela família tinha missão de conservar bens, ajuda mútua cotidiana, honra e proteção das vidas.” A família era constituída, essencialmente pelas conveniências financeiras, o “dote”, propriedades e honra. A proteção à vida, referida pelo autor deve ser entendida como proteção aos direitos fundamentais dos adultos. A violência contra as crianças neste período chegava a atos com conseqüências irreparáveis. O infanticídio era tolerado. Os pais tinham reconhecido socialmente, ainda que não por algumas autoridades a prática de matar seus filhos, se lhes era conveniente. O infanticídio quando se tratava de uma Pessoa com Deficiência

parecia ser algo tão natural que não gerava qualquer ressentimento, era praticado como algo necessário para sujeitos que representavam apenas um peso social. Eram tidos por suas famílias como uma carga que lhes roubaria muito tempo e doses elevadas de dispêndio para outras atividades.

Áries faz uma leitura da evolução das famílias, análise realizada com a consulta a gravuras históricas, onde constata que:

(...) apenas no fim do século XVII início do século XVIII, partindo de fontes principalmente francesas, passa a haver o recolhimento de famílias longe da rua, da praça, da vida coletiva e sua retratação dentro de uma casa melhor definida contra os intrusos e melhor preparada para intimidade (ARIÈS, 1981, p. 23).

Até o Séc. XVIII, as famílias não estavam organizadas para acolherem aos filhos e nem mesmo ao casal. As famílias eram verdadeiras instituições, com interesses financeiros, comerciais e de status social. As crianças não eram representadas nas gravuras, demonstrando, o espaço restrito que tinham no mundo dos adultos.

É por volta do século XII que a arte medieval começa a representar a infância, algo que antes era desconhecido, ou pelo menos não tinha significado relevante, ao ponto de serem representados. “Num quadro que representa o Evangelho em que Jesus pede que se deixe vir a ele as criancinhas no século XI, aparecem oito miniaturas de homens sem nenhuma característica da infância”. (ÁRIÈS 1981, p.50). No século XIII, adota-se um novo costume, de pintar gravuras de crianças como anjos, o que representa um sentido mais moderno.

No século XIX, as gravuras que abordavam as crianças e a família, aparecem nos mais diversos cenários, crianças sozinhas e com familiares, mas ainda não eram um retrato com identidade pessoal, e sim um determinado momento de sua vida, que estava sendo representado. As crianças eram meros espectadores que estavam naquela situação, eram coadjuvantes. Ainda neste período, no caso de morte, os pequenos eram vistos por suas famílias como perda eventual (ARIÈS 1981, p.57). Neste mesmo período, impulsionados pelo

movimento moralista e religioso, as crianças ganham tal importância que passam a ser representadas nos mais diversos locais de sua vida cotidiana e mais tarde, com avanço tecnológico, fotografadas.

A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes. Essa afeição se expremiu sobre tudo através da importância que se passou a atribuir a educação (ARIÈS, 1981, p. 11).

As crianças com deficiência, pelo menos nas gravuras, não são representadas, o que demonstra o pouco reconhecimento destes sujeitos. Percebemos que os avanços na área do desenvolvimento da infância e da família, historicamente, ocorrem primeiramente nas camadas elitizadas da sociedade, depois se estende às camadas populares. No entanto, quando consideradas as Pessoas Com Deficiências este processo é mais lento e demorado. Se o sentimento pela infância modificou-se drasticamente nos séculos XVII e XVIII, podemos dizer que somente no final do Séc. XX as Pessoas com Deficiência passaram a ser reconhecidas como sujeitos pertencentes ao núcleo familiar dotados de direitos legais.

Na sociedade medieval o sentido da infância não existia. Sentimento da infância não significava o mesmo que afeição pelas crianças; corresponde à consciência da particularidade infantil, destingue essencialmente a criança do adulto (ARIÈS, 1981, p. 156).

A Política Educacional teve papel importante nestas mudanças. No período antigo, os filhos eram enviados a outras famílias assim que faziam 7 anos de idade dificultando qualquer entrelaçamento sentimental com os pais. Com a criação das escolas, as crianças passaram a ficar mais tempo em casa, criou-se um ambiente mais favorável ao novo sentimento da infância. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. Nessa época não podia alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Com a extensão

da frequência escolar, a escola deixou de ser reservada aos clérigos e tornou-se instrumento normal de iniciação social, passagem da infância a vida adulta. Este foi um importante aliado para o estabelecimento do novo sentimento da família.

No séc. XVII algumas pessoas consideravam insuportável a atenção que se dispensavam as crianças. Isto resulta novo sentimento de “pararicação” dado às crianças. O primeiro sentimento da infância caracterizado pela paparicação surgiu no meio familiar, na companhia das criancinhas pequenas. O segundo ao contrário proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei, raros até o séc. XVI e de maior número séc. XVII, preocupados com a disciplina e racionalidade dos costumes.

No séc. XVIII, estes dois elementos estão associados a um elemento novo: a preocupação com a higiene e a saúde física (ARIÈS, 1981, p. 159).

As escolas trouxeram a possibilidade de que as crianças não fossem mais afastadas das famílias. A família pode concentrar-se em torno das crianças. Esta mudança permitiu um novo comportamento, muito mais próximo do contemporâneo. A família em torno do casal e dos filhos. Áries (1981, p. 231), afirma que “é como se a família moderna tivesse nascido junto com a escola”.

Se a família durante longo período histórico não tinha a preocupação em atender as necessidades particulares das crianças, acreditamos que este sentimento é acentuado em relação às crianças com Deficiência. As crianças eram vistas como adultos em miniatura, quase inúteis pelas fragilidades físicas deste período da vida, assim compreendemos porque as crianças que nasciam Deficientes com fragilidades acentuadas em relação às demais crianças eram renegadas, abandonadas sem qualquer piedade.

Neste sentido, o desenvolvimento do sentimento pela infância e família pode estar ligado ao reconhecimento enquanto sujeito de direito, e potencialização de possibilidades para inserção social das Pessoas com Deficiência. Apesar das literaturas não apontarem uma relação direta deste reconhecimento das Pessoas Com Deficiência na família neste período, acreditamos que a partir do momento que a Família assume um novo papel

social, com sentimento pelos filhos, aliado as inovações tecnológicas e novas possibilidades de cuidados de saúde, está criada a base que resultaria nas características atuais para o reconhecimento, enquanto sujeitos dotados de direitos, das Pessoas Com Deficiência.

De qualquer modo, as conquistas para as Pessoas com Deficiência são mais lentas do que para os demais. As aberturas sociais que possibilitaram reconhecer as crianças como sujeitos particulares, pertencentes à família e também à sociedade, não foram conquistas isoladas e direcionadas apenas as crianças, foram avanços significativos para a família, sociedade e Estado, que agora tinham as crianças com uma nova função no contexto social. As crianças passaram do anonimato familiar a ocupar função central nas vivências familiares e sociais. Este movimento colocou toda a sociedade a pensar maneiras de melhor atender as necessidades dos infantes e da família, bem como demais instituições sociais.

Entendemos que este novo modo de organização social, foi chave para a maneira de percebermos os diferentes espaços às pessoas com deficiência, pois a evidência na família e nas crianças também serviu como estopim para a necessidade de pensar possibilidades para esta categoria, que até então era tratada de modo vendado.

Sobreviver é pouco. A criança tem direito a viver, a desfrutar de uma rede afetiva, na qual possa crescer plenamente, brincar, contar com a paciência, a tolerância e a compreensão dos adultos sempre que estiver em dificuldade (VICENTE, 2000, p. 51).

A família, nas suas diferentes configurações históricas tem pelo menos uma característica que sempre a acompanhou. O fato de representar uma função social que ora reproduz conceitos e ora configura novos rumos a serem seguidos.

A família como vemos em Áries, já desempenhou diversas funções, sempre estando presente na sociedade como um dos mais importantes aparelhos ideológicos a serviço dos avanços da sociedade contemporânea. No entanto a

família também está a serviço da manutenção e da reprodução das práticas sociais.

A grande questão que deve ser discutida é: qual o verdadeiro papel que a família executa? Será que é somente o de procriação, desenvolvimento, socialização e manutenção dos filhos? Não haverá outras funções?

Queiramos ou não, a família recebe grande influência do modo de produção em que está inserida. As relações básicas duma sociedade irão influenciar direta ou indiretamente a estrutura familiar. E é isso que gostaríamos de mostrar.

No modo de produção capitalista, a família que não é consciente, que não se vigia, prepara os elementos para a produção, forma cidadãos de acordo com as necessidades do sistema, (GUARESCHI, 2007, p. 111).

A contradição está presente nas relações societárias. Se por um lado o novo modelo de organização social, centrado na família e na escola representa a possibilidade de reconhecimento dos sujeitos com características únicas, avançando para a centralidade da família na criança, também possibilita que este espaço sirva de reprodução de características que impedem avanços para a sociedade inclusiva. A educação também avançou em suas práticas, as crianças, considerando o sentimento da família, que antes eram enviadas a outras famílias para sua educação, passaram a estudar nas escolas que permitiam que os filhos não saíssem de casa para serem educados.

Se antes, as crianças eram educadas reproduzindo os ensinamentos das famílias educadoras, agora estão à mercê da função escolar, que também tem função de reproduzir as necessidades que o modo de produção vigente estabelece.

No capitalismo, as relações são de dominação (alguns são donos dos meios de produção) e de exploração (o capital expropria parte do trabalho de quem trabalha). A escola faz parte da superestrutura, que são instituições criadas para reproduzir e garantir as relações de produção (GUARESCHI, 2007, p. 99).

A escola é o aparelho ideológico, a instituição superestrutural criada pelo sistema capitalista para reproduzir as relações de poder e dominação. A educação diferentemente pressupõe que as pessoas possuem “potencialidades próprias, que vão sendo atualizadas, colocadas em ação e desenvolvidas através do processo educativo” (GUARESCHI, 2007, p. 100). Os objetivos da escola, enquanto aparelho reprodutor sobrepõe-se aos objetivos da educação, não reconhecendo os sujeitos como seres únicos em suas potencialidades. A aprendizagem pressupõe aproveitar tudo o que já existe de humano dentro das pessoas, avançando num processo dialético, incessante que resulta em conhecimento.

2.4.1 Família nas Relações Sociais

A família se constitui num grupo único, no entanto ela se encontra dentro de um contexto social maior, sendo que a comunidade em que está inserida é seu contato imediato e a sociedade geral, representa o contexto social amplo onde a família está inserida.

Como vimos com Guareschi, à família é influenciada pelos determinantes sociais e reage a estas influências. Os valores e os costumes propostos pelo contexto social exercerão influência direta sobre o modo de organização da família. Alguns desses determinantes podem estar apoiados em vivências históricas do modelo de organização das sociedades, o que pode resultar em reprodução de conceitos que não condizem com as necessidades dos sujeitos contemporâneos. De acordo com Buscaglia (1997, p. 80), “O preconceito pode ser dirigido à raça, cor, religião, condição, ao status social e até mesmo a diferenças físicas e mentais e se constituirá em uma força potente e influente no comportamento da família”. Nos atendimentos realizados pelos técnicos no

CEME, aparece como uma das possibilidades de fortalecimento da inclusão social do aluno a orientação aos pais, “[...] Cada individuo que vem eu já dou orientação para os pais e automaticamente se a gente vê que esse atendimento não está dando resultados, a gente faz reuniões para poder estar orientando” (T2).

Também na fala deste mesmo técnico, fica explícita a resistência de alguns familiares, professores e comunidade ao trabalhar com pessoas com deficiência.

Quanto aos limites foi o que eu te falei, que as pessoas ainda estão resistentes e com medo de lidar com essa dificuldade. E possibilidades eu acho que tem que ter cursos para que esses professores possam estar mais capacitados para atender, acredito que agora, contamos com professores mais antigos, que tiveram uma formação mais básica, não tiveram na faculdade as matérias, mas acabam tendo experiência... Eu acho que precisam de mais apropriação, conhecer melhor, porque existe um estigma de que o deficiente é problema, eu acho que já vem rotulado como problema, (T2).

Tanto a família quanto os profissionais que atendem as pessoas com deficiência, num primeiro momento estão cerceados de estigmas que influenciarão no resultados da qualidade da relação a ser estabelecida com o sujeito deficiente. É claro que atividades como grupos, tanto envolvendo familiares quanto professores podem mudar este fato. Daí a importância das atividades grupais.

De modo geral quando alguém decide ter filhos, fantasia a imagem de um Ser perfeito. A família perfeita⁸ tem que ter um filho perfeito. É a afirmação da família tradicional, composta por pai, mãe e filhos. O fato de conceber uma pessoa com deficiência está instituído no imaginário social como associação a imagem de incapacidade, de dependência, de sofrimento, de trabalho, de culpa e de dor. Não é raro observar, nas falas de pais e mães que esperam um bebê, a esperança de que seu filho possa de alguma forma, realizar coisas que eles não alcançaram. É evidente que pensamentos que ameaçam esses sonhos sejam prontamente rechaçados e que a expectativa de uma criança sem maiores problemas permaneça como imagem central do desejo familiar.

⁸ Ver RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

“Os dados do Censo de 2000 informam que 24,5 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, 14,5 % da população”. (NERI, 2003, p.01). Este dado sugere que a incidência da deficiência não é um fato relativamente raro (14,5%); porém, ainda é um fenômeno com pouca visibilidade, carregado de caráter de excepcionalidade, o que escamoteia uma realidade que está posta.

Os pais podem perceber a deficiência de seu filho de várias maneiras. Isso pode ocorrer muito antes de o bebê nascer, como por exemplo, nos exames relativos à fase pré-natal. É comum, nessa fase, a ocorrência de problemas referentes à má-formação, síndromes e infecções que levam à deficiência. No entanto, as evidências são mais comuns em boa parte das deficiências, com condições mais favoráveis a serem diagnosticadas logo após o parto, com a observação direta da criança e com exames clínicos imediatos.

Independente do momento em que os pais entram em contato com a deficiência de seu filho, por mais fortes e maduros que possam ser, esta é sempre uma situação de muita dor, medo e incerteza. Para Batista e França (2007), pode ser comum que os pais entrem numa fase de negação ao diagnóstico, e passar a buscar incessantemente por novos pareceres técnicos, que podem ou não confirmarem o apontamento inicial. Este período de negação pode ser favorável a família e ao bebê, que estará recebendo todas as potencializações possíveis para ser estimulado. Para a família, significará a percepção das necessidades inerentes ao novo componente familiar, e também a formação de vínculos com pessoas que fortalecerão o desenvolvimento do bebê.

A próxima etapa vivenciada pela família é chamada de fase de aceitação, na qual o maior contato possibilitou uma visão mais realista da criança e de sua deficiência. Os pais vão conhecendo melhor o seu filho, e este também os vai conhecendo melhor. O vínculo emocional já está devidamente estabelecido e inquebrantável. A evolução da criança é percebida gradativamente, e os pais já se tornam mais participativos, buscando cada vez mais apoio, sugestões e esclarecimento. Alguns já reconhecem que tristeza e frustração são sentimentos que devem ser encarados com naturalidade. Estabelecem novos parâmetros de comparação e expressam satisfação com as conquistas do filho. Em geral ainda apresentam uma postura superprotetora, mas que com o tempo tende a diminuir (BATISTA; FRANÇA, 2007, p.04).

A superação, ou não destas fases estarão de algum modo incidindo em toda a vida social do sujeito com deficiência. Pois se a família não aceitar o novo integrante, com todas as suas características, poderá passar a culpabilizar-se pela deficiência do filho, ou a camuflá-lo de todas as possibilidades de inserção social possíveis. Uma das mães de aluno com deficiência entrevistada na Pesquisa intitulada “O processo de inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares do município de Carazinho”, diz que como o seu filho é “doente”, ele não pode estudar em qualquer escola. Esta afirmação remete para as concepções antigas das pessoas com deficiência, onde se confundia a deficiência com a doença. Mais do que isto expressa a superproteção que a família exerce sobre o filho em razão da sua deficiência. Também representa a falta de segurança, confiança na estrutura da escola, e das Políticas que atendem as Pessoas Com Deficiência.

Percebemos que os pais querem o melhor para os seus filhos. No caso dos filhos com deficiência, protege-los em excesso, não permitindo que eles vivam todas as suas fases intensamente, pode significar uma proteção que resultará possivelmente na dificuldade de adaptação da criança a qualquer espaço que não seja a família. O processo de inclusão social da pessoa com deficiência, depende de transformação de toda teia social, inclusive da família, no que tange a proteger de maneira adequada ao filho, permitindo que ele, como todas as crianças, participem dos diferentes espaços de socialização, isto inclui a escola regular também.

O processo de adaptação dos pais a este contexto é, em termos afetivos, doloroso e o mais comum é a família adotar atitudes de superproteção, resultando em excessivo cuidado e defesa do filho deficiente. Além disso, é muito comum que pais de crianças com deficiência tenham atitudes de maneira mais diretiva e com maior controle e domínio sobre as atividades da criança. Essa maneira de agir pode afetar as possibilidades de socialização, de aprendizado de interações mais ativas da criança.

Buscamos aqui evidenciar junto à historicidade das famílias, as diferentes fases que esta superou, relacionando como provável, a ligação da evolução da família e a criação de possibilidades de inserção na família e na sociedade das pessoas com deficiência.

A família, assim como as Pessoas com Deficiência, vem sofrendo profundas transformações na maneira de relacionar-se socialmente. A família historicamente vem desempenhando diferentes funções na sociedade, desde aparelho ideológico reprodutor de paradigmas, como tem sido espaço de importantes conquistas, inovações no modo de organização social, quebra de padrões.

É a família se reinventando constantemente, para onde ela vai? ninguém sabe, mas continuará sendo um dos mais férteis espaços de intensos progressos nas relações humanas. Como abordamos na disciplina de “Família, Historicidade e Contemporaneidade”, com a saudosa professora Maria Isabel Bellini, as mudanças constantes que a família vem passando, reconfigurando-se, não significa a sua falência, significa sim um novo momento, uma família com novas características singulares.

2.5 Educação Inclusiva e o Neoliberalismo: o desafio da sociedade contemporânea

Na perspectiva de abordar a Educação Inclusiva e o Neoliberalismo, temos diversos modos para fazê-lo. Optamos por iniciar fazendo referência àquilo que observamos em nosso cotidiano, nas vivências tidas junto aos usuários, nos atendimentos para pessoas com deficiência. Estes elementos são fundamentais para compreendermos o que está acontecendo na contemporaneidade nesta temática.

Constantemente percebemos as pessoas fazerem a seguinte analogia. As pessoas que estão à margem da sociedade, no modelo atual de grande parte dos seres humanos, assim estão, marginalizados, porque não querem trabalhar. O trabalho é considerado um importante mecanismo de inserção social. Segundo Cattani, (2000, p. 80), “O trabalho foi durante muito tempo, o fator de integração de produção de identidades coletivas estáveis e modelo de referência suscetível de estruturar o campo social”.

Estes sujeitos, que na concepção de muitos, não “quer” trabalhar, está nesta condição pelos mais variados motivos. Não trabalham porque não tem qualificação, não são qualificados porque não tiveram oportunidade de estudar. Quando estudam, no sistema público, principalmente ensino fundamental e médio, geralmente são preteridos aos que estudaram nas instituições privadas. Logo, desqualificamos a premissa de que quem está a margem da sociedade, excluído do sistema economicamente produtivo, assim fica por não querer inserir-se na sociedade do trabalho, da educação, da saúde, assistência social, entre outros.

As Pessoas com Deficiências, que vêm ao longo da história da humanidade sendo segregadas⁹, estão agora, devido aos avanços tecnológicos tidos nas diversas categorias, em um momento chave. Ou abrem se os espaços efetivamente para todos, ou continuaremos olhando para as pessoas com deficiência, com olhar paternalista, assistencialista e de superioridade.

Observando a historia de como a humanidade vem relacionando-se com as pessoas com deficiência, podemos afirmar que houveram alguns avanços. Diferentemente de anos anteriores, estes, tem acesso ainda que segregadamente à Educação, Serviços de Saúde, vivências em família e até mesmo, em raros casos, ao Trabalho. Há algum tempo, eram considerados ineducáveis, abandonados ao relento, ou em cativeiros, até mesmo dentro de suas casas, esperando a morte chegar. Ainda que considerando alguns avanços, não sabemos o que é mais cruel, o abandono desvendado do passado, ou o

⁹ Entende-se por Segregação, o ato de estar fora. O sujeito que por qualquer motivo, é retirado dos espaços de socialização que também lhe é de direito.

velamento do presente, onde muitas vezes, finge-se que a inclusão está acontecendo integralmente.

Atualmente, grande parte das pessoas com deficiência está segregada em instituições filantrópicas, onde recebem atendimento educacional e de saúde, o que não é de todo ruim. No entanto estão à mercê do paternalismo e assistencialismo da sociedade civil. Se a população civil assumir esta responsabilidade novamente, contribuindo para além dos Impostos, há qualidade nos serviços, caso não haja este entendimento, os serviços prestados às pessoas com deficiências, são precarizados.

De modo geral, a comunidade “gosta” de contribuir para a “causa”, das pessoas com deficiências. Neste gesto, depositam muito mais que um valor financeiro. Justificam ali, numa ação assistencialista, o paternalismo que grande parte da sociedade ainda acredita ser necessária aos sujeitos com deficiência intelectual, e indo além não apenas para as pessoas com deficiência intelectual, este é o sentimento com relação a qualquer pessoa com deficiência.

A lógica da cidadania é negada no processo de Segregação, e não apenas as pessoas com deficiências, mas também a diferentes segmentos vulneráveis, como, negros, mulheres, desempregados, entre outros. Com este olhar inicial, percebemos que há uma tradição. Retirar do convívio social todos os grupos ou indivíduos que não são necessários à acumulação capitalista. Esta prática, ainda que mascarada é tida como necessária, principalmente em tempos de Ajustes Neoliberais¹⁰.

Sabemos que as pessoas com deficiências, tem potencial, alguns mais, outros menos, como naturalmente acontece com qualquer Ser Humano. Vejamos o que nos traz Skliar (1997, p. 25): “Duas pessoas com idênticas deficiências, e que vivem em sociedades diferentes, possuem obviamente, trajetórias de desenvolvimento diferentes”.

¹⁰ Momento de readequação capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América e Inglaterra, visando Liberalização dos mercados internacionais.

Isto demonstra, que ao segregarmos, qualquer sujeito, estamos castrando-lhe as possibilidades destes estarem exercitando as suas habilidades educacionais e de socialização. Ao negarmos por qualquer motivo o acesso de qualquer ser humano aos espaços que são de direito de todos, estamos afirmando que a cidadania só é efetivada se o sujeito não for surdo, não for cego, não for pessoa com deficiência intelectual, não for negro, não for homossexual, não for indígena, não for desempregado, ou se ganha mais do que um valor x na venda de sua força de trabalho.

Para além disto, na perspectiva da segregação, estamos reafirmando conceitos da Idade Média. Segundo Pessotti, (1984), é por volta do ano 1325 que há rupturas na maneira de pensar sobre Pessoas Com Deficiências. Até então os sujeitos que nasciam com deficiência, não tinham direito a vida. A partir de 1325, passam a ter reconhecimento frente aos demais sujeitos, adquirem status de seres humanos. “Serão pequenos do bom Deus, (como anjos) portadores de desígnios especiais de Deus ou como presa de entidades malignas, às quais obviamente serviriam, (atos bizarros) (SKLIAR, 1997, p. 27)”.

Pela ética cristã, estabeleceu-se que as pessoas com deficiência intelectual eram almas que cederam aos apelos do Demônio e assim, culpabilizavam na maioria das vezes os próprios deficientes intelectuais, pelas suas deficiências. Vive-se um dilema, a caridade aos angelicais, ou o castigo por ter se sujeitado ao “Demônio”. Surge assim a segregação. Algo semelhante a culpabilização das classes oprimidas da atualidade.

O castigo como caridade é o meio de salvar a lama das graças do demônio e salvar a humanidade das condutas indecorosas das Pessoas Com Deficiências Mentais. De outro, lado atenua-se o castigo com o confinamento, isto é a Segregação, (este é o castigo caridoso, dá teto e alimentação, enquanto esconde e isola do contato, àquele incomodo e inútil sob condições de total desconforto, algemas e falta de higiene) (SKLIAR, 1997, p. 27).

Assim apresentamos o núcleo da Segregação. É aí que residem também o início dos traços de superioridade que ainda percebemos perpetuar em muitas das ações dos ditos “normais” para com as pessoas com deficiências.

Estabeleceu-se que quem não tinha condições de sociabilizar-se segundo os padrões, era retirado do meio social. Os seres humanos que não têm cassado este direito sentem-se no dever de dar a sua contribuição assistencial àqueles que são tidos como inferiores e não estabelecem-se nos padrões estipulados pelo modo de vida global, ou de determinado grupo.

Estamos avançando nas discussões e ao trazermos elementos que dizem respeito a inclusão da diversidade na sociedade, não estamos apenas referindo-nos às pessoas com deficiências, mas afirmando que é necessário, mudanças estruturais, nos aparelhos educacionais e sociais como todo. Para as escolas, é necessário um sistema de avaliação que permita a participação de todos os sujeitos. Os currículos não devem contemplar apenas a aprendizagem cognitiva, e sim o conjunto das habilidades e evolução da diversidade. Mas isto não basta, é necessário também, repensar todo o tecido social para que tenhamos estabelecido em linhas prioritárias, a equiparação de oportunidades a todos os cidadãos, tendo assim efetivamente algo que diz respeito à cidadania.

A atenção à diversidade na escola e na sociedade pressupõe o reconhecimento do específico e do diverso e implica assumir que cada país deverá definir políticas pensadas desde a sua própria realidade, relevantes e apropriadas a seu contexto, sua história e a sua cultura. (CAMACHO, 2004, p. 11).

A má distribuição de renda, refletida na pobreza de parte da população mundial, não é um fenômeno natural e inevitável. Este processo é fruto de políticas econômicas e sociais equivocadas, defensoras dos interesses apenas dos mais ricos. Nesta gama de interesses, a luta contra as desigualdades, miserabilidade, fica em segundo plano e na maioria das vezes, quando é trazida para o debate, é utilizado como pretexto para reafirmar a manutenção das desigualdades.

No modelo de Estado Liberal, segundo Silva, (2004), prevalece a concepção de que a ação estatal justifica-se para suprir insuficiências do

mercado, junto a certos segmentos sociais. As políticas sociais¹¹, são seletivas, focalizadas e clientelistas. Neste modelo, que é o anterior ao Neoliberal existem duas maneiras de estímulo para o mercado. Passivo, pela contenção dos serviços sociais, forçando o retorno ao trabalho e Ativo, pelas medidas em favor do seguro privado. A assistência social é prestada aos comprovadamente pobres, com caráter tópico e residual.

Nas décadas de 1970 e 1980 segundo Soares (2000), há uma crise, atribuída às mudanças tecnológicas chamadas de “terceira revolução industrial”. Esta suposta crise, desencadeia ações de ajuste ao capital, denominado Neoliberalismo. Os Estados Unidos, e Inglaterra lideraram estas ações, buscando reduzir os custos do Welfare State e liberalização do mercado internacional. “O novo modelo retira a identidade dos direitos sociais e restringe a concepção de cidadania. A produção é cada vez mais privatizada. A legislação trabalhista caminha para a desproteção da força de trabalho” Soares (2000, p.13). Nesta nova proposta para atender as demandas do capital, o Estado é diminuído, a responsabilidade pelas ações antes estatais, são atribuídas ao privado, que recorre ao assistencialismo e paternalismo, como alternativa. Os sujeitos que não fazem parte da distribuição de capital são culpabilizados pela condição econômica e social que ocupam. O Brasil, considerando a trajetória Político Social, (ditadura 1964- 1986) resistiu durante algum tempo para ceder ao ajuste Neoliberal, sendo o último país Latino Americano a internacionalizar-se “ajustar-se”. Isto ocorreu em meados da década de 1990.

Este ajuste Neoliberal tardio não garante vantagens ou desvantagens, a nação. Quando acontece, é de modo avassalador, mudando radicalmente a trajetória política, social, econômica do país. A população sente as consequências no mercado de trabalho que é restrito, nas ações de assistência social que são restritivas e focalizadas, na perspectiva neoliberal e jamais atenderão a Universalidade. A Educação, muitas vezes não atende a realidade dos sujeitos, utiliza-se de modelos estrangeiros, distantes da realidade Latino Americana, isto dificulta trabalhar numa perspectiva inclusiva.

¹¹ Conjunto de medidas e instituições que tem por objetivo o bem-estar e os serviços sociais. (LAURELL, 2002. p. 153).

Nesta lógica, vejamos a questão da mídia brasileira. Uma das atividades de “lazer” mais comuns tidas em nosso país, é assistir as novelas, que configuram-se como importantes aparelhos ideológicos. Estes espaços trazem, muitas vezes as pessoas com deficiências, os homossexuais, e histórias de pessoas marginalizadas. As discussões geralmente tendem a seguir a mesma lógica. Através do mérito pessoal estes sujeitos, (heróis) buscam e conseguem garantir os mínimos para sua subsistência, seja no campo da saúde, educação, assistência social, trabalho, lazer, etc. Poucas vezes, a perspectiva de direitos assegurados através das leis existentes no País é evidenciada. Jamais nestes espaços é desvendado, o foco central e necessário para que estes sujeitos tenham autonomia, que é a garantia, sem a necessidade de favores, da cidadania, construída num processo coletivo, alcançado através das Políticas Sociais, Educacionais, de Saúde, Previdência existentes, e que devem atuar num processo interrelacionado e constante.

É importante considerarmos o que Fiori (1997) nos traz. O Neoliberalismo, minimiza a intervenção do Estado, com despolitização dos mercados e liberdade de circulação de indivíduos e capital privado, defendendo o individualismo, valorizando as conquistas e competências individuais. Neste sentido, o Estado ficaria apenas com intervenção nas áreas não rentáveis, de extrema carência. Assim temos em alguns momentos a esfera privada defendendo as Políticas Sociais, pressionando que o estado financie o chamado Terceiro Setor para suprir as Políticas Sociais, antes de competência do Estado. Logo, o fato de setores privados estarem constantemente buscando “defender” as Políticas Sociais, sem atender critérios de universalização nos atendimentos, é mais uma característica de Ajustamento Neoliberal.

Ter garantido o acesso aos serviços sociais, é requisito prévio para que as pessoas com deficiências, bem como todo cidadão, possam gozar de igualdade de oportunidades. Neste campo, das políticas sociais, reside a chance para todos os cidadãos exercerem os seus direitos civis, políticos, sociais e culturais, e ter outorgado o direito de igualdade de acesso a todos os serviços, que devem ser comum a todos os seres humanos.

A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da Educação Escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência. Depende, contudo de uma disponibilidade interna para enfrentar as inovações, e essa condição, não é comum aos sistemas educacionais e aos professores em geral. (MANTOAN, 2004, p. 27).

As escolas, no Brasil, com o modelo tradicional, não vem dando conta de incluir as pessoas com deficiência intelectual. Estes espaços vêm seguindo rigorosamente o estabelecido pelo modelo Neoliberal, seletivista e rígido no que tange à questão do respeito e não aceitação dos alunos que não preenchem as expectativas clássicas, de formação para o mercado. Também percebemos os professores, constantemente afirmando que não estão preparados para atender as pessoas com deficiências. Estas afirmações emergem, na maioria das vezes a partir de situações pontuais, assim como, por exemplo, também surgem diante de casos nas salas de aula sobre bullying, sexualidade e violência, entre outros. Há sim uma sensação de insegurança por parte destes profissionais, que tendem a justificar os velhos problemas enfrentados pelas escolas, nas pessoas com deficiências que agora vem cada vez mais estão ocupando estes espaços.

Neste contexto não adiantará vendarmos os olhos para tais demandas. É necessário que haja possibilidades concretas de enfrentamento para as questões levantadas pelos professores. O Assistente Social, bem como outros profissionais, como Pedagogos, Psicólogos, Terapeutas Ocupacionais, podem estar atuando, enquanto equipe técnica de apoio, no sentido de informar, problematizar e construir junto com alunos, pais e professores, alternativas para os enfrentamentos da sala de aula, sejam as questões já tradicionais das escolas, ou as novas demandas inerentes à Educação Inclusiva. Uma das questões importantes no que tange à Educação Inclusiva é, tratar todos os elementos do processo, com as devidas dimensões, sem generalizar os problemas inerentes do processo pedagógico tradicional, às Pessoas Com Deficiência.

Em pesquisa realizada na graduação do curso de Serviço Social¹², (SILVA, 2004), constatamos que na maioria das vezes, devido à falta de estrutura física,

aparato técnico, profissionais adequados, a rede regular de ensino ainda recorre às instituições especializadas. Algumas vezes até mesmo encaminhando crianças que não caracterizam uma deficiência intelectual, é o caso dos hiperativos e transtornos de déficit de atenção, ou ainda transtornos das múltiplas habilidades escolares. Aqui, é importante, afirmarmos que não estamos contribuindo para o pensamento de que apenas profissionais especializados podem trabalhar com as pessoas com deficiências. Estamos referenciando o trabalho em rede, onde acreditamos que equipe técnica, com ênfase no Serviço Social, que acompanhe o processo de Inclusão nas escolas regulares tem extrema relevância. Esta possibilidade irá resultar em condições favoráveis para que os professores possam desempenhar o seu trabalho e os alunos com deficiências, possam estudar num ambiente saudável, que lhes é de direito.

Para além da Educação Inclusiva, as escolas, são um espaço onde as expressões da questão social, aparecem constantemente. Em tempos de ajuste Neoliberal, com acumulação de capital para poucos, falta de trabalho para muitos, mudanças de concepção familiar, há desestruturação familiar. A pobreza material, alia-se a confusão nos valores até então afirmados. A falta de trabalho, confunde-se muitas vezes com jornadas de trabalho duplas, ou até triplas. A convivência em família torna-se conflituosa, e isto será expresso em sala de aula. Já não basta apenas ensinar cognitivamente para os alunos. O espaço escolar transformou-se em um fértil terreno, onde as contradições sociais afloram-se. É a contemporaneidade das escolas. Neste sentido, ou reproduzem-se estas expectativas que tornarão grande parte da população alienada e/ou frustrada, ou transformamos este espaço conflituoso em espaço de esperança, de professores e profissionais que acreditem na luta pelos direitos de cidadania, fazendo da escola um espaço de expressão da mudança. A Educação Inclusiva surge como uma das alternativas, para este enfrentamento.

As contribuições do Serviço Social poderão ser significativas, pois seu trabalho caracteriza-se em articular estas diferentes formas de organização e ter sempre presente uma leitura e diagnóstico do contexto social, levantando suas

¹² A pesquisa como um instrumento do desvendamento do real: Uma possibilidade para o Serviço Social. ULBRA Carazinho 2004/2.

dificuldades ou necessidades. O Serviço Social poderá trazer para o espaço interno da escola elementos da comunidade em que esteja inserida. Também, trabalhando diretamente com as organizações existentes, tais como Programas Sociais de Apoio às famílias, Conselhos Tutelares, conforme indicado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA 1990), Conselho das Pessoas com Deficiências, entre outros. Ainda dar ênfase na Constituição Federal (1988), e funcionamento de instâncias representativas como Conselhos Escolares ou Conselhos Deliberativos Escolares, Associação de Pais e Professores (APP), Grêmios Escolares.

Estas instâncias representativas podem trabalhar na articulação entre escola e comunidade. São instâncias que exigem diferentes formas de participação da comunidade, da família, em contextos que são efetivamente de organização, podendo avançar no processo de formação de concepção inclusiva da comunidade geral.

Não temos dúvidas, que a participação do Assistente Social em qualquer escola trará benefícios, aos alunos, pais, professores e equipes pedagógicas. No entanto, entendemos como necessária, a participação deste profissional, que tem formação em sintonia com as expressões da questão social, para trabalhar as perspectivas da Educação Inclusiva.

A integração é parte necessária para a inclusão, no entanto os processos cognitivos são apenas parte do processo de Inclusão. Aí reside um dos grandes limites enfrentados até então, para efetivar a Inclusão. Muitos dos professores, ainda acreditam que a Inclusão das pessoas com deficiências intelectuais, deva acontecer nos mesmos níveis cognitivos que oferecidos aos demais alunos. Sabemos que isto não é possível, e este pensamento é fruto de uma sociedade seletivista, que busca a homogeneização dos sujeitos. A inclusão pressupõe um trabalho que valorize a diversidade, não privilegiando o método cognitivo, pois desta maneira todos terão direito de expressar-se de acordo com os seus limites e possibilidades. O Assistente Social deve ser aliado na construção desta perspectiva, para que o ideal da Inclusão das pessoas com deficiências aconteça.

Uma das preocupações expressas nos termos legais, já explicitados neste trabalho, é de tornar acessível às pessoas com deficiência os direitos sociais, mais do isto, de garantir o acesso aos benefícios disponíveis para melhorar a qualidade de vida destes sujeitos. No entanto, num movimento contraditório estabelecido pelo modelo de produção vigente, o acesso aos benefícios produzidos pelo sistema só acontece para aqueles que podem pagar pelo serviço, ou pelo menos para aqueles que pagam o acesso é facilitado. O momento econômico atual, estabelece modelos de produção que exigem o consumo. O custo de vida dos sujeitos em geral fica cada vez mais caro, e deste modo dificulta o acesso aos bens e serviços para as pessoas com deficiência. Cabe aqui, deixarmos claro que o que estamos referindo é que no modelo de produção vigente, não está explicitado quem recebe o ônus, pelo consumo desenfreado, no entanto é fato que aqueles mais desprotegidos, como as pessoas com deficiência, sofrem as conseqüências primeiras.

Deve-se considerar que as diferenças no acesso aos serviços disponíveis nas sociedades, sempre tiveram distinções entre as diferentes classes sociais. No entanto, como é característico no modelo capitalista vigente desde a Revolução Industrial, tem-se acentuado as diferenças sociais entre as populações detentoras dos meios de produção e os trabalhadores.

Quem detém o capital compra a mão de obra daqueles que não possuem os meios para produzir. O trabalhador irá produzir mais do que o valor “x” que recebe do capitalista e esta diferença apropriada pelo capitalista é a mais valia, definida por Marx (1983).

Assim está lançada a semente para a produção e reprodução da pobreza econômica.

A pobreza em oposição a riqueza diz respeito a uma situação na qual uma pessoa (ou uma família) não tem condições de viver dentro dos padrões socialmente estabelecidos em um certo momento histórico. (STOTZ, 2005, p. 53).

Os trabalhadores, são apropriados pelos capitalistas, estando sujeitos às manobras para aumentar a acumulação de capital através da extração da mais valia. Estes trabalhadores não conseguem dar conta, economicamente das atividades básicas, como alimentação, habitação, saúde, educação, saneamento, entre outros, estando numa condição de pobreza.

O sistema vigente proporciona que os capitalistas possam acumular capital. Com o desenvolvimento dos processos tecnológicos é possível acumular capital, mesmo sem o emprego de mão de obra humana, é o caso da bolsa de valores por exemplo. Stotz (2005, p. 57) alerta para a necessidade de mecanismos de resistência, com relação à acumulação capitalista, pois o sistema por si só, não age para o bem estar de todos e sim apenas para os capitalistas. “Sob a vigência automática, sem regulação, do funcionamento do capitalismo, não acontecerá nenhuma distribuição que desconcentre a renda em favor dos trabalhadores”.

O capitalismo é um sistema econômico, onde a produção das mercadorias se baseia na relação de exploração exercida pelos capitalistas sobre os trabalhadores, Marx (1983). Se há exploração, pode-se deduzir que as classes sociais que sujeitam-se a este processo, estarão marginalizadas. Neste movimento da história dos seres humanos, enraizaram-se características que resultarão na exclusão social de classes.

Os sujeitos que vendem a sua força de trabalho aos capitalistas por um valor que não possibilita a garantia das suas necessidades humanas, vive na pobreza. Desde os movimentos realizados pela Primeira Guerra mundial, avançando com a União Soviética para o sistema Socialista, os países capitalistas preocupados em conter os constantes protestos dos excluídos, passaram a investir em Políticas Sociais.

As políticas sociais assumem a função de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar a produtividade, bem como manter elevados níveis de demanda e consumo, em épocas de crise. Pelo ângulo político, as políticas sociais são vistas como mecanismos de cooptação e legitimação da ordem capitalista, pela via da adesão dos trabalhadores ao sistema. (BEHRING, BOSCHETTI, 2006, p. 37).

As políticas sociais vêm para minimizar os danos causados pela exploração dos capitalistas, àqueles que vendem a sua força de trabalho. Nem sempre estas políticas, conseguem dar conta da emancipação dos sujeitos, mesmo porque a origem das políticas sociais não foi para emancipar os seres humanos, mas para minimizar os efeitos da acumulação capitalista, tornando possível a continuidade da exploração.

Só será plena a emancipação humana quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (MARX, 2006, p. 37).

Nesta breve reflexão, procura-se tornar possível a compreensão de que não são apenas as Pessoas com Deficiência que vem sendo excluídas ao longo da história da humanidade, apesar de ser uma das classes oprimidas. Desde a ascensão capitalista, apesar das diversas conquistas das Pessoas Com Deficiência, estes sujeitos continuam sendo excluídos. São preteridas não apenas pelas deficiências, mas em razão do modo de produção vigente que não consegue atender as necessidades de todas as pessoas, pelo seu modo naturalmente excludente de organizar-se.

As Pessoas com Deficiência são marcadas por características singulares, como todos os homens, e também atravessadas pelos mesmos determinantes universais e contradições que estão estabelecidos para todos os sujeitos sociais. Ocorre, entretanto, que a sociedade, especialmente no modo capitalista é permeada pela contradição. Por um lado, objetiva a inclusão pela educação, pelo trabalho, entre outros, e ao mesmo tempo a sua organização torna este objetivo uma impossibilidade.

Recorrer a história permite elucidar elementos que vem sendo garantidos através dos tempos no mundo do trabalho, avanços tecnológicos, desenvolvimento científico social, cultural, econômico, garantias legais, mudanças

nas regulamentações trabalhistas. Estes fatores, ainda que não tenham garantido acesso universal aos direitos constitucionais, educação, saúde, trabalho, pelo menos, não nas condições ideais, tem contribuído para os constantes avanços nas relações entre trabalhadores e empregadores. Para as pessoas com deficiência, há que se considerar que diferentemente de tempos anteriores, significam pelo menos a possibilidade de estar problematizando a discussão de sua inserção nas Políticas Sociais e no mundo do trabalho.

2.6 Espaços de Convivência Regulada: A Inclusão pela Exclusão.

Os atendimentos para satisfazer as populações vulneráveis, com políticas sociais ganharam o caráter focalizado, desconcentração de serviços, questionamento constante por parte do estado e dos capitalistas da universalização do acesso aos serviços. Estas mudanças, entre outras, no cenário político social e econômico contribuem para que a categoria que vende a sua força de trabalho, seja submetida à condições precárias de inserção no trabalho. Logo a inserção social não é contemplada.

Weber (1994) define três formas de convivência social com relação às minorias, consideram-se aqui as Pessoas Com Deficiência, mas poderia-se, referir a qualquer classe considerada marginalizada, seja pela cor da pele, classe social, sexo, idade, cultura ou etnia.

Exclusão, pela morte, pelo abandono, o que pode significar condenação à morte e pelo encarceramento ou institucionalização.

Convivência Regulada, que se dá através da produção de espaços específicos, em separado para determinados grupos sociais, ruas, ônibus, escolas, bairros, onde a entrada é reservada e obrigatoriamente exclusiva para

minorias. Cita-se aqui as escolas especiais como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAES, que garantem o acesso das Pessoas Com Deficiência às Políticas de Saúde e Educação, ainda que de maneira estigmatizante, regulada pela segregação.

A Inclusão é entendida como processo dinâmico e contínuo que valoriza a diversidade humana e tem como princípio o direito à igualdade de participação no espaço social, inclusive determinando os rumos a serem construídos.

Pode-se identificar as Pessoas Com Deficiência, sendo excluídas historicamente, ou em alguns casos, o que é avanço, são integradas em alguns espaços, definido por Weber como espaços de Convivência Regulada. Esta exclusão social pode ser observada principalmente em alguns setores, como é o caso da Educação, Saúde e Mercado de Trabalho. As escolas regulares, ainda não dão conta de atender a diversidade, então criam-se instituições para atender aos diferentes, retirando-os da sociedade.

Os proletários, ou seja aqueles que vendem a sua força de trabalho aos detentores do capital além de explorados, também são excluídos. Desta relação, que resulta a mais valia, “a diferença entre o valor criado pela força de trabalho e o que essa força de trabalho custou” Salama, Valier (1975, p. 47). A contratação do trabalhador que é feita, na expectativa da mais valia, é uma relação que potencializa a exclusão social.

O direito da livre expressão, de ir e vir, de votar de ser votado, bem como os direitos sociais de educação, habitação, trabalho, saúde estão, até certo ponto, conquistados, apesar das ameaças e insuficiências constantes em relação a todos do povo. O grupo das pessoas com deficiências, no entanto, deles não usufrui por causa da inadequação do direito e das estruturas físicas nas cidades e nas empresas para lhes permitir a fruição dessas liberdades e conquistas. (FONSECA, 2006, p. 33)

As Pessoas Com Deficiência têm arraigado em sua identidade o estigma de não serem socialmente úteis. Por isto, não tiveram ainda, assegurado o direito de ir a escola regular, ocupar o mesmo espaço dos demais sujeitos, sendo

estigmatizadas como seres incapazes. Também não tem assegurado o direito aos demais espaços de socialização, como é o caso do trabalho. As chances destes cidadãos desenvolverem autonomia são minimizadas em cada esfera das relações sociais.

Os capitalistas reduzem o trabalho ao ato de extorquir mais valia. Numa lógica seletivista, apenas àqueles que produzem em grande escala econômica, tem assegurado a sua vaga no mercado de trabalho contemporaneamente. Com o exército de desempregados, que contribui para o aumento da seletividade, reduzem-se as chances de inclusão dos desempregados. Para as Pessoas Com Deficiência, é ainda mais difícil, pois são duplamente excluídos. Primeiro, por serem deficientes, e segundo por serem na maioria das vezes desempregados e economicamente inativos, o que não possibilita o consumo. Se não são consumidores, numa sociedade consumista, logo, não são reconhecidos enquanto cidadãos. Para enfrentar esta realidade, o Estado lança algumas Políticas, é o caso do Benefício de Prestação Continuada, que garante renda de um salário mínimo aos Idosos e Pessoas Com Deficiência. Para acessar este benefício, é necessário também que o núcleo familiar tenha renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo. Aprofundaremos o tema do Benefício de Prestação Continuada mais adiante, neste trabalho.

A exclusão de qualquer sujeito do mercado de trabalho, significa a degradação da identidade humana, agravando este significado para as Pessoas Com Deficiência, pois para estes é mais um dos espaços que ainda não conseguiu-se ampliar socialmente enquanto cidadãos. Deve-se ter presente que ao abordar determinada categoria, não pretende-se reduzi-la apenas às Pessoas Com Deficiência Intelectual, pois o desafio é construir estratégias coletivamente. Neste sentido, referimo-nos as leis instituídas no Brasil, que garantem percentual de vagas, conforme o número de trabalhadores de cada empresa, às Pessoas Com Deficiência.

A Lei nº 8.213/91 fixa os percentuais de reservas de vagas nas empresas para as pessoas com deficiência. A empresa com até 200 trabalhadores está obrigada a preencher com pessoas com deficiência 2 % de seu quadro. De 201 a

500 trabalhadores, 3%. Com 501 a 1000 trabalhadores, 4% e acima de 1001 trabalhadores, deve ter pelo menos 5% dos seus funcionários com alguma deficiência.

Para garantir formação, aos trabalhadores com deficiência, o Art. 227 inciso II, da Constituição Federal estabelece a:

Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Neste movimento agrega-se a Lei nº 7.853 que dispõe sobre o apoio às Pessoas Com Deficiências na Inclusão Social, sobre a Coordenadoria para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiências¹³ - CORDE. O decreto 3.298 vem para regulamentar esta lei, implementando mecanismos de concretização da reserva de vagas nos concursos públicos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, no Capítulo V, que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho às Crianças e Adolescentes traz, em seu art. 66, a obrigatoriedade de assegurar as necessidades de trabalho aos adolescentes deficientes. “Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido”.

A reserva de vagas na Administração Pública ou nas empresas privadas jamais poderá ser considerada como uma proteção paternalista; trata-se, isto sim, da própria revelação da essência do Direito do Trabalho, o qual nasce da premissa básica de que a lei deve assegurar a igualdade real entre as pessoas, suprimindo as desigualdades que se constituam em fatores de segregação. (FONSECA, 2006, p. 46).

¹³ Aqui, manteve-se o termo Pessoa Portadora de Deficiências, por tratar-se de documento legal. Em 1989, quando instituída a Lei 7853, este era o termo utilizado para referir se as Pessoas com Deficiências.

As manobras legais, são necessárias para reduzir as desigualdades dentro do sistema vigente. Agem como fatores determinantes para satisfazer as necessidades de trabalho para as Pessoas Com Deficiências. Ainda existem alguns fatores que contribuem para a não efetivação integral destas leis. Por exemplo, os inúmeros critérios de seleção estabelecidos para contratação dos deficientes. Este está diretamente relacionado a outro fator que é a questão da escolaridade. Para ingressar em uma empresa, independentemente da função a ser desempenhada é exigido ser alfabetizado, ou então ter concluído o ensino médio. Ora se as pessoas com deficiência, ainda são impedidas de freqüentarem as escolas regulares, sendo segregados nas escolas especiais, como podem atender a estes critérios estabelecidos pelas empresas?

Percebe-se que uma educação de qualidade é fundamental para o desenvolvimento de qualquer setor em qualquer nação. Desse modo, a concretização de Políticas que garantam a Inclusão Social, bem como melhorias em todos os níveis escolares do país, é requisito para potencializar a Inclusão das Pessoas Com Deficiência, seja nas escolas regulares, mercado de trabalho, ou qualquer outro espaço social.

Mesmo com os avanços na política educacional, se o trabalho não for garantido como processo de relação social, de formação de identidade à todos os sujeitos, este será um enfrentamento aberto, à todas as autoridades, políticos e principalmente cidadãos. O mercado de trabalho já demonstrou suficientemente que não há possibilidade, de inclusão de todos, e os mais frágeis são excluídos.

2.7 Direitos Humanos e Educação: caminhos trilhados para efetivação da cidadania

“todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” Declaração Universal dos Direitos Humanos(1948).

Temos como pano de fundo, pensar a Educação Inclusiva, numa perspectiva de potencializar ações que contemplem as necessidades de todos os sujeitos. Para isto, iremos recorrer à luz dos Direitos Humanos, para identificarmos como vêm sendo constituídas as políticas que visam contribuir para que todos os seres humanos sejam reconhecidos como cidadãos. Neste item pretendemos abordar alguns elementos da história que resultou na Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como faremos uma aproximação da recente trajetória da educação em nosso país. Queremos identificar as características inerentes nesses processos e como estas conquistas contribuíram para a evolução do sistema educacional, buscando garantir uma educação de qualidade, na perspectiva da busca de estratégias para Inclusão das Pessoas com Deficiências nas escolas regulares.

A evolução do sistema legal em nosso país, tem como símbolo a Constituição Federal de 1988, que estabelece um estado de direitos iguais a todos os cidadãos. Observamos neste documento que mesmo com as conquistas estabelecidas, apenas a igualdade formal vem sendo garantida. As leis não são suficientes para que a dinâmica das relações entre as diferentes classes sociais sejam modificadas, de modo que contemple a equidade, direito de todos os cidadãos. O Art. 5º da referida Constituição Federal é exemplo:

Art 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, Constituição da Republica Federativa. 1988).

Os desafios que se colocam para todos os cidadãos que estão à margem da sociedade não são contemporâneos e vem sendo constituídos ao longo da história da humanidade. Seja pela classe econômica ou social, seja pelas diferenças nas opções de religião, sexualidade, ou por pertencer a diferentes etnias, ou ainda por ter nascido ou ficado ao longo da vida com alguma deficiência, intelectual ou física. Estes sujeitos vem pertencendo a grupos humanos potencialmente caracterizados para serem estigmatizados, ficando à margem da sociedade, segregados. O sistema capitalista aqui citado, por ser o referencial vigente, estabelece competição intensa entre os sujeitos, de modo que acentua as diferentes características, num campo de disputa por interesses particulares. Nesta lógica, a deficiência poucas vezes é percebida como característica inerente dos cidadãos, sendo muitas vezes apontada como algo que coloca os sujeitos deficientes em desvantagem aos demais.

Uma das bandeiras erguidas, ao longo dos séculos visando garantir o acesso, bem como o reconhecimento das diferenças entre os sujeitos é a dos Direitos Humanos. Um dos núcleos do conceito de Direitos Humanos se encontra no reconhecimento da dignidade da pessoa humana. Essa dignidade, expressa num sistema de valores, uma função norteadora para a ordem jurídica, portanto estabelece “os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, sem marcar uma distinção geracional (LIMA JUNIOR 2002, p. 88)” para os homens. A expressão “direitos humanos” é uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Esses direitos são considerados fundamentais porque sem eles o ser humano não consegue existir coletivamente, ou não é capaz de se desenvolver e de permitir que todos participem plenamente da vida. Todos os seres humanos devem ter assegurado, desde o nascimento, as mínimas condições necessárias para se tornarem úteis à humanidade, como também devem ter a possibilidade de receber os benefícios que a vida em sociedade pode proporcionar, para viver em harmonia e gozar de paz.

A afirmação das minorias fez a diferença depois da Declaração Universal dos direitos Humanos de 1948. Revolucionou o Direito Constitucional, reafirmando-o a partir de princípios com força de norma, princípios que humanizaram o Direito, dirigido às pessoas, para sua dignidade. (FONSECA, 2006, p. 34-35)

Esse conjunto de condições e de possibilidades associa-se às características naturais dos seres humanos, a sua capacidade natural, como um dever, de atuar como cidadão na organização social, e dela usufruir seus direitos. É este conjunto de potencialidades que se dá o nome de direitos humanos. “Direitos afinal, são construções sociais, historicamente orientadas por necessidades humanas”. (LIMA JUNIOR, 2002, p. 89).

Infelizmente nem todos os seres humanos, durante a história da humanidade, foram reconhecidos como plenos de direitos. Durante a Grécia antiga, por exemplo, tinham direitos apenas os cidadãos. Esses, sim, eram “*humanos*”. Os escravos, “*coisas*”, não eram sujeitos de direito. Eram apenas objetos dos direitos alheios (DORNELLES, 2002, p. 11).

Não apenas os escravos eram violados em seus direitos, mas todos que não pertenciam ao seletivo grupo dos bem sucedidos economicamente. As pessoas com deficiências eram também neste período marginalizadas, isto quando um dos direitos fundamentais lhes era preservado: o direito à vida.

As origens mais remotas dos direitos dos seres humanos, surgem juntamente com a escrita, entre 3500 e 3000 a. C, no Oriente Médio, na Babilônia, hoje Iraque. O rei babilônico Ur-Nammu escreveu, em cerca de 2100 a. C, o primeiro código de que se tem notícia. Depois, por volta de 1800 a. C, o rei Hamurábi proclamou o “Código de Hamurábi”, que exibe a figura de Schamasch, o deus Sol, como garantia do toque divino do imperador. Com 282 artigos gravados num único bloco de pedra, continha uma seleção de casos que ajudavam na solução das demandas que eram submetidas ao arbítrio do rei. Por exemplo, a infidelidade da mulher, roubo de animais, serviços mal executados por pedreiros, entre outros, (SIMÕES, 2008).

Eram estabelecidas muitas punições severas. Fato comum, era um filho ter sua mão cortada, se batesse no pai, ou representasse alguma resistência às ordens patriarcais. Este processo configurou a Lei do Talião, “Olho por olho, dente

por dente”, proveniente do “Direito Vindicativo”. Tal princípio foi absorvido tanto pela legislação mosaica quanto pelo Alcorão (DORNELLES, 2002).

Por volta de 500 a.C, as civilizações da Índia e da China também organizaram códigos de leis, sublinhando obrigações morais. A mensagem de Buda fundamenta-se no “Caminho do Meio”, o caminho das virtudes, e na igualdade entre os homens.

Se os povos antigos atribuíam aos deuses a autoridade de ditar leis, agindo através de certos líderes que as transmitiam ao povo, os gregos acreditavam que os deuses, desejavam que os homens cumprissem, sim, a lei, mas também que a fizessem e à modificassem quando necessário. Drácon, um político grego, redigiu, em 621 a.C, o primeiro código de leis de Atenas, que se tornou famoso pela severidade das penas impostas aos infratores. Até hoje, denominada de “draconiana” uma lei muito severa. Sólon (639-559 a. C), alto funcionário do conselho governamental de Atenas, que fora chamado para reformar o sistema jurídico e político da cidade, virou referência humanitária, porque anulou a maior parte das leis severas de Drácon. Simões (2008).

Os Romanos, publicaram, em torno de 450 a. C, seu primeiro código. A Lex Duodecim Tabularum (Lei das Doze Tábuas), baseada nos costumes do povo. As crianças tinham que decorar tal lei como atividade educativa. Fundamentados no direito natural, segundo o qual os direitos são iguais para todos os cidadãos, em 212 d. C, os Romanos concederam a cidadania romana a todos os povos que eles haviam conquistado, com exceção dos escravos. Os princípios do direito natural, estabelecidos na jus gentium (direito das gentes), foram referências muito importantes, que contribuíram para a construção dos governos democráticos modernos, Pessotti (1984).

Assim como as leis hebraicas previam princípios de proteção de valores humanos através de ditames religiosos, os gregos e romanos previam-nos através da razão. Nessa época, em que o espírito democrático substitui o sagrado, os romanos conferem grande importância ao comício - encontro público para grandes decisões, como as guerras por exemplo, onde a Lei das Doze Tábuas aponta normas de moralidade, de acordo com a racionalidade da época.

Alguns artigos, abaixo citados, servem de exemplo para ilustrarmos as ações que mereciam preocupação, segundo as autoridades da época. A questão das pessoas com deficiência merecia destaque:

I “Não se fará coisa alguma sem a prévia consulta aos Áugures”.

IV “O povo deve acreditar nos Magistrados”.

V “As leis são imparciais”.

VI “A guerra não será feita sem prévia consulta aos comícios”

IX “Aquele que matar o pai ou a mãe terá a cabeça cortada”.

XII “É lícito matar aqueles que nascem monstruosos”.

XVII “É lícito ao marido e aos irmãos castigar convenientemente a mulher adúltera”.

XIX “Seja lícito ao pai e à mãe banir, vender e matar os próprios filhos”.

No artigo XII, nos chama atenção o modo com que era referido às pessoas com deficiência. Fica explícito que neste período nascer com alguma deficiência, significava a morte.

Segundo Dornelles (2002), durante o Feudalismo europeu (séc. VIII-XV) constituiu-se o Jusnaturalismo Cristão, principalmente a partir do pensamento de filósofos como Santo Tomás de Aquino. A lei humana e os poderes políticos estavam subordinados ao direito divino, segundo o qual a proteção do indivíduo seria exercida pela vontade de Deus. Esta ação expressava-se nas ações do soberano em seu exercício absoluto de poder. Os valores considerados fundamentais para os seres humanos tinham como fonte de legitimidade a vontade divina em sociedades fechadas onde se confundiam os espaços particulares de interesses do soberano, do clero, da aristocracia feudal e o espaço de interesses públicos de toda a sociedade. Tratava-se, portanto, de sociedades nas quais não existia a noção da igualdade formal entre os indivíduos. Cada grupo social tinha direitos diferentes. Os senhores feudais, os membros da

nobreza e do clero tinham privilégios. Em diferentes partes da Europa os senhores feudais chegaram a ter o direito de dormir a primeira noite com a noiva dos seus camponeses, o que era considerado normal num sistema baseado em relações de dependência e subserviência.

Nos Estados Unidos, a “Declaração de Virgínia”, de 1776, proclamava, entre outros direitos, o direito à vida , à liberdade e à propriedade, prevendo o princípio da legalidade. Foi estabelecido o processo legal, o Tribunal de Júri, o princípio do juiz natural e imparcial, a liberdade religiosa e de imprensa, antecipando-se em pouco mais de um mês à “Declaração de Independência dos Estados Unidos da América”, redigida por Thomas Jefferson a partir de trabalho conjunto com Benjamin Franklin e John Adams. Tendo como diapasão a limitação do poder estatal, foi proclamada em reunião do Congresso de 4 de julho de 1776, ambas antecedendo em alguns anos a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” editada na França, (DORNELLES, 2002).

Na EUROPA, a partir do séc. XVI, vários monarcas começaram a criar governos centrais fortes. Para atingir seus objetivos, eles começaram a reunir os códigos locais de seus países em códigos nacionais. Essa iniciativa foi chamada de movimento de codificação. O movimento de codificação alcançou seu apogeu com Napoleão Bonaparte. Em 1800, Napoleão incumbiu um grupo de especialistas em lei de transformar o direito privado francês num código compacto e racional. O novo código, chamado Código Civil ou Código de Napoleão, era uma fusão hábil de elementos do direito romano, dos costumes franceses e das idéias democráticas. Entrou em vigor em 1804 e, desde então, tem sido o código básico de direito privado da França. Serviu também de modelo para os países que adotam o sistema de direito civil. Portanto, o direito romano, contido no Código de Napoleão, influencia até hoje a vida das pessoas. (SIMÕES, 2008; DORNELLES, 2002)

Os conflitos internacionais, principalmente as duas grandes guerras mundiais do século XX, os massacres de populações civis, os genocídios de grupos étnicos, religiosos, culturais etc., e a permanente ameaça à paz internacional provocaram a criação de mecanismos e instrumentos controladores

da ação dos Estados em respeito aos princípios dos Direitos Humanos, independentemente de nacionalidade, raça, sexo, idade, religião, opinião política e condição social:

[...] o que passou a caracterizar a evolução dos direitos humanos durante o século XX, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foi a sua progressiva incorporação ao plano internacional (enquanto o século XIX se caracterizou por ser o momento do reconhecimento constitucional, em cada Estado, dos direitos fundamentais).[...] A universalização da temática dos direitos humanos é um fenômeno da nossa época que acompanha o desenvolvimento da política e da economia internacional, bem como a evolução jurídica Internacional. (DORNELLES, 2002, p. 37).

A declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada em 10 de dezembro de 1948, em Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas – ONU, ainda que não obteve aprovação de todas as nações. Os países socialistas se abstiveram na aprovação por entenderem que a Declaração não tratava adequadamente os direitos sociais, econômicos e culturais. A Arábia Saudita se absteve porque a Declaração não se pautou pelos princípios da religião muçulmana. A África do Sul deixou de aprovar o texto porque o conteúdo do documento confrontava diretamente a política racista do apartheid. “A Declaração da ONU tem uma importância histórica por marcar a derrota dos regimes totalitários nazi-fascistas (DORNELLES, 2002, p. 41)”.

A Declaração abre caminho para um novo ciclo evolutivo, o qual, além da consagração dos direitos sociais (também econômicos e culturais, na terminologia “oficial” dos direitos humanos), aponta para uma decidida fase de crescente internacionalização das fontes de direitos humanos, bem como de sua proteção. Este novo ciclo conduz, ademais, ao desenvolvimento de direitos de solidariedade, por muitos autores denominados de direitos humanos de terceira geração, assim como para novos caminhos da internacionalização, a qual tende a se aperfeiçoar já não mais quantitativamente, mas, sim, qualitativamente. (ANTUNES, 2006, p. 21).

A declaração dos direitos humanos caracterizou a união dos direitos de primeira geração, “os individuais” com os direitos de segunda geração, os sociais de modo que a partir deste documento estas duas categorias de direitos se

encontram indissociáveis, ou indivisíveis. Esta característica evidencia-se na elaboração de tratados internacionais subsequentes a Declaração Universal dos Direitos Humanos: o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Ambos acrescentaram-se a Declaração de 1948 e colocaram em vigência sob o comando das Nações Unidas em 1966, o que veio a denominar de International Bill Of Rights. Ou seja caracterizaram a indivisibilidade dos direitos humanos firmando-se e dando origem às leis e prerrogativas de proteção internacional dos direitos humanos. (ANTUNES, 2006).

Destes esforços históricos resultam, as determinações caracterizadoras dos direitos humanos, que passaram a ser expressas nas diversas leis promulgadas em nível mundial.

No Brasil, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, um elenco de direitos passou a ser reconhecido no texto da lei. Mesmo assim há continuidade nas violações dos direitos humanos. Isto revela as dificuldades enfrentadas pelas democracias representativas, principalmente na realidade latino-americana, de dar respostas adequadas ao quadro de profunda desigualdade social que possibilita o permanente e histórico desrespeito aos direitos humanos. Um dos problemas é que nossa constituição histórica estabeleceu grandes desníveis sociais que dificultam o exercício da cidadania. A grande maioria de brasileiros, chamados de "minorias", apesar da proteção legal garantindo a igualdade formal é mantida fora do âmbito de igualdade real. Voltamos aqui para uma das inquietações iniciais deste texto. Avançamos nas constituições legais, conforme os avanços nas legislações e recomendações internacionais, mas não estamos conseguindo a garantia real dos direitos para os cidadãos.

O Brasil é um país que, em pleno século XXI, ainda tem um pé na era medieval. Uma sociedade que combina a sofisticação do parque industrial da oitava economia do mundo capitalista com uma péssima distribuição da riqueza socialmente produzida. Isto resulta na miséria de mais de 52 milhões de pessoas, numa perspectiva de aproximadamente 200 milhões de habitantes. Esta é uma

das piores condições em nível mundial de distribuição de renda e de garantias dos direitos sociais que expressam o que vem sendo preconizado historicamente na luta dos defensores dos direitos humanos.

A cidadania, dentro de uma sociedade como a brasileira, não é uma conquista de igualdade, a não ser na letra da lei. A realidade é outra, marcada pelo exercício dos direitos por apenas uma camada da população (basicamente o rico Brasil de classe média e alta). Para que realmente se exerçam as liberdades da lei, é fundamental a conquista de espaços democráticos nos quais os princípios de direitos humanos passem a povoar a existência das pessoas (Dornelles, 2002, p. 54).

Quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos garante que todas as pessoas nasçam livres, significa que a liberdade faz parte da natureza humana. Sem liberdade, a pessoa humana não está completa.

Numa visão genérica, encontramos uma dupla noção de igualdade, a igualdade real e a igualdade formal. A primeira seria a igualdade proposta nas constituições de Marx, onde todos os homens seriam iguais quanto ao gozo e acesso aos direitos e à sujeição a deveres. Esta noção se inviabilizou pelas inúmeras diferenças entre os indivíduos. A igualdade formal é aquela que prevê uma igualdade de possibilidades virtuais, ou seja, uma igualdade perante a lei. Como já vimos a nossa constituição prevê a igualdade formal.

Ao formalizar a igualdade, como no art. 5º da Constituição Federal, já citada, pretende-se alcançar, também a liberdade real, no entanto isto não acontece. A história do Brasil teve alguns acontecimentos que foram determinantes para a exclusão de grande parte da população brasileira diferentes fases, e estes ainda não tem garantido a sua liberdade real.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia é uma das partes mais complexas de qualquer trabalho científico, e requer habilidades do pesquisador. Mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador faz na relação metodológica com o objeto pesquisado. Este procedimento define, sinteticamente, os principais elementos da pesquisa, como definição da amostragem; coleta de dados, organização e análise dos dados.

Neste caso, para desvendarmos como vem sendo conduzidos os Processos Educacionais Inclusivos, realizamos pesquisa qualitativa, indo a campo na Rede Educacional de Carazinho, abordando gestores, professores família e usuários.

Lefebvre (1991 p. 222) aponta para a importância de pesquisar, e ao propor um trabalho científico, a escolha do método é um determinante na profundidade dos resultados que serão, ou não obtidos. “Não devemos nos contentar em olhar ou mesmo em observar as coisas. É preciso penetrar ativamente nelas”.

Neste processo utilizamos as Categorias, Totalidade, Historicidade e Contradição, que constituem o Método Dialético Crítico, numa perspectiva de entender, explicar e potencializar a realidade que compreende a Educação Inclusiva.

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. (GIL, 1999, p. 32)

Temos com a dialética, possibilidades de investigar, profundamente toda a gama de fatores que envolvem a questão da inclusão das Pessoas Com Deficiência no Município de Carazinho. Nesta perspectiva, não direcionamos nosso olhar apenas para os fatos que envolvem a sala de aula, no que refere-se a Educação Inclusiva, ou qualquer outro aspecto que faça parte do todo. Realizamos um estudo dinâmico e totalizante da realidade acerca da Educação Inclusiva, com enfoque nas Pessoas com Deficiência do referido município.

Vejamos o que diz Prates sobre a importância da metodologia a ser seguida num trabalho científico:

Além de aprofundarmos as questões relativas ao método que fundamenta nossa investigação, cujas categorias, especialmente no caso do método materialista e histórico, são transversais a todo o movimento de exposição, não se limitando, portanto, a auxiliarem a análise final dos dados, discorreremos sobre o tipo de pesquisa que vamos realizar, nossas opções quanto a instrumentais, definindo-os teoricamente e explicitando suas características. É neste momento que precisamos apresentar, da forma mais pormenorizada possível, cada etapa do estudo, desde a elaboração dos instrumentos, roteiros, orientações, às testagens, coletas de dados, procedimentos para realizá-las, até a organização, representação e análise dos dados. E, por fim, devemos explicitar como o produto final será sistematizado e devolvido ou socializado. (PRATES, 2003, p. 15)

Ao propormos pesquisa, sobre a realidade atual das Pessoas com Deficiência na sua relação com a escola, no Município de Carazinho, por tratar-se de um tema com estigma histórico, adenso de contradições, não poderíamos fazê-la utilizando qualquer outra proposta, se não a dialético-crítica, por entender que os elementos da Historicidade, da Totalidade e a Contradição são necessários para desvendarmos as necessidades para efetivação da Inclusão das Pessoas Com Deficiência.

O pesquisador tem o compromisso de ir além do que está posto em prática, na perspectiva de construir novas possibilidades, buscando romper limites condicionantes por determinado momento histórico. A totalidade é entendida como a articulação dos múltiplos determinantes dos fenômenos, nos propõe a pensar os fatos articulados com o todo, não considerando apenas os fatos isolados.

Tudo está ligado a tudo, num movimento constante, buscando garantir o seu espaço. A contradição é a expressão da luta dos fenômenos para superá-los. A contradição não é entendida como algo contra, separado. É sim, um termo contraditório, mas que ao ser evocado, não estamos destruindo o primeiro, estamos sim complementando as determinações daquele fenômeno. Um nega o outro, mas ambos precisam um do outro para obter o seu significado, complementando-se entre si, numa relação incessante.

Já a historicidade é um movimento de ida e volta que problematiza a história com os fatos significativos. As civilizações humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo, que os grupos sociais as constituem. Estes processos de criação e recriação são mutáveis, e estabelecem-se conforme foi estabelecido pelos antepassados, agregam fatores históricos e avançam. As instituições, leis, ética, moral, visões de mundo são determinações provisórias, passageiras que estão em constante movimento e potencialmente estão para ser transformados. Temos então, a necessidade de juntar todas as informações possíveis, inerentes a determinado objeto, para termos a compreensão do fenômeno. Devemos relacionar as informações particulares, diretas dos sujeitos, com as macro-relações que podem referirem-se à economia, política, culturas onde em determinado recorte histórico, estejam interferindo na trajetória do mesmo.

3.1 A Pesquisa Qualitativa

A pesquisa movida através do método dialético crítico, por ser dialética, considera todas as partes que compreendem o fenômeno a ser pesquisado. A perspectiva sócio-histórica, tendo o materialismo histórico-dialético como pano de fundo, expressa em seus métodos e arcabouço conceitual as marcas de sua filiação dialética. A perspectiva sócio-histórica baseia-se na tentativa de superar os reducionismos das concepções empiristas e idealistas. Isso fica evidente na afirmação que segue:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma independência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. [...] O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações, (CHIZZOTTI, 2001, p. 79).

Ao considerarmos o objeto de estudo, e sua relação com o sujeito estamos qualificando a relação constante existente entre ambos. Ao caracterizá-los, em suas particularidades estamos evidenciando o processo qualitativo. Logo temos impreterivelmente um processo dialético de pesquisa qualitativa que:

Valoriza a contradição dinâmica do fato observado e a atividade criadora do sujeito que observa, as oposições contraditórias entre o todo e a parte e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens. O pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais. (CHIZZOTTI, 2001, p. 80).

Disso também resulta que o pesquisador, durante o processo de pesquisa, é alguém que está em processo de aprendizagem, de transformações. Ele se ressignifica no campo de pesquisa. O mesmo acontece com os sujeitos

pesquisados que, não sendo reduzidos a meros objetos, também tem oportunidade de refletir, aprender e ressignificar-se no processo de pesquisa. Assim a pesquisa também é um momento de qualificação à todos os sujeitos envolvidos no processo.

Consideramos a pesquisa qualitativa como a melhor alternativa para responder as necessidades de pesquisar sujeitos com características particulares, inerentes do processo histórico de exclusão dos mesmos.

Na pesquisa qualitativa todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio. É necessário encontrar o significado manifesto e o que permaneceu oculto. Todos os sujeitos são igualmente dignos de estudo, todos são iguais, mas permanecem únicos, e todos os seus pontos de vista são relevantes: do oculto ao iletrado, do delinqüente e do seu juiz, dos que falam e dos que se calam, dos normais e dos anormais. (CHIZZOTTI, 2001, p. 84).

As Pessoas Com Deficiência, como todos os sujeitos são únicas, e relacionam-se com o mundo à sua maneira única e particular. Um método que respeite esta singularidade é fundamental para fidedignidade da pesquisa. O caráter qualitativo de estabelecer relação com o sujeito, é o que melhor da conta desta necessidade. Permite compreendermos as experiências que os sujeitos elaboram, mergulhando nas características que cada vivência possibilita.

Considerando que o tempo previsto para o conjunto das atividades inerentes a pesquisa para o Mestrado em Serviço Social, prazos estabelecidos, com início em março de 2007 e término em dezembro de 2008, optamos por utilizar algumas técnicas que respondam ao problema da pesquisa respeitando os limites para sua elaboração, aplicação dos instrumentos, análise dos dados e publicação.

A seleção do instrumental metodológico está diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação. (BAUER E GASKELL, 2002, p. 68).

Bauer e Gaskell (2002, p. 68) explicam que a real finalidade da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão.

3.2 Participantes da Pesquisa

Segundo Gil (1994), a amostragem não probabilística é aplicada em pesquisas exploratórias ou de caráter qualitativo, que não têm a preocupação com o rigor estatístico. Nossa pesquisa, por ter natureza qualitativa, não tem como objetivo generalizar, e sim aprofundar o estudo do tema escolhido.

Para a seleção dos participantes da pesquisa, utilizamos uma amostra de conveniência intencional, pretendendo deste modo ter representação de todos os segmentos envolvidos no processo de inclusão das Pessoas Com Deficiência no município de Carazinho como pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 01: Quadro ilustrativo dos participantes da pesquisa

Função	Número	Código
Professores	3	P1, P2, P3
Alunos	2	A1, A2
Familiares	1	F1, F2
Técnicos da rede de apoio	2	T1, T2
Gestores	2	G1,G2
TOTAL	10	

Os critérios para escolha dos participantes da pesquisa foram os seguintes:

1 Para os professores:

- a) Ter um representante das escolas regulares;
- b) Ter um representante da escola especial;
- c) Ter um representante do Centro Municipal de Educação – CEME;

2 Para os alunos:

- a) Ser aluno com deficiência matriculado em escola regular
- b) Estar freqüentando escola regular em turma com colegas com deficiência;

3 Para os Familiares

- a) Ter o filho com deficiência freqüentando as aulas regularmente na escola regular;

4 Para os técnicos da rede de apoio

- a) Estar prestando atendimento de assessoria para os alunos com deficiência matriculados nas escolas regulares.

5 Para os Gestores

- a) Fazer parte da equipe gestora do sistema educacional do município de Carazinho.

3.3 Entrevista

A entrevista semi-estruturada possibilita mais liberdade ao entrevistador, permite até mesmo acrescentar novas questões ao roteiro se houver necessidade. Esse tipo de entrevista parte de certas interrogativas que podem ser reformuladas com base nas respostas recebidas dos entrevistados (TRIVIÑOS, 1987). Assim as entrevistas previamente elaboradas foram aplicadas. Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS, iniciamos o processo de coleta de dados. Em todos os casos agendamos previamente a realização das entrevistas, bem como da observação direta.

Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ele tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, a abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo. (MINAYO, 2008, p. 64).

A entrevista teve linguagem simples e adequada, com exposição dos objetivos da pesquisa, além da garantia do sigilo e da privacidade das informações coletadas. O instrumento que se utilizou para nortear os tópicos a serem abordados durante a entrevista foi o formulário. Os registros das entrevistas foram realizados por gravação.

3.4 Observação Direta ou Participante

Neste processo, observamos como os alunos com deficiência, relacionam-se com os colegas, bem como as crianças não deficientes relacionam-se com as crianças com alguma deficiência, objetivando compreender se há mitos e preconceitos presentes nos espaços escolares. Conforme Prates (2003) observar não é direcionar um simples olhar, mas destacar de um conjunto tudo aquilo que é específico, prestando atenção em suas características, é abstrair do contexto dimensões singulares.

As anotações de campo foram registradas no diário de campo. De acordo com May (2004) as anotações dependerão do foco das interrogações, onde são destacadas observações particulares, fazer notas analíticas ou lembretes para investigar um evento ou relacionamento com mais profundidade. A observação participante é:

[...] obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista. A observação direta ou participante pode visar uma descrição fina dos componentes de uma situação: os sujeitos em seus aspectos pessoais e particulares, o local e suas circunstâncias, o tempo e suas variações, as ações e suas significações, os conflitos e a sintonia de relações interpessoais e sociais, e as atitudes e os comportamentos diante da realidade. (CHIZZOTTI, 2001 p. 90).

Assim, durante as observações, houve interação com os sujeitos para melhor compreender os fenômenos. Questionamos os alunos regulares e/ou com deficiência, porque de tal comportamento. Observamos no intervalo das aulas se eles brincavam juntos ou se prevaleciam em grupos distintos, se auxiliam em atividades ou são individualistas. Ficamos atentos para evidências que remetiam a inclusão dos alunos com deficiência ao corpo escolar, ou se prevaleciam ações discriminatórias entre os sujeitos.

Ainda, a observação, consiste em:

uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar. (MARCONI e LAKATOS, 1990 p. 79).

As observações foram realizadas, seguindo roteiro de observação (Apêndice D), em duas escolas Municipais de Carazinho de Ensino Fundamental, que tem alunos com deficiência matriculados. As observações foram realizadas durante a aula e também durante o intervalo.

3.5 Análise e Interpretação dos dados

A análise e interpretação de dados segundo Minayo (2008), são duas etapas importantes no processo de pesquisa:

Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar. Esse estudo do material não precisa abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores porque, em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costumam ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias da biografia de cada interlocutor, (MINAYO, 2008, p. 79).

Para Chizzotti (2001, p. 98) “a análise de conteúdo é um método de tratamento e análise de informações, colhidos por meio de técnicas de coletas de dados, consubstanciadas em um documento”.

Para Marconi e Lakatos, a interpretação consiste num exercício intelectual onde:

[...] procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos. Em geral, a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema. (MARCONI e LAKATOS, 1990, p. 32).

Foi realizada análise de conteúdo, dos dados coletados nas observações, também os dados resultantes das entrevistas gravadas e transcritas. Para Chizzotti (2001, p. 98) “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Privilegia assim a análise histórica, considerando os períodos, e fatos significativos. Também fizemos análise freqüencial, para verificarmos a freqüência com que as respostas se repetiam, bem como comparação das falas dos diferentes sujeitos da pesquisa. Neste sentido já avançando para a interpretação dos dados.

Minayo quando refere-se à interpretação afirma que com,

Esse procedimento procuramos ir além do material. E, com base nas inferências, discutimos os resultados da pesquisa numa perspectiva mais ampla, trabalhando na produção do conhecimento de uma área disciplinar ou de um campo de atuação (MINAYO, 2008, p. 90).

Desse modo a interpretação consiste na retomada dos pressupostos da pesquisa, tendo uma síntese das questões norteadoras da pesquisa. Para Moraes (1998) a análise de conteúdo é uma metodologia de pesquisa que permite a descrição e a interpretação dos dados coletados. Ainda para este mesmo autor, existem cinco fases para a análise do conteúdo, a “preparação das informações” a “unitarização ou transformação do conteúdo em unidades” a “categorização ou classificação das unidades em categorias” a “descrição” e a “interpretação”.

a) **Preparação das informações:** Nesta fase foi quando fizemos a leitura exhaustiva dos dados coletados, verificando a sua relação com o objetivo

central da pesquisa, num exercício de impregnação com os dados. Esta fase permitiu a eliminação dos dados que não tem qualquer relação com a pesquisa, bem como estabelecemos um código para cada entrevista.

- b) **Unitarização:** É o momento da transformação do conteúdo em unidades, foi quando da realização da leitura das entrevistas objetivando a identificação das unidades que seriam posteriormente classificadas. Esta leitura permitiu a identificação das diferentes idéias presentes nos dados.
- c) **Categorização:** Nesta fase os dados foram agrupados por similaridade de idéias, originando as categorias, respeitando os critérios de exaustividade e homogeneidade.
- d) **Descrição:** Após definidas as categorias, fizemos a descrição dos conteúdos das falas dos entrevistados. Foi neste momento que emergiram das falas dos sujeitos, os significados captados durante as entrevistas.
- e) **Interpretação:** Nesta fase foi buscada a compreensão dos dados coletados, bem como fomentada uma inter-relação destes dados com a fundamentação teórica da pesquisa. Foi um momento de profundo diálogo entre os conteúdos abordados e a interpretação do pesquisador.

A socialização dos dados é consequência dentro do processo de pesquisa, pressupõe a materialização do projeto ético político do Serviço Social, bem como do Código de Ética do Serviço Social. Este processo está acontecendo com a apresentação da pesquisa em amostras de pesquisas, seminários, debates com os colegas e professores do Programa de Pós Graduação da PUCRS, publicação de artigos, defesa pública e publicação eletrônica da dissertação. A pesquisa também está sendo utilizada como referência nas atividades de ensino docente.

3.6 Aspectos Éticos

Segundo Barroco (2006), a preservação dos dados trazidos pelos usuários, bem como a integridade dos fatos fazem parte da relação que se estabelece entre o Assistente Social e o Usuário, por isso, informações e relatos de experiência de vida de usuários quando revelados ao profissional passam a ser informações protegidas pelo sigilo profissional, devido ao compromisso que o Assistente Social tem com os sujeitos e suas relações em seu dia-a-dia.

Também, foram observadas todas as medidas, para preservação da identidade dos sujeitos participantes da amostra. Na análise, os dados coletados foram tratados com fidedignidade em relação aos posicionamentos dos entrevistados. Iniciamos apresentando o termo de Consentimento informado e esclarecendo eventuais dúvidas sobre o âmbito geral da pesquisa. Também apresentamos carta de autorização para pesquisa, bem como faremos a devolução e socialização dos dados.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado (vide Anexo A), atendendo todas as exigências do CONEP referente à Resolução 106/96 do Ministério da Saúde.

4 PROCESSO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CARAZINHO: CAMINHOS E DESCAMINHOS

Abordaremos neste momento a análise e interpretação dos dados coletados no processo de pesquisa. Este capítulo busca garantir o compromisso assumido com cada sujeito participante do estudo, tornando disponível algumas informações coletadas. O processo de análise, bem como os resultados ora alcançados, são provisórios, pois o conhecimento construído neste estudo não são definitivos, tratam-se de algumas totalizações provisórias passíveis de superação.

4.1 A Inclusão: Um projeto ainda em construção

Para melhor compreendermos a ótica da Inclusão que estamos abordando, iremos no início deste item tecer algumas considerações sobre o tema, o que nos fortalecerá para o trabalho com os dados logo em seguida.

Em síntese, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrario, ele é produto do funcionamento do sistema (SAWAIA, 1999, p. 09).

No caso das pessoas com deficiência, como abordamos na sua historicidade, estes, vem sendo duplamente excluídos. E a exclusão a que estão submetidos, são acrescidas de agravantes. Como aponta o autor acima descrito, a exclusão só existe em relação à inclusão, e estar incluído ou excluído do sistema é realidade para todos nós, sejam nas decisões políticas, econômicas, relacionais ou subjetivas.

Inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e simultaneamente, estes se preparam para assumir seus papéis na sociedade. Constitui um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos, (SASSAKI, 1997 p. 41).

As pessoas com deficiências foram durante muito tempo, e ainda vem sendo submetidas à segregação, sendo excluídas dos processos de sociabilidade a que os demais sujeitos tem garantidos. Desse modo, para além da exclusão a que todos são atingidos, também tem a segregação como limitador para serem incluídos. A fala do aluno com deficiência que estuda na escola regular é reveladora:

Eu prefiro aqui (escola regular), mas é complicado, os meus amigos me ajudam e fazemos trabalhos juntos, mas outros que não me conhecem me chamam de louquinho da Apae. Eu não dou bola, porque sei que eu não sou, sou como minha mãe diz uma pessoa acima de tudo. (A1).

O estigma por já ter sido aluno de escola especial está presente no discurso do aluno, e mais do que isto é tido pelos colegas da escola como critério para inclusão do novo colega. Quando A1 afirma que os amigos o respeitam, referindo-se aos seus colegas de classe, está evidenciando uma das lacunas do

processo de atendimento, pois após a professora da classe trabalhar em sala de aula, há um processo contínuo de aceitação do aluno com deficiência naquele espaço. Nas observações realizadas na escola, percebeu-se maior interação do aluno com deficiência com os colegas de classe. Estes permaneceram em um espaço próximo a sala de aula, até porque alguns espaços da escola, tem escadas para acessá-lo e o aluno com deficiência demanda da cadeira de rodas para locomoção.

Sugere-se um trabalho anterior a vinda do aluno com deficiência com a turma aonde ele será incluído e mais do que isto que seja realizado uma preparação em todas as instâncias da escola, para que o aluno não seja respeitado em sua condição por alguns e desrespeitado pelos demais.

O convívio comigo é bom, eu gosto muito do A1, mas eu te digo que tem dias que ele sofre. A minha turma ajuda em tudo que ele precisa, e até xingamos quando alguém desrespeita ele. Ele tem um “problema” e temos que ajudar e não ficar “pegando no pé”, mas os alunos das outras turmas não sabem que ele é uma pessoa normal, gente boa. (A2).

A fala do A2, segue a mesma linha das informações trazidas pelo A1, de modo que vem como complemento. Percebe-se um círculo fechado, aonde a turma em que A1 foi incluído está recebendo um suporte, seja da secretaria, diretoria, ou da professora, e os colegas interagindo com a pessoa com deficiência. No entanto não ocorre o mesmo com os demais colegas da escola, reforçando a necessidade do trabalho coletivo e não apenas direcionado para as turmas aonde o novo aluno será incluído. Também justifica a aceitação do colega com deficiência pela sua condição da “pseudonormalidade” e não pela compreensão de que A1 é um sujeito de direitos como todos os demais. Podemos afirmar que este conceito, de direitos, não é trabalhado nas escolas.

Ainda, a gestora aborda a necessidade de ampliar a atenção as escolas regulares, no que refere-se à inclusão. “Então a gente está andando conforme está indo o nosso alcance, também. Mas eu acredito que cada vez mais vai ser dado um amparo maior” (G2). Assim, como não temos uma Política fortalecida para a Inclusão das pessoas com deficiência, estamos caminhando com passos lentos. Sim porque o mais adequado seria a realização de seminários, palestras e

oficinas, não apenas com os professores, mas com toda a comunidade escolar, a fim de desmistificar a vinda das pessoas com deficiência para as escolas regulares. O que percebemos é um processo lento e precário acontecendo conforme o aluno com deficiência chega à escola regular.

O Brasil adotou o termo Educação Inclusiva, para referir-se ao processo de Inclusão das Pessoas com Deficiência nas escolas regulares. Dessa maneira, como já abordamos algumas reuniões mundiais, foram realizadas para chamar a atenção do mundo sobre a Educação para todos. A Convenção dos direitos da Criança em Nova York (1989), Conferencia Mundial da Educação para todos de Jointiem na Tailândia (1990), e a Conferência mundial que assim como em Salamanca (1994), discutiu num processo contínuo as Necessidades das Pessoas com Deficiência, realizada no ano 2000 em Dakar no Senegal. Estes encontros tiveram proclamadas, algumas considerações que norteiam a educação inclusiva: As pessoas com deficiência devem ter acesso as escolas comuns; e as escolas comuns devem representar um meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade inclusiva e alcançar a educação para todos. A Educação Inclusiva nestes termos é:

Um sistema de educação que reconhece o direito a todas as crianças e jovens a compartilharem de um meio ambiente educativo comum em que todos sejam valorizados por igual, com independência das diferenças percebidas quanto à capacidade, sexo, classe social, etnia ou estilo de aprendizagem (ARNAIZ, 1996, p. 27).

Como vemos a preocupação ao abordar a Educação Inclusiva, vai além do espaço escolar, conforme firmado nos encontros Internacionais, e esta terminologia está para além do Brasil, em diferentes países, como por exemplo a Espanha, como nos mostra Arnaiz (1996).

A Inclusão pode ser percebida por diferentes aspectos. A Inclusão como Colocação, que refere-se, segundo Sanchez, (2005), ao objetivo de concretizar o lugar aonde os alunos com Deficiências serão escolarizados, num movimento particular muito semelhante a Integração. Também esta autora traz outras

discussões que aparecem ao referir-se sobre inclusão. A Inclusão como Educação para todos. Seu reconhecimento vem a partir da Declaração de Salamanca que adotou internacionalmente o termo de Educação Inclusiva, proclama que o Sistema Educacional deve desenvolver programas que respondam à vasta variedade de características e necessidades da diversidade do alunado. Desta maneira, representa a defesa da igualdade de oportunidades, num debate social, educacional de desenvolvimento de recursos para a educação.

Também fazemos referencia a Inclusão como Participação, que tem seu foco num contra ponto a Integração. Leva em consideração a maneira que cada sujeito tem de participar do processo educativo. Este enfoque quer remediar a antiga noção de Integração, que é entendida como uma mera mudança de lugar, o aluno com deficiência vai da escola especial para a regular. A Inclusão como participação reivindica o pertencimento, uma vez que considera a escola como sendo uma comunidade acolhedora onde todas as crianças participam. Acredita-se que a igualdade leva à Inclusão e a desigualdade à Exclusão.

Por ultimo, temos o enfoque à Inclusão Social que aponta para a Educação Inclusiva como uma alternativa para alcançar a Inclusão Social. A Inclusão não refere-se apenas a maneira educativa de se fazer Educação, o verdadeiro significado em ser incluído, integrado, inserido é possibilitar aos sujeitos a participação social, a partir da escola para todos os outros campos sociais.

Ainda, buscando diferenciarmos os temas Inclusão e Integração. Segundo Sanchez (2005 p.14), “o movimento da Integração escolar supôs valorosamente, em seu período inicial, as primeiras tentativas para rechaçar a segregação e o isolamento em que se encontravam as pessoas com deficiências, nos centros de educação especial”. Neste período, de Integração, as classes especiais foram consolidadas dentro de um centro escolar, mais tarde, a assistência aos alunos deficientes foi levada em tempo parcial para as escolas regulares. Neste processo de evolução chegamos à Educação Inclusiva, que dirige seu olhar a todos os alunos, num mesmo espaço, considerando que todos podem, e devem

experimentar no desenvolvimento de sua formação algum momento de dificuldade. Na Integração apenas os alunos com Deficiências médias ou leves, podiam estar na classe regular, e na Inclusão, todos os alunos são membros de direito da classe regular, sejam quais forem as suas características.

Os limites arraigados do passado estão presentes nos desafios postos pelas práticas de inclusão social dos sujeitos com deficiência na história contemporânea. Partindo de um ponto mais recente no modo com que a sociedade vem inserindo as pessoas com deficiência, temos a Segregação, a Integração e a busca pela Inclusão Social destes sujeitos. A segregação, já superada, pelo menos no que refere-se a propostas e créditos quanto à sua eficiência, já aparece como um fator negativo para a qualidade de vida dos deficientes. F1, ao falar do filho que está sendo integrado à rede educacional regular ao ser questionada sobre a saída do mesmo da APAE, e a inclusão do mesmo na escola regular afirma:

eu pra mim, eu acho que ele é uma pessoa igual as outras, ta certo que ele tem as dificuldades dele, mas a APAE... eu não sei, eu não sou contra a APAE, mas... é, não é que a gente seja contra a APAE, eu não sei como te explicar... ele não faz bem perfeito porque ele tem dificuldade nas mãozinhas, mas ele acompanha que nem outras crianças, ele faz o que mandam, porque ele tem a medula dele né... os papel entregue na mãozinha pra ele fazer. (F1)

A mãe demonstra nos seus gestos, no sorriso ao falar que o filho está na escola regular, que a Segregação não é a opção mais adequada para as pessoas com deficiência. A existência de espaços segregatórios, configura-se num limite para os sujeitos sociais em sua caminhada rumo à garantia da cidadania. Na fala de F1, fica expresso o respeito institucional para com a APAE, no entanto, percebe-se que tem plena ciência de que o mais adequado para socialização de do seu filho é a escola regular. Aponta ainda para a necessidade de profissionais qualificados, que estejam atentos para as necessidades de cada sujeito, pois se seu filho não for atendido em suas particularidades, estará fadado ao fracasso escolar.

Quando F1 aborda as necessidades de potencialização da rede regular para atender as características de todos os alunos, ela demonstra o quanto ainda precisa-se avançar:

Ta faltando, assim no caso, que sei lá, o governo, o estado que deixasse as crianças com deficiência participar mais do colégio, que não é porque ele tem deficiência, porque eles são criança que nem os outros, eu acho... então que eles tem que participar mais de colégio normal, não precisar ir tanto pra APAE, não sei, pode ser até que eu esteja errada, não que eu esteja errada, mas eu acho que deviriam estar mais nos colégios normais do que só a APAE, APAE..., é que eu não sei, eu passei por tanta coisa na APAE, com meus dois filhos, que eu me enjoei da APAE (risos), se eu pudesse eu não transferia meu filho, mas eu sei que é preciso a APAE, a APAE pra mim é muito boa, não posso me queixar, (F1).

Também fica evidente nesta fala, o quanto as famílias, ainda estão fragilizadas, no que tange o direito de matricular seus filhos na escola regular. Uma vez que o ensino regular não atenda as necessidades dos sujeitos, estes continuam recorrendo para as instituições segregadoras, e os familiares permanecem imobilizados, sem ter maturidade política para vetar tal decisão. A decisão ainda é tomada, sem a participação familiar. Muitas vezes percebemos as escolas decidindo qual o encaminhamento para o aluno, e apenas comunicando aos pais. Este processo não é democrático, pois a decisão de onde o filho irá estudar deve ser tomada em conjunto com os familiares e não apenas comunicada aos mesmos.

Percebe-se grande preocupação da mãe, quanto às possibilidades de garantia da Inclusão das Pessoas com Deficiência. Neste sentido, o processo de pesquisa buscou informações que se complementam. Percebemos durante a entrevista com a G1 e a G2, ao questionarmos quais recursos o município oferece para potencializar a educação inclusiva que a APAE, faz parte da rede de atendimento às Pessoas Com Deficiência, e ainda ocupa uma função importante para a rede de atendimento às pessoas com deficiência.

Eu acho assim, que a partir do momento que as escolas abrem as portas para receber as crianças... começa na educação infantil isso, já tem todos os recursos que o município disponibiliza, que é o atendimento com fonoaudiólogo, psicólogo, oftalmologista, neuro...(G2)

O próprio atendimento na APAE, que nós fornecemos o transporte e a criança vai algumas vezes por semana lá. E eu acho assim, que tanto na educação infantil, quanto no ensino fundamental os alunos são incluídos, tanto o cadeirante como o Síndrome de Down, (G1).

Estes dados são importantes, pois na fala da familiar (F1) e para além das expressões verbais, pelos seus gestos e modo de referir-se sobre a APAE, fica evidente que a possibilidade de inserção do filho na APAE é algo que a preocupa. Temos assim, as escolas regulares buscando ainda, maneiras para atender as necessidades dos alunos com deficiência, recorrendo às práticas segregatórias que fazem parte da história recente do atendimento aos deficientes.

Percebemos que há um esforço constante por todos os envolvidos no processo de atendimento às pessoas com deficiência, que busca garantir o acesso ao ensino regular. F1 tem uma opinião enfática quanto a permanência do filho na escola regular e revela suas preocupações quanto a possibilidade do mesmo voltar para a APAE. A gestão educacional busca construir possibilidades de garantir esta permanência, isso fica evidenciado quando a mesma afirmam que:

[...] o professor está tentando maneiras de trabalhar, porque também não existe muito... tem o apoio no Serviço de Atendimento Pedagógico Especializado - SAPE, onde os professores se reúnem sempre, agora quinzenalmente aqui na secretaria, para tentar trabalhar e discutir em conjunto formas de como trabalhar, (G1).

Busca-se através da troca de informações entre os profissionais envolvidos no atendimento às Pessoas Com Deficiência, fortalecer a equipe de trabalho, bem como socializar as experiências tidas no processo de inserção destes sujeitos na escola regular. Este espaço, sem dúvidas, configura-se em estratégia significativa que potencializa a inclusão dos sujeitos. Se a inclusão não vem acontecendo nos moldes ideais, o trabalho coletivo, que pressupõe a troca de informações e experiências é chave para a construção do espaço idealizado. Durante a

entrevista com a F1, quando o processo já estava sendo encaminhado para o final, já mais descontraída, e entendendo a entrevista como um espaço importante para a potencialização da inclusão social dos sujeitos deficientes, a mãe questionou, “será que a gente vai conseguir botar as crianças no colégio normal?” Evidencia-se a necessidade de um espaço para socialização de informações entre os familiares, escola e demais membros da rede de atendimento às Pessoas com Deficiência. O espaço de socialização entre os professores e técnicos já existe, mas ainda é necessário avançar para a construção de espaços democráticos de participação de todos os sujeitos sociais envolvidos. Desse modo, deixamos a mãe à vontade para expressar o que ela percebe no processo de atendimento às necessidades de seu filho:

É essa é a pergunta, no caso do meu filho eu não deixo escondido em casa, pra onde eu posso levar ele, eu levo, porque existe uma coisa assim, aonde a gente vai com uma criança que tem problema, que tem deficiência, todo mundo para, todo mundo olha, todo mundo cochicha, todo mundo vê... Porque que é isso? Eu acho isso a coisa mais horrível do mundo (F1).

A mãe demonstra a necessidade de participação social dos sujeitos, como estratégia de enfrentamento aos limites postos na sociedade contemporânea. Com a efetiva participação dos sujeitos, nas escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Superior, cada vez mais, a sociedade geral irá perceber as Pessoas Com Deficiência como sujeitos dotados de limites e possibilidades, como todos os demais cidadãos. Este processo é gradativo e está acontecendo em todos os espaços sociais. A participação de todos, nos mais diversos locais, é estratégia para o reconhecimento das potencialidades de todos os sujeitos:

Logo que nós começamos a levar o meu filho, nem todas as crianças, mas algumas começaram a chamar ele de aleijado, então a professora começou a explicar pras outras crianças ele não era uma criança aleijada, que ele era uma criança normal igual as outras, isso que os outros caminhavam e o meu filho não. Então passou, depois dali ninguém mais, dos coleguinhas dele, começaram a conviver com ele, começaram a falar dele, então todo mundo começou a tratar ele como uma criança normal (F1).

Percebe-se que conforme os alunos estão sendo inseridos na escola regular é que os profissionais envolvidos no processo passam a qualificar o sistema de atendimento. Isto resulta num atendimento precário para os alunos, pois no caso evidenciado acima, o mais adequado seria ter feito orientações anteriores ao ingresso do aluno com deficiência na escola e não após este ser vitimizado. O movimento que impulsiona mudanças na concepção dos sujeitos com deficiência enquanto protagonistas, não acontecem sem resistência. Desse modo é necessária a participação social das Pessoas Com Deficiência nos diferentes espaços para gradativamente aprimorar o olhar social enquanto sujeito, que é parte integrante desse mundo, apesar de durante muito tempo ter tido negado esse direito. Esse processo das crianças estarem indo pra escola regular, no caso trazido por F1, vai contribuir para que as pessoas com deficiência, daqui a alguns anos estejam participando ativamente, como todos os demais cidadãos.

Também está evidenciado na fala desta familiar o quanto o processo de inclusão das pessoas com deficiência, ainda é precário. A mãe não teve orientação sobre o significado da Inclusão Social, e também justifica a sua aceitação quanto à condição do filho, numa hipotética “normalidade”. Ou seja, para ser aceito é necessário atender aos padrões de normalidade. Segundo a mãe o filho passou a ser aceito como uma criança “normal”. Ela não afirma que o filho passou a ser aceito pelas suas características, que são únicas, como todos os sujeitos e sim justifica numa noção de normalidade. Não aparece o direito da inclusão conquistado pelas pessoas com deficiência.

Sim, porque no caso, vergonha eu não tenho, do meu filho, eu não escondo, onde eu poder levar eu levo ele, porque tem muitas mães que tem vergonha, eu sei porque a gente conversa entre a gente, e eu já vi muito isso, eu nunca tive vergonha, aonde eu puder levar, eu levo, não quero nem saber. (F1).

Nesta fala percebemos o quanto significa a participação social na vida dos sujeitos. É a garantia do exercício da cidadania, preconizada na Declaração dos Direitos Humanos, Constituição Federal (1988), e também está presente no Código de Ética do Serviço Social, como Princípio Fundamental,

“Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”. Enfatizamos a necessidade de potencializar estes sujeitos para que participem efetivamente dos diferentes espaços sociais, assim estarão exercitando a sua cidadania.

A fala de F1 traz também a necessidade do enfrentamento do preconceito existente na sociedade, e que as Políticas Sociais, ainda não dão conta de atender as necessidades dos diferentes sujeitos, pois são focalizadas e não partem ou nem sempre pressupõe que os cidadãos possuem características significativas. Desse modo há a necessidade de inclusão social e educacional, para enfrentar esta realidade, buscando contribuir para a mudança de uma sociedade segregatória para uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

Voltando para a problematização da rede de atendimento, a gestora educacional, enfatiza o trabalho realizado pela equipe de professores que atendem a alunos Com Deficiência.

ocorre, de quinze em quinze dias aqui na secretaria uma reunião, aonde a gente no grupo procura apontar, assim, quais as dificuldades que eles estão observando, de maior índice, então é na troca de experiência, no dialogo e também através de textos que a gente vai achando algumas medidas a serem tomadas. E ai a gente vê, assim, o que mais podemos oferecer, e ai a gente vai indo atrás. (G2).

Uma das práticas que busca potencializar a permanência do aluno com deficiência na escola regular é a do Serviço de Apoio Pedagógico Individual, no qual os alunos com deficiência, bem como demais alunos, que venham tendo dificuldades de aprendizagem, recebem atendimento pedagógico individualizado, na turma, ou em turno inverso ao das aulas, “direto para o aluno mais especificamente no turno inverso, e eles também trabalham uma vez por semana ou dependendo da carga horária, junto com o professor na turma, em horário normal” (G2). Este trabalho de apoio Pedagógico é realizado por profissionais especializados em Educação Especial e que tenham experiência acumulada durante a sua trajetória profissional de trabalho com Pessoas com Deficiência.

Outra estratégia que compõe a rede de atendimento é o Centro Municipal de Educação (CEME), que funciona como espaço de avaliações psicopedagógicas, psicológicas e fonoaudiológicas, para além de realizar oficinas para alunos com deficiência. Este espaço como apontam as próprias falas da gestora, está permeado de contradições.

Apesar de dizerem assim: “Ah eles são excluídos da própria escola”, eu acho que não, eles saíram de um contexto onde não estavam tendo uma boa aprendizagem, em função da defasagem de idade e série, então se pode observar lá que eles estão tendo um grupo, estão incluídos no grupo e estão tendo um trabalho diferenciado para poder superar essas defasagens que apresentaram. E aí com o propósito já explicado, que aí você viu que não é só, em si, leitura e escrita, mas também através das oficinas e de outras atividades que se proponha. (G1).

As contradições referidas partem do pressuposto de que a Inclusiva busca garantir a participação dos diferentes sujeitos, em todos os espaços sociais, desse modo da sala de aula regular também. O Centro Municipal de Educação, quebra com esta proposta, pois está constituído em um espaço físico que recebe os alunos matriculados nas escolas regulares, mas que em razão da sua deficiência não estão sendo atendidos em suas necessidades na Escola Regular. Assim, a matrícula é na escola regular, mas a frequência do aluno se dá em um espaço segregatório, o CEME.

a idéia do CEME, a gente trabalha com esses que estão em defasagem, mas não é aquela coisa assim “vou pegar esse aluno e ele tem que ficar aqui no CEME”, não. A nossa proposta é recuperar o aluno, como se ele fosse um paciente e a gente tivesse reeducando ele e no momento que a gente sente que ele tem condições de retornar para sua escola, pois ele continua matriculado na escola onde estava inserido, nós não temos matrícula. O CEME é temporário. E inclusive a gente tem uma menina hoje, que vai concluir a oitava série e nós pretendemos que ela faça a formatura lá na escola onde estava matriculada. (G2).

Ainda que as atividades do Centro Municipal de Educação, neste momento, sejam necessárias para a passagem do modelo anterior, o “segregatório” para a proposta inclusiva, este espaço está oferecendo um atendimento que se configura também em Segregação. O exemplo da menina

que vai às aulas no CEME e está matriculada na escola regular, trazido pela gestora, torna isso evidente.

Durante muito tempo as Pessoas Com Deficiência que freqüentavam as APAEs, carregaram o estigma de aluno que não atendia aos requisitos para estar na escola regular. Agora com o CEME, o movimento de exclusão de alunos que atendem aos requisitos de socialização para sala de aula regular e daqueles que não estão aptos a freqüentarem a sala de aula se repete. É uma dose de eufemismo para reproduzir o modelo já falido de Educação para as Pessoas Com Deficiência.

É, porque se eles estão lá, é por que alguma deficiência a mais eles tem. É claro que são crianças que se a gente for ver no histórico deles, a gente vê reprovação dois, três anos. Às vezes não é por questão de conduta, é por que às vezes eles têm uma dificuldade maior de aprender, já estão de uma forma rotulados para esse processo de aprendizagem. E a gente percebe que na reprovação, muitos deles fazem dois, três anos a mesma série. Então esse é um dos critérios, dois ou três anos na mesma série, alguma coisa não está funcionando como deveria. Por que o normal, se a criança está bem alimentada e bem estimulada, é que aprenda. (G1).

Nesta fala percebemos a justificativa para existência dos espaços segregatórios. Também o conceito de normalidade. Neste contexto pressupõe-se que todos os sujeitos tenham habilidades para adequarem-se ao sistema, caso contrário será segregado. Este conceito extrapola com os pressupostos da Inclusão e reforça que o sistema educacional ainda não está preparado para atender as necessidades de cada sujeito. E continua trabalhando com a proposta de que os alunos devem adequar-se ao sistema, que é individualista e não coletivo.

Quando a gestora foi questionada quanto à possível institucionalização dos alunos inseridos no CEME, assim como dos alunos que vão para a APAE, as mesmas informam, sobre as diferentes concepções dos pais, alunos e professores:

Se eu for falar do CEME, eu vejo a satisfação dos pais, só elogio. Eles sentem que hoje os filhos deles estão tendo... sentem prazer em vir, se sentem valorizados, e os pais começam a perceber assim, que na verdade, conversando com os pais que talvez pela inexperiência deles,

acabaram deixando as coisas acontecer, essa questão assim, de que não deram uma assistência quando era o momento exato. (G2).

Percebemos uma defesa, quanto à participação do CEME na rede de atendimento aos alunos Com Deficiência. A segregação, que ocorre em níveis semelhantes aos alunos encaminhados para a APAE, não é evidenciada na fala da gestora, mas sim exposto que o CEME é um espaço necessário para o processo de Inclusão destes sujeitos. Outro dado que demonstra o quanto precisamos avançar para efetivar a Inclusão, é a culpabilização da família. Temos práticas que ainda não atendem aos alunos como sendo um sujeito social completo, ou seja, que necessita ser potencializado em todas as suas relações. Quando a gestora aponta que a família aceita a inserção do filho no CEME, estes o fazem por entenderem que não conseguiram oferecer atendimento necessário ao filho quando ele demandava, demonstra que o sistema de atendimento aos sujeitos ainda não atende as Pessoas Com Deficiência em sua integralidade. Se a família não consegue oferecer o atendimento que o filho necessita no momento exato, isso não demonstra que a família está falhando. Demonstra sim, que o sistema de Proteção Social, está atendendo de modo fragmentado. Assim temos a escola ainda trabalhando paralelamente às famílias, dificultando as práticas inclusivas.

Ainda, uma das profissionais envolvidas no atendimento junto ao CEME, revela que não são apenas os alunos com deficiência que freqüentam o Centro, e sim qualquer aluno que fugir dos padrões pré-estabelecidos para ser aceito em sala de aula.

até porque qualquer coisinha que eles vêem que o aluno não ta rendendo, não ta aprendendo, eles já encaminham “Ah, tem que passar para tal lugar”, eu já observei que tem alunos maiores que vieram da escolar regular para cá, e até porque tem alunos aqui que são inteligentíssimos e vieram por falta de conduta, porque não se comportaram [...] (T1).

Na fala de F1 ficou evidente a preocupação em fazer com que o filho permaneça na escola regular. Já para a gestora é um processo que perpassa por vários momentos, “muitos não querem nem sair do CEME. Os pais não querem e

os alunos também”, demonstrando o quanto esta prática em alguns casos é institucionalizadora. Já em outra fala da gestora, percebemos o quanto é importante à participação da família no processo que garante a Inclusão das Pessoas Com Deficiência:

Claro que a gente encontra, muitos pais que... até a gente encontrou uma mãe que dizia assim “eu quero a minha filha novamente inserida na escola em que está matriculada” há também esse desejo dos pais, porque sabem que nós estamos dando o máximo, mas ao mesmo tempo eles querem também que os filhos estejam em um grupo diferente, no convívio com outros colegas. Então se a gente fosse fazer uma entrevista com cada um deles, dirão que daqui não saem, mas sempre tem as exceções, aqueles que realmente...talvez porque nós também reforçamos, quando a gente vê que o aluno tem condições a gente coloca “oh a gente quer te colocar de novo na escola que tu estuda, vamos fazer de tudo para você voltar para o seu espaço”. (G1).

Somente com a mobilização de todos os sujeitos iremos efetivar a Inclusão. Desse modo quando a mãe expõe seu desejo para a escola, está movimentando a rede de atendimento para que está efetivo o que é de direito para o seu filho. De outro modo, teremos a seqüência, das práticas que “incluem” apenas os sujeitos que tem as características consideradas necessárias para freqüentarem determinados espaços. Uma inclusão baseada nos padrões de normalidade.

Também temos a opinião da Professora que atende alunos no CEME e ao ser questionada sobre o desejo dos alunos em estarem na sala de aula regular responde:

Eu tenho um menino que me cobra todo dia “quando é que eu vou fazer outra prova, outra avaliação?” Porque ele tem um desejo de voltar para a escola, e eu digo “ Você vai quando me mostrar que realmente tu pode ir tranquilo para outra escola”. Então há uns assim que, principalmente os adolescentes, eles querem partilhar com outros, (P2).

Mais uma vez evidenciou-se a necessidade que temos de atender a critérios pré-estabelecidos, para ocupar espaços sociais, no modelo vigente de organização social. Ou atendemos a expectativa estereotipada para inserirmo-nos, ou somos excluídos. Neste caso é aplicada uma avaliação em que o aluno

com deficiência atingirá ou não a possibilidade de ser incluído. Fernandes (2002), em sua tese de doutorado apresentada para esta universidade, apresenta que:

A primeira grande controvérsia trazida a este debate se expressa no fato de que apesar de todos os seres terem o direito de pertencerem a seu mundo, pelo fato de fazer parte do mesmo, isso se torna algo muito complicado quando este sujeito não corresponde ao padrão esperado pelo social e pela cultura. As pessoas com deficiência, [...] deparam-se com as inúmeras interdições do contexto. Tais interdições foram historicamente construídas e obstruem o desenvolvimento dos sujeitos, limitam ou impedem o acesso aos diversos setores da sociedade (FERNANDES, 2002, p. 207).

A fala da autora está em sintonia com o discurso apresentado pela saudosa Dra. Guimarães na banca de qualificação deste trabalho, quando a mesma questionava o modelo de atendimento a que estamos até então submetendo as pessoas com deficiência, pois se somos todos seres humanos, se a Constituição Federal, já estabelece os direitos iguais, não seriam necessárias tantas leis, como já apresentamos, para reafirmar o direito destes sujeitos de estarem num espaço que já lhes é de direito, por serem cidadãos. Voltamos a afirmar que estamos em um momento histórico, que poderá resultar na formação de novas práticas, de uma nova cultura, voltada para a inclusão nos termos de Cardoso (2008, p.149): “A inclusão baseia-se, portanto, nas necessidades da criança, vista como um todo, e não apenas no seu desempenho acadêmico”. A inclusão das crianças com deficiência desde a Educação Infantil será forte aliada na construção de uma nova cultura, pois a educação tem um potencial transformador, e isto se refletirá na cultura das novas gerações.

4.2 A Necessidade de Qualificar o Processo de Avaliação

Se direcionarmos os olhares para a avaliação escolar, teremos ainda os modelos que excluem as diferenças. As potencialidades que os alunos apresentam para além daquilo que é verificado através das provas, que ainda predominam na maioria das escolas, são características para além do campo da avaliação. A atribuição de uma nota como requisito para ser incluído em uma série subsequente no próximo ano depende de fatores que nem sempre são globais aos avanços dos alunos.

Não queremos neste trabalho fazer uma discussão aprofundada das características dos processos avaliativos aplicados no Brasil, mas evidenciarmos que é necessário avançar nos modelos de avaliação para contemplar as Pessoas Com Deficiência. No modelo atual se o aluno não conseguir aprender os conhecimentos e competências que a instituição pretende que ele atinja, este é classificado como fracassado.

eu vejo assim, que na verdade a responsabilidade é nossa, o direito que eles tem de serem avaliados de forma diferente, e que direito a professora tem de achar que ele não está apto, porque daqui a pouco é ela que vai ta entendendo aquilo que ele está transmitindo. Acredito que nós temos muito ainda, o que percorrer. A fazer com que o professor entenda que essa avaliação tem que ser diferenciada, porque ainda o professor fica no igual para o igual. (G1).

A avaliação escolar vem configurando-se como algo a ser problematizado há alguns anos, pois é ela que determina quem segue sendo incluído, ou excluído da sala de aula, quem continua estudando e quem para. Não podemos reduzir esta fala na simples informação de que quem constituiu a nota é o aluno. Pois nem sempre os alunos estão em condições semelhantes para constituírem a mesma produção estipulada pela escola que seus colegas, logo este sistema de avaliação é excludente. Também não queremos ser reducionistas, afirmando que

cabe apenas aos professores a responsabilidade de avaliar com qualidade os alunos.

Na verdade temos um sistema que continua avaliando os alunos de modo fechado, ou seja, se o aluno decorou aquilo que o professor passou em sala de aula, geralmente é tido com notas máximas. Muitas vezes neste sistema desconsideram-se os avanços particulares inerentes à condição de cada sujeito. E aí temos aquele velho jargão entrando em cena: “Se Você Finge Que Ensina, Eu Finjo Que Aprendo”.

A gestora é muito coerente quando afirma que apesar dos avanços já tidos no sistema de avaliação escolar, ainda temos muito a aprender, há um longo caminho a ser percorrido até que tenhamos um sistema de avaliação que atenda as necessidades dos sujeitos, e não apenas avalie quem deve continuar sendo incluído ou excluído dos processos sociais. No entanto esta afirmação pode ser perigosa, pois ao reconhecermos a necessidade de melhorias, devemos agir para potencializar a mudança, do contrário entraremos num discurso vazio de que não está como as necessidades dos sujeitos apontam, mas estamos estagnados, sem ter o que fazer, porque a mudança nem sempre depende de nós.

Os alunos atendidos no CEME devem superar o processo de avaliação para terem assegurado o direito de freqüentar a escola regular, na qual estão matriculados. Vejamos a explicação de uma das professoras que atende no CEME:

Normalmente eram feitos só pareceres, esse ano (2008), foi feito parecer igual, mas eles tem que receber uma nota, e como cada um está numa série, tu tem que ver dentro daquele conteúdo que tu deu, dentro das tuas avaliações, das provas... pra ver o quanto perto ele está daquela série que normalmente seria, por exemplo a 5°, se esse conteúdo ele dominou, ou não dominou, e a nota depende da série que ele está. Por exemplo aqueles que estão na 8°, eles não podem ter uma nota grande dentro daquela avaliação porque ele não alcançou realmente a classe da oitava normalmente, é bem difícil de saber, é bem complicado. São alunos de todas essas turmas, 5° a 8°, e aí esse ano que tem que ter uma nota, antes era só um parecer (P2).

Temos evidenciado que os processos de avaliação ainda obedecem aos padrões de inclusão/exclusão dos sujeitos, seguindo orientações que excluem aqueles que fogem aos padrões de inclusão da escola regular. Caso o aluno avaliado contemple as características necessárias para estar em sala de aula, ele volta para escola regular, caso as características do aluno não contemplem os padrões necessários estará fadado a ficar mais um ano matriculado na escola regular, mas freqüentando efetivamente o CEME.

Visualiza-se que a avaliação não contempla necessariamente os avanços obtidos pelos alunos considerando as suas características e sim avalia-o de acordo com o padrão de inclusão ou exclusão estabelecido para estar na escola regular. Neste caso pode configurar-se como critérios de inclusão ou exclusão, o comportamento, as habilidades individuais e também a deficiência.

A Política Nacional da Educação Especial traz em seu texto a garantia do direito a convivência em ambientes heterogêneos que potencializem a inclusão dos sujeitos com deficiência:

As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos. (BRASIL, 2008, p. 14).

Ao se estabelecer na avaliação, um dinamismo voltado para a permanência dos alunos com deficiência, num espaço segregatório, não está se assegurando o direito à convivência das pessoas com deficiência nos espaços heterogêneos.

Um outro exemplo muito interessante é o evidenciado na fala do A2, ao referir-se às diferenças existentes na turma após o ingresso do colega com deficiência.

Para ele é mais fácil, tipo na hora da prova, ele tem uma diferente da dos outros, quando veio era igual, mas depois a professora começou a fazer diferente. E quando tem trabalhos ela está mais em cima dele, tem gente que não gosta, eu acho que tá certo assim. (A2).

Já para A1, ao ser questionado sobre as diferenças na escola regular para a escola especial que freqüentava, aponta que:

Aqui tenho mais amigos, mas alguns me olham estranho, mas sempre quis vir para esta escola e quando consegui foi bom pra mim, tem mais futuro. Aqui é diferente, mais colegas, tem prova, lá eu não fazia, gosto de provas, é fácil. Achei que não iria conseguir fazer, mas agora eu sei que posso. (A1).

Tanto na fala do A2 como na do A1, evidenciam-se os estigmas sobre a avaliação, de um lado a condição de que alguns podem e outros não, fazerem a mesma avaliação, ainda que isto esteja camuflado. Também a necessidade de contratação de monitores para auxiliarem no processo de atendimento as necessidades dos alunos com deficiência. Pois, assumir a prática de uma educação inclusiva, pressupõe também reconhecer o fato de que a escola não pode sobreviver sobre os ombros apenas dos professores, é necessário o trabalho interdisciplinar, com uma equipe técnica e também os monitores.

A fala de A1 deposita a esperança de um futuro melhor, talvez com mais oportunidades às pessoas com deficiência, isso nem importa, o que realmente importa é que A1 está tendo a oportunidade de sonhar. O fato da escola depositar em A1 a expectativa de ter que render uma boa nota para estar ali, é quase que secundária tamanha a emoção e significado do mesmo estar na escola regular, no entanto não pode ser deixado de lado. Pois as pessoas com deficiência tem o direito de estar na escola independentemente do seu rendimento. Para além é necessário que as escolas não preocupem-se em encontrar alternativas curriculares apenas após a inclusão do aluno na turma e sim que se tenha uma Política que atenda a esta necessidade.

4.3 Algumas percepções dos participantes da pesquisa.

Neste item buscamos elucidar a partir da essência deste trabalho, a fala dos sujeitos, algumas sugestões quanto aos limites e as possibilidades existentes no processo de Inclusão das Pessoas com Deficiência no município de Carazinho. O quadro 02 procura apresentar estas falas de modo sintetizado.

Quadro 02: As percepções dos entrevistados quanto aos limites e possibilidades na inclusão das pessoas com deficiência.

	Limites	Possibilidades
T1	As pessoas ainda estão resistentes e com medo de lidar com as pessoas com deficiência.	Cursos de capacitação para os professores e demais sujeitos que participam das atividades inclusivas.
T2	Superproteção das Famílias. Trabalhos com Inclusão são pioneiros, então não há caminhos percorridos.	Grupos informativos com os familiares das pessoas com deficiência. Teorizar as experiências inclusivas bem sucedidas.
P1	Currículo fechado. Despreparo dos professores. Dificuldades nas avaliações. Recursos Financeiros e Técnicos insuficientes.	Aperfeiçoamento do currículo e avaliação. Capacitação. Cursos de Libras e Braile. Maior investimento em cursos, materiais de consumo e equipamentos.
G1	Acessibilidade Limites na lei municipal para contratação de técnicos na Educação.	Melhorar ou construir acessos adequados para as pessoas com deficiência. Aprimoramento constante nas Leis.
G2	Poucos técnicos e com carga horária reduzida.	Contratar mais técnicos, possibilitando atendimentos

	Pouca participação familiar. Ações ainda isoladas.	interdisciplinares. Trabalhos integrados com a família. Criação de grupos com técnicos, professores e familiares.
P2	Falta de estrutura e apoio emocional. Dar conta de atividades para os alunos com deficiência e os demais alunos, de modo que todos sintam-se incluídos.	Equipe técnica de apoio aos professores.
P3	Falta informações sobre como proceder quando chega um aluno com deficiência. A Educação trabalha de modo isolado. CEME está segregando, assim como a APAE.	Criação de Grupos de discussão entre professores da rede regular e escola especial. Contratação de técnicos como Terapeuta Ocupacional, Fonoaudióloga, Psicóloga, Assistente Social, Fisioterapeuta. Trabalho integrado entre as Secretárias de Assistência Social, Saúde, Educação entre outras.
F1 F2	As crianças ainda são encaminhadas para as APAE,s. Apenas as APAE,s tem equipe técnica para atender os alunos com deficiência.	Que o governo crie um modo de incluir cada vez mais as pessoas com deficiência nas escolas regulares.

Ao propormos o processo de pesquisa, tínhamos muitas dúvidas, e imaginávamos o caminho a ser percorrido para potencializar a Inclusão das Pessoas com Deficiência. Como afirma Gonzalez (p. 93) “as crianças e os jovens com incapacidades necessitam tanto de educação quanto seus colegas”, à partir desta afirmação passamos a construir as possibilidades de inclusão de todos no espaço escolar.

Algumas vezes, buscamos respostas que não precisam ser inovadoras, mas que dêem conta das necessidades dos sujeitos, e é isto que as falas dos

participantes nos possibilitam, a compreensão de que o caminho está dado, basta boa vontade política, articulação entre a rede de atendimento para colocar em prática o expressado por cada participante da pesquisa.

4.4 O Bullying: Um limitador da Inclusão

Percebemos o bullying, como um fator presente nos processos de exclusão da pessoa com deficiência, pois muitas vezes estes são julgados por suas limitações, pelos colegas e conseqüentemente estigmatizados ficando a margem da sociedade.

O termo bullying compreende todas as formas de atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro(s), causando dor e angústia, e executadas dentro de uma relação desigual de poder. (GROSSI e SANTOS, 2007 p. 12).

Na monografia¹⁴ apresentada para obtenção do título de Assistente Social, apresentamos uma pesquisa onde tínhamos como tema principal os encaminhamentos de alunos da Escola Regular para a Escola Especial. Em nossas observações, verificamos alunos hiperativos e com transtorno de déficit de atenção sendo encaminhados para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE. Resultado da realidade do ensino público e privado atual, onde parte das escolas não estão preparadas para atender aos hiperativos e transtorno de déficit de atenção. Crianças que se estimuladas e amparadas socialmente, tem condições de acompanhar o processo de ensino pedagógico sem passarem por um processo de exclusão, alias como toda e qualquer criança.

¹⁴ Título: A Pesquisa Como um Instrumento do Desvendamento do Real: Uma Possibilidade para o Serviço Social.

O que acontece com as Pessoas Com Deficiências é semelhante, porém agravado pelo estigma que estes vem sofrendo, pois as Políticas Sociais não vem dando conta ao longo da história, desta categoria. A intimidação que acontece nas escolas, é vista como um subconjunto de comportamentos agressivos, sendo caracterizada por sua natureza repetitiva e por desequilíbrio de poder. Este processo de intimidação atualmente é comum, para grande parte da comunidade escolar. Desse modo, as pessoas com deficiências também sofrem com o bullying nas escolas. O que não podemos permitir é que em razão das suas limitações, físicas ou cognitivas, estes sejam segregados da sociedade. Em nossa pesquisa a mãe de um aluno nos dá um exemplo de como o bullying aparece nas relações escolares, para as pessoas com deficiência:

Logo que nós começamos a levar o meu filho na escola, nem todas as crianças, mas algumas começaram a chamar ele de aleijado, então a professora explicou para as outras crianças que ele não era um aleijado [...] (F1).

Podemos citar mais algumas das características presentes nos casos de bullying, que nos remetem a pensar sobre os processos de inclusão e exclusão, presentes no modo de vida atual. A mesma vítima é tomada como alvo diversas vezes. A vítima não consegue se defender com facilidade. Caracteriza-se por um abuso de poder sistemático. Assim afirmamos com estas considerações que não é pela aparente fragilidade, ou pelas limitações, que as pessoas com deficiência, não são incluídas nos processos sociais e educativos da rede regular de ensino, mas existe um constante processo de segregação, inclusão e exclusão no meio escolar.

Uma das conseqüências do bullying, apontadas por Guareschi (2008), é que as vítimas desta violência tendem a evadir as aulas. Desse modo submeter a pessoa com deficiência ao bullying, para além de reforçar o estigma, é um ato de brutal violência com conseqüências irreparáveis. Muitas das pessoas com deficiência, que estão segregadas, sonham estudar nas escolas regulares, como vimos na fala de A1, então as escolas devem trabalhar de modo a não permitir que estes atos continuem presentes na comunidade escolar. Assim como a

escola deve trabalhar a comunidade escolar quanto às questões inerentes a vinda das pessoas com deficiência nas escolas, é necessário segundo o mesmo autor que a escola priorize a conscientização antibullying, fortalecendo a relação entre alunos e professores, promovendo grupos de discussão, apoio e intercambio com outras instituições, com os pais e ter funcionários adequados e qualificados para a função que ocupam. Neste sentido, o Ministério da Educação criou em 2005 o Curso técnico de Profissionalização dos Funcionários da Educação, “Profucionário”, objetivando fazer com que todos os presentes na escola façam parte do processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Um dos atendimentos técnicos oferecidos para os alunos com deficiência, ao ingressarem na rede regular, junto ao CEME é no sentido de fortalecer o sujeito para o enfrentamento do estigma:

Nos sabemos que eles chegam na escola e todos logo ficam sabendo que eles vieram da APAE, então alguns ainda tem aquela visão de que la é a escola dos loucos, a gente sabe que não é isso, mas eles comentam entre eles. E quem ta chegando tem esta percepção, um dia um deles me falou, porque que tem que ser eu o louquinho da APAE? E é neste sentido que nós auxiliamos (T2).

Existe uma consciência de que os alunos chegarão nas escolas regulares e serão vitimas do Bullying, no entanto, espera-se ainda que estes sejam vitimizados para aí serem atendidos. Os técnicos trabalham com características curativas e não preventivas. Na pesquisa Identificação do Bullying nas Escolas: Estratégias de Prevenção, da Pós Doutoranda Santos (2008), 69,7% dos 1.220 alunos participantes reconhecem a pratica do bullying, este reconhecimento é o primeiro passo para a superação deste enfrentamento, no entanto este processo de nada adiantará se os jovens não forem trabalhados em suas necessidades.

Guareschi (2008) relata que uma das melhores alternativas para o enfrentamento da violência ou do fenômeno Bullying é a formação dos alunos no sentido de despertar para a cidadania. Desse modo precisamos avançar neste sentido, pois não adianta fazer terapia dos alunos vitimizados se não tivermos também um programa de prevenção a este tipo de violência. A rede do município

de Carazinho no momento da pesquisa, contava apenas com dois técnicos para atender toda a demanda municipal, sendo que estes atendem um 40 horas e outro 20 horas no CEME. Não há um trabalho preventivo, de formação dos sujeitos. As conseqüências disso são que os alunos continuam sofrendo com praticas não cidadãs como o Bullying. Há que se dizer que dadas as configurações da equipe de trabalho, com poucos técnicos e pouca carga horária é impossível desenvolver um trabalho diferenciado. É necessário investir em uma equipe técnica suficiente para realização de trabalhos preventivos.

Em nossa trajetória como Mestrando, tivemos a oportunidade de desenvolver um trabalho diferenciado, no que refere-se ao atendimento às necessidades dos alunos das escolas regulares no município de Carazinho, buscando diminuir a incidência do bullying.

A partir do ingresso no Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Violência - NEPEVI, coordenado pela Dra. Patrícia K. Grossi este projeto ganhou forças e teve um contorno especial, fortalecido pelo projeto de Pós Doutorado da Dra. Andreia Mendes dos Santos. Primeiramente, promovemos reunião com a Secretaria Municipal de Educação Especial de Carazinho, onde apresentamos a proposta de trabalho para duas escolas da rede municipal. O plano de trabalho foi direcionado para dois grupos distintos de alunos da Sétima e Oitava Série do ensino Fundamental, de cada uma das escolas contempladas para estudo. Nestes encontros, abordamos questões envolvendo Educação para não violência e Educação Inclusiva, buscando potencializar através da expressão escrita ou falada dos alunos, indícios da existência ou não do bullying.

A proposta foi muito bem aceita, e a Secretaria Municipal de Educação, sugeriu as duas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, que foram os espaços da realização da abordagem. Na semana seguinte, apresentamo-nos na Escola aonde conversamos com a Diretora. A direção da escola relatou os diversos enfrentamentos que vem tendo com a comunidade escolar. Num processo de escuta sensível, nos aproximamos das vivencias da escola. Segundo relato da direção, o tráfico de drogas, bem como o consumo de drogas ilícitas como maconha, cocaína e crack, estão presentes no cotidiano escolar. Já

houveram casos de alunos passando mal devido ao alto consumo de substâncias tóxicas, a “overdose” durante a jornada escolar. Existe um processo estabelecido em algumas escolas, segundo relato da mesma, onde alguns alunos mudam de escolas semestralmente, para dar continuidade no tráfico dentro destes espaços.

A violência, para além da causada pelo consumo das drogas, estabeleceu-se também pelas disputas de espaços para o tráfico, a cobrança de dívidas, algumas vezes com agressões físicas de alunos que estão vendendo muito pouco, ou deixaram de pagar as drogas. São casos de intimidação que se repetem no cotidiano.

É um fenômeno devastador, podendo vir a afetar a auto-estima e a saúde mental dos adolescentes, assim como desencadear problemas como anorexia, bulimia, depressão, ansiedade e até mesmo o suicídio. Muitas crianças vítimas do bullying desenvolvem medo, pânico, depressão, distúrbios psicossomáticos e geralmente evitam voltar a escola quando esta nada faz em defesa da vítima. (GUARESCHI, 2008, p. 17).

O relato da direção, bem como dos professores, evidencia o quanto a escola já perdeu em razão da violência a que o bairro está exposto. Alunos pedem transferência para outras escolas, evadem, ou há uma queda no rendimento dos demais alunos. Segundo a direção escolar, muitas atitudes já foram tomadas, na tentativa de estancar a violência constante, no entanto não tiveram o resultado esperado. Percebemos descrédito as autoridades competentes, o Conselho Tutelar, segundo relato da direção, não vem dando conta. Foram realizadas denúncias à Brigada Militar a qual nada procedeu. A Escola também procedeu denúncia à Polícia Federal, os quais fizeram diversas apreensões nos possíveis locais de controle do tráfico. No entanto desanimadamente a diretora conta que no máximo três dias depois, os chefes do tráfico estavam atuantes novamente.

Após este encontro, tivemos um misto de sensações. Deparamo-nos com a expressão da questão social, através da violência, e do bullying. Como tínhamos metas traçadas, não nos abalamos e com o aval da escola iniciamos as atividades.

Tivemos a participação de 100 pessoas, considerando as duas escolas com aproximadamente 50 alunos cada uma e 04 professores, sendo 02 de cada escola. Os alunos eram todos oriundos das turmas de sétima e oitava série do ensino fundamental. Partindo da idéia central, do Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre Violência-NEPEVI, que é de trabalhar assuntos sobre violência, afunilamos num estudo exploratório, que foi planejado a partir do projeto “Identificação do Bullying nas Escolas: Estratégias de Prevenção”, iniciamos trabalhando o texto de sensibilização, intitulado “Esta estranha criatura chamada homem”. Logo após a leitura do grupo, abrimos espaço para que os alunos expressassem o que o texto havia possibilitado refletir. Neste momento surgiram afirmações como: “ o próprio ser humano constrói o seu destino”, “o E. T. entendeu que na Terra quem não matava muitos seres humanos recebia pena de morte” entre outras.

Utilizamos as falas dos alunos, para inserir outros elementos que entendíamos necessários para a reflexão. Como por exemplo: O que vocês entendem por Violência? Cada aluno teve oportunidade de ir até o quadro negro e escrever o que melhor sintetizava a violência para ele. Inicialmente apenas as violências cometidas por outras pessoas eram expressadas no quadro, como por exemplo “guerra, assassinato, assalto, roubo, furto etc). Isto demonstrou algo que está presente em grande parte da população, não apenas escolar, acreditar que os problemas sociais, como a violência não nos atingem. Acreditam que é violência apenas aquilo que é notícia nos Jornais e Telejornais.

No encontro seguinte, lançamos uma problematização para debate com questões referindo-se a Inclusão. Por exemplo o que é ser incluído? Assim surgiram falas que remetiam a “estar junto”, “participação”, entre outros. Inserimos no contexto então, a questão da Inclusão das pessoas com deficiências. Aqui tivemos um retorno gratificante, alguns alunos expressaram que a não inclusão de uma pessoa na escola por ser deficiente, é uma violência. Neste processo de inserção de temas a serem debatidos, problematizados, entre os alunos, fomentamos um debate que resultou na compreensão de que a Violência não está apenas naquilo que é referido na mídia, mas também e principalmente nos processos vivenciados no cotidiano, sejam na escola na família ou na comunidade.

Numa nova etapa, onde os alunos expressavam por escrito, no quadro negro, o que entendiam por violência, e Inclusão, apareceram novos elementos, como por exemplo “ser ignorado”, “falar enquanto o outro fala”, “não respeitar a vontade do outro”, “excluir alguém da sala de aula”, “gritar”, “xingar” etc. Também apareceram novamente violências que estão presentes em seu cotidiano como por exemplo “uso de drogas”, “abuso sexual”, “estupro” entre outros, nestas expressões as turmas foram sugestivas, ao mencionarem tais elementos, os próprios alunos sugeriam que gostariam de ter um encontro que fosse trabalhado a sexualidade e o uso de drogas. Assim, atendendo a necessidade que emergiu no processo de trabalho, introduzimos a temática Sexualidade, para um dos encontros. Trabalhamos questões sociais emergentes da sexualidade, tais como as transformações no modo de relacionar-se com o mundo a partir da puberdade, adolescência e iniciação sexual. Também os possíveis enfrentamentos no caso de gestação na adolescência, daí a necessidade de abordarmos alguns dos métodos anticoncepcionais e Mitos e Fatos sobre o Sexo bem como foi abordado os mitos e fatos sobre o uso de drogas. Os alunos tiveram a oportunidade de expressar todas as suas curiosidades e dúvidas sobre sexo e drogas, num ambiente de muita descontração e serenidade.

Ainda assim, percebemos muita agitação por parte de alguns alunos, o que evidenciava as práticas de Bullying. Alguns sujeitos tinham presente que para ser aceito no grupo deveria sobrepor-se aos demais, falando mais alto, inclusive sobrepondo-se ao professor. Em alguns momentos, não raras vezes, alunos partiam para agressões físicas, mesmo estando em sala de aula. Isto nos remeteu a pensar alternativas que respondessem a esta realidade. Ainda que nosso papel enquanto pesquisador, fosse apenas de explorar o ambiente verificando a prevalência do bullying, fomos além. Os alunos expressavam que aquilo que tinham como atitudes rotineiras eram também expressões de violência e exclusão, configurando o bullying, no entanto continuavam a praticar. As expressões verbais pareciam apenas atenuantes para continuar com as mesmas atitudes.

Propomos então a realização de uma dinâmica de grupos, intitulada “Meus Pontos Positivos”. O objetivo foi de despertar os alunos para terem atitudes

coerentes com aquilo que estavam afirmando. Neste processo, pela primeira vez, tivemos todos os alunos realmente engajados nas atividades, se antes participavam com algumas resistências, agora estavam concentrados e determinados. As atividades envolveram reflexão, desenho e escrita, também expressão verbal frente ao grupo. Foram divididos em grupos de cinco alunos. Sugerimos que desenhassem em um papel pardo uma cachoeira e um vulcão, um no lado do outro. Na cachoeira deveriam expressar as atitudes positivas do ser humano e no vulcão as atitudes negativas.

Alguns alunos que são estigmatizados, como sendo “problemas para a escola” surpreenderam. Um menino que poucas vezes expressava-se de maneira cordial, sempre demonstrando muita irritabilidade e atitude violenta, expressou em seu material, poesias sobre a temática Violência. Junto ao vulcão desenhado pelo grupo, expressou a seguinte poesia:

Que bonito
Lindo vulcão
Cuidado com
A erupção
Da violência
E da Poluição
(Grupo de Estudo Exploratório bullying EMEF 01 – 05/2007)

O mesmo aluno, que até então vinha desacreditado frente ao grupo, surpreendeu ainda com outra poesia, expressada junto a cachoeira que o grupo havia desenhado:

Não poluir os rios
Preservar a natureza
Não fazer queimadas
Cuidar esta beleza

Não queremos brigas
E nem morte e guerras
Só peço que não
Destrua o planeta Terra

Paz paz e paz
Guerras para traz
Amor para frente
A toda hora
Especialmente

Cachoeira da paz
Cachoeira do amor
Essa beleza bonita
Feita pelo senhor
(Grupo de Estudo Exploratório bullying EMEF 01 – 05/2007)

Este material, bem como os demais cartazes produzidos pelos grupos neste dia, foram apresentados em reunião, para pais e mestres da escola, e estão a disposição no Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre Violência–NEPEVI.

Guareschi (2008, p.75) sugere que o enfrentamento do bullying não deve ser apenas com ações isoladas, “quando falamos em uma prática preventiva contra o bullying, não estamos supondo que isso possa ser feito de uma forma simples e única”, mesmo assim tivemos a certeza de que ações como estas são válidas para a diminuição da incidência destas práticas. Agora cabe aos gestores públicos darem seqüência nestas atividades que ficam como sugestão.

As expressões em frases elaboradas, com tom poético, remetem para um sujeito com muitas expectativas, consciente do processo de transformação do ser humano. Talvez, em meio a tantas vivências violentas tidas na escola, drogadição, este cidadão expressivo, tenha sido envolvido pela teia das tentações de consumo, e deixado de lado o potencial transformador que tem.

É indispensável uma relação respeitosa entre alunos e professores, de forma a garantir possíveis trocas de ambas as partes e liberdade de expressão aos alunos. Muitas escolas promovem atividades e jogos em grupo como rodas de conversas, nas quais os alunos possam expor sus idéias sobre diferentes assuntos, incluindo violência, preconceito e exclusão. (GUARESCHI, 2008, p. 77).

O bullying, para além de limitar os sujeitos agredidos, intimidados, também limita drasticamente os sujeitos intimidadores. No caso deste menino, o poeta que ora foi expressado é durante grande parte do tempo tomado por um sujeito que é agressor, intimidador e tenta sobressair-se aos demais, em todas as situações, recorrendo às agressões verbais, morais e físicas.

Sejam nas estratégias para a Inclusão social das pessoas com deficiência, ou para o enfrentamento do bullying a escola tem papel fundamental na formação

dos sujeitos. Especialmente considerando que a adesão ao movimento inclusivo será facilitado caso tenhamos uma política que de conta de suprimir os desafios impostos pelo bullying.

Mais que determinantes históricos, que retiraram as pessoas com deficiência das escolas regulares, com políticas sociais insuficientes para atender a demanda, excluindo-as dos meios sociais, a sociabilização constituiu-se contemporaneamente com processos de convivência, onde a disputa por espaços políticos e econômicos sobressaem-se aos sujeitos. A luta pelo sucesso dentro do sistema capitalista, nos espaços escolares limita as possibilidades para a inclusão das pessoas com deficiência mental, e determina um local fértil para a incidência do bullying. Esta relação é fundamental para considerarmos as possibilidades de inserção das pessoas que historicamente vem sendo marginalizadas.

Como observamos nas salas de aula, durante o estudo, as agressões, psicológicas, verbais ou até físicas, muitas vezes não são percebidas como atos de violência. Podemos perceber a expressão através de atitudes violentas como ferramentas utilizadas pelas crianças e adolescentes para o enfrentamento das limitações do espaço social, que não vem dando conta de atender as necessidades do ser humano. Como sentem-se também marginalizados, pela sua condição social, tentam de alguma maneira, sobressair-se aos colegas, é uma estratégia de sobrevivência dentro de um sistema excludente. Não queremos ser reducionistas ao trazermos tais afirmações, por isto citamos também fatores históricos culturais, que somam-se a má distribuição de renda, pouca expectativa quanto a inserção no mercado de trabalho, situação de vulnerabilidade social, que contribuem para a exclusão e/ou bullying. Ao trazermos estes fatores, queremos demonstrar que o bullying, ainda que expressado a partir de fatos isolados, não é resultado apenas do processo momentâneo, onde a ação é desencadeada. Este ato é resposta à gama de situações experienciadas pelos alunos, que não estão conseguindo visualizar alternativas viáveis na sua condição, se não através de expressões violentas. É a velha máxima sendo reafirmada, quem é agredido, seja na família, escola, ou pela sociedade geral, tende se não for trabalhado interdisciplinarmente através das políticas sociais, ser também um agressor.

4.5 A expressão do desconhecido: O preconceito

Dentre os direitos assegurados a partir da Constituição Federal de 1988 está definido no artigo 205, o acesso à educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Também no artigo 206, inciso I, está estabelecido a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, a garantia de que o Estado tem o dever de ofertar o atendimento educacional. Ainda a Constituição Federal traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV).

Buscamos definir o significado do preconceito, para Mattos (1996, p.423) é a “Opinião Negativa que se forma contra pessoas, ou coisas, antes de se ter um melhor conhecimento sobre elas”. Logo, para superarmos o preconceito a solução não é impormos a igualdade mascarada e fictícia por intermédio de leis. A solução é admitir e esclarecer as diferenças, as aparências e possibilitar a convivência das diferentes realidades para que o sistema social dê conta de formar sujeitos que compreendem e respeitem-se entre si. Segregar parte da população é alimentar o preconceito, pois abre-se a possibilidade para que os diferentes sujeitos não se conheçam e emitam pareceres equivocados sobre os mesmos.

Assim, estão dadas as diretrizes nos termos legais para que a educação seja oferecida a todos os sujeitos, sem privilégios ou qualquer tipo de privação, sem preconceito. No entanto, as relações estabelecidas na sociedade ainda não amadureceram o suficiente para conviver sem o preconceito, o que dadas as configurações do sistema até então, aonde não foi possibilitado que os diferentes sujeitos se conheçam, é compreensível, ainda assim, inadmissível. A2, que estuda com um colega com deficiência, ao ser questionado sobre a existência do preconceito em sala de aula é enfático:

Eu mesmo souro preconceito porque uso óculos, mas sei que isso não é nada, as vezes fico fora do futebol e não gosto que façam isso comigo,

mas o A1..., este sim sofre, ele não faz Educação Física, as vezes a prof. fica com ele, se ele faz alguma atividade a gente fica de fora, (A2).

Voltando para o termo legal evidenciado, podemos afirmar que estamos a percorrer um caminho que ainda não foi trilhado. Como vamos garantir que a escola de conta de atender as pessoas com deficiência livre de discriminação se os alunos tidos ao longo da história como regulares, ainda sofrem preconceito? Bem, ao incluirmos neste espaço fértil de possibilidades discriminatórias, alunos com deficiência, sem ter preparado a rede de atendimento, podemos estar contribuindo para uma nova segregação, agora dentro de um espaço dito de inclusão. Isso fica evidenciado na afirmação do entrevistado, quando o mesmo afirma que A1 fica grande parte dos momentos segregado das aulas de Educação Física, em razão da sua deficiência. Enquanto que num pensamento lógico, A1 deveria ser o primeiro a frequentar as aulas de Educação Física, pois a sua estrutura física necessita de exercícios físicos, tanto quanto os demais, talvez mais, para não atrofiar ou para manter os músculos saudáveis, além é claro desta atividade lhe ser garantida por direito.

Misturam-se os preconceitos com a falta de acessibilidade para as necessidades destes sujeitos e com isto fica a imagem de que as pessoas com deficiência são incapazes, ficando à margem social. Uma equipe interdisciplinar, trabalhando a favor da escola certamente teria a Terapeuta Ocupacional e Fisioterapeuta entre outros, os quais poderiam orientar sobre quais seriam as atividades mais adequadas para as necessidades de cada sujeito. Enquanto isso não for garantido, corre-se o risco de deixarmos as pessoas com deficiência de lado em algumas atividades por medo de errarmos, o que para alguém sem a orientação necessária é absolutamente compreensível.

eu não tenho alguém para fazer essa troca, mas eu, por exemplo, procuro me aperfeiçoar e ver o que eu posso fazer para atender aquela criança. Alguns professores esperam que as coisas caiam do céu, e não da pra gente ser assim se não quando chegar o aluno com deficiência a gente não sabe o que fazer. (P2).

Percebemos que os professores estão fazendo o que podem dentro das suas possibilidades que ainda são bastante limitadas. Cobramos que os

professores sejam qualificados, no entanto não há um processo de qualificação proposto pelo poder público. Então nos deparamos com a culpabilização dos sujeitos.

O Estado propõe que as escolas, com seus atores institucionais dêem conta da demanda das pessoas com deficiência. Neste processo o mesmo estado, não vem dando conta das metas estabelecidas para a educação, com formação de equipes multidisciplinares, transformações físicas, acessibilidade, formação continuada de professores para trabalhar com esta diversidade. Vejamos a contribuição de P3 abordando a sua opinião sobre o momento atual da inclusão:

A rede pública a escola comum ainda não se estruturou adequadamente para atender os alunos com deficiência, seja qual for esta deficiência. A acessibilidade na escola comum praticamente não existe. Equipes de assessoramento e apoio ao professor também não. A inclusão há muito vem sendo discutida nas escolas, mas ações concretas ainda são escassas! Somente por força da lei e boa vontade dos professores não existe inclusão. Acredito que este processo só será possível pela união de esforços entre professores, profissionais especializados e órgãos responsáveis pelo sistema educacional, além da reestruturação das salas de aula, no que refere-se ao número de alunos, currículo e avaliação. (P3).

Para além de questionarmos a metodologia até então utilizada no processo de inclusão, temos cada vez mais evidências de que a inclusão não visa somente às crianças com deficiência, e sim todas as crianças, jovens e adultos que sofrem qualquer tipo de exclusão. Sem uma troca constante de informações entre profissionais da Educação, Saúde, Assistência Social, Sociedade Civil e o Estado, a inclusão não atingirá os objetivos mínimos de efetividade. Desse modo percebemos que o preconceito é apenas mais um dos pontos a serem trabalhados, e superados para alcançarmos à inclusão de todos os sujeitos. É irrelevante abordarmos o preconceito, sem evidenciarmos todas as lacunas existentes no processo de atendimento, conforme P3, pois somente será possível um atendimento adequado, sem margem para o preconceito, após a superação destas barreiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar ao final do processo de escrita deste trabalho, temos ciência de que tecemos algumas considerações sobre as necessidades das pessoas com deficiência no que refere-se à evolução do sistema educacional. Estas percepções foram tidas a partir do processo de pesquisa, aonde os participantes tiveram a oportunidade de expressar as suas vivências sobre a Inclusão das pessoas com deficiência, os avanços e também os limites. Este texto não teve a pretensão de ser conclusivo, apenas de trazer alguns elementos considerados importantes para a qualificação do processo de atendimento às pessoas com deficiência.

Não temos dúvida quanto a importância da mudança no que refere-se ao modo com que a sociedade percebe a deficiência. A Inclusão Social das Pessoas Com Deficiências vai acontecendo de modo gradativo, conforme os diferentes sujeitos passam a perceber o ser humano como um Ser dotado de características únicas. Logo a deficiência não será entendida apenas como um limite, mas sim como algo inerente às características de cada sujeito. Enquanto a comunidade estiver olhando para as pessoas com deficiência com preconceitos, vendo-os como incapazes, seres não dotados de sentimentos, habilidades e construtores de sua história, teremos grandes barreiras para avançar na educação para as pessoas com deficiência, seja em escolas especiais ou regulares.

Faz-se necessário uma rede de atendimento, onde saúde educação e assistência social potencializem a inclusão destas pessoas. É preciso também que todos sejam educados para conceber o diferente, livre de qualquer possibilidade de exclusão, ao contrário, estaremos cultivando o preconceito

arraigado das experiências do passado. O campo da Inclusão fundamenta-se na concepção das diferenças. Sejam pessoas com deficiências, ou qualquer pessoa que por algum motivo encontra-se segregada dos espaços que lhes são de direito.

Há algum tempo, as idéias inclusivas, embasadas no pensamento da não segregação das pessoas com deficiências, vêm inspirando propostas e ações em nosso país. Estas propostas são fortalecidas pelos progressos científicos da área da saúde, educação, assistência social, entre outros. A expectativa de vida das pessoas com deficiência, bem como a qualidade de vida, vem melhorando constantemente. Por exemplo, atualmente encontramos em muitos espaços pessoas com a Síndrome de Down, que vivem até a terceira idade, com qualidade de vida, há tempos estes tinham expectativa de vida baixíssima. É evidente que a evolução das práticas inclusivas está relacionada com as possibilidades apresentadas pelas demais ciências que caminham juntas, nesta perspectiva. Também, não basta apenas o desenvolvimento científico, é necessário que as diferentes áreas do conhecimento estejam engajadas, trabalhando com objetivo comum. Potencializar condições de acesso para as pessoas com deficiência, permitindo que estes livremente, em conjunto com seus familiares, possam optar em qual espaço desejam inserir-se.

A exclusão das pessoas com deficiência, ainda é uma realidade constante. Em 1948, a ONU, decretou a Declaração Universal dos direitos Humanos, que estabeleceu política internacional, democrática, considerando todos os seres humanos iguais. Esta declaração foi base para a constituição de diversas Leis, (inclusive as citadas neste trabalho) em cada país buscando incluir socialmente todas as pessoas. À luz dos Direitos Humanos permitiu um ideal democrático. Com isto as Constituições democráticas foram sendo criadas, as leis de Educação, Saúde que regulamentam o mercado de trabalho foram desenvolvendo-se em busca da garantia dos direitos das pessoas com deficiência. No entanto como constatamos no município de Carazinho, isso não é suficiente. É necessário que estas políticas democráticas estejam realmente engajadas com o compromisso de incluir todos os sujeitos. Tomando como exemplo a criação do CEME, este pode ser um importante aliado para a inclusão

das pessoas com deficiência, mas no modelo em que vem trabalhando, está ainda caracterizando um espaço segregatório. Como vimos, os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem ou deficiência, são encaminhados para este Centro, permanecendo matriculados na escola regular, no entanto, sem freqüentar tal escola. A possibilidade de socialização, bem como de aprendizagem com as experiências férteis da sala de aula ficam prejudicadas.

Uma das professoras afirmou que para realmente incluir os sujeitos, é necessário superar o modelo de atendimento da APAE, no entanto com o modelo que vem sendo seguido, continua com a “mesmice da APAE” (P3), referindo-se à segregação que os alunos são submetidos no CEME, “porque os alunos não vão em turno inverso no CEME e voltam para a sala de aula regular, eles vão e ficam até ter “condições” de retornar” (P3). Ou seja, este sistema ainda estabelece padrões de normalidade para estar em sala de aula, quem foge a estes padrões é segregado, logo, ainda não é a inclusão defendida neste trabalho.

A sociedade, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, vem assumindo, cada vez mais a responsabilidade de proporcionar oportunidades de trabalho a todos. Entretanto, muitos governos ainda desenvolvem políticas voltadas, apenas para resultados econômicos e financeiros.

Defende-se que toda pessoa deve ter liberdade para escolher seu trabalho numa organização social justa. O trabalho deve ser bem remunerado, garantindo que não hajam grandes diferenças de nível entre os trabalhadores, sejam homens, mulheres, brancos ou negros, deficientes ou não. O trabalho para qualquer sujeito significa possibilidade de melhorar a sua qualidade de vida. É expressão de dignidade, de capacidade. O trabalho potencializa mudanças, tanto em nível familiar como de classe social.

Deixa-se explicitado o propósito de canalizar todos os esforços no sentido de transformar e superar esta lógica vigente. Uma das alternativas que surge diante deste desafio diz respeito ao papel da educação. Uma educação que dê respostas transformadoras, que permita e favoreça a reflexão sobre as contradições e o exercício coletivo na busca de novas respostas que contribuam para a elevação da consciência das classes que vivem do trabalho. Ao cumprir

um dos seus objetivos fundamentais, que é dar acesso ao saber humano sistematizado e socialmente útil.

A função da educação formal deve ser assegurada para todos, indistintamente, inclusive para as pessoas com deficiência. De posse de um conhecimento que lhe permita situar-se enquanto sujeito histórico, o homem estará em melhores condições de compreender o seu papel no devir social, e de lutar por uma nova forma de organização societária, rompendo com a sociabilidade elitista, marcada pela divisão de classes, a alienação e a segregação dos marginalizados.

As pessoas com deficiências, tem o direito de ingressar no mercado de trabalho, como todo ser humano, isto está expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, Constituição Federal de 1988, Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999), Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras Leis e Decretos Federais, Estaduais e Municipais abordados. Portanto, os caminhos estão trilhados para que as escolas, instituições, empresas, comunidade geral, que formam a rede de proteção às Pessoas com Deficiência, juntamente com estes sujeitos promovam a inclusão nos espaços de trabalho destes cidadãos.

Considerando os avanços impulsionados pelas políticas de direitos humanos e evolução do sistema educacional, ainda não temos garantido acesso uniforme aos serviços para todos os sujeitos. A inserção das Pessoas com Deficiência acontece de diferentes maneiras no campo da educação e demais espaços da sociedade. Conforme a classe social, econômica a que o sujeito pertence, tem ou não, garantido o direito de estar inseridos nos diversos espaços, sejam no trabalho, nos atendimentos de saúde, educação, habitação, saneamento entre outros.

Costa (2005 p. 166), no livro “Sociedade e cidadania desafios para o século XXI”, sinaliza que “A discussão sobre as diferenças entre os povos não pode ocorrer naturalizando as desigualdades sociais.” Para esta autora a existência de diferentes classes sociais, com regras impostas para o pertencimento, faz parte de um conjunto de ações que passa pelas decisões dos seres humanos, logo a

pobreza e a exclusão que são maneiras de expressão da desigualdade, são “criações humanas”¹⁵. Esta afirmação é chave para não recorrermos a previsões fatalistas, ao abordarmos possibilidades para a Inclusão das pessoas com deficiência, e conseqüentemente a inclusão social de todos os sujeitos, pois o modo de vida atual, que é predominantemente capitalista, em nível mundial, passou pelas opções tomadas pelos homens, logo, pode avançar por caminhos que contemplem a Inclusão Social de todos os sujeitos.

Temos a possibilidade de potencializar através das ações dos seres humanos, a construção de uma sociedade inclusiva, onde as ações do homem não sejam para explorar os homens, mas democráticas, que contribuam para a distribuição e redistribuição de renda, que resultariam na diminuição da pobreza, da violência e do preconceito. Automaticamente é alternativa que contribui para a eliminação de todas as formas de exclusão.

Consideramos a inclusão educacional e conseqüentemente social, das pessoas com deficiência algo a ser perseguido, realizado, mas não basta colocar fisicamente alguém em um espaço físico. É imprescindível que esta pessoa seja acolhida, de modo que haja interação entre todos os envolvidos nos processos de atendimento, aí então estaremos garantindo a inclusão social, respeitando os seres humanos com suas características singulares. Trabalhando para a construção de possibilidades concretas que garantam vivências saudáveis, e de aprendizagem entre as pessoas, valorizando as diferenças, sejam elas quais forem.

O desenvolvimento de uma pessoa não é um processo solitário, individual e retilíneo, mas algo que acontece no plano social, entre as pessoas e de maneira dinâmica. As Políticas Sociais impulsionam as mudanças do plano social geral para o plano mais particular dos sujeitos, dentro das famílias. A criança vai se constituindo enquanto pessoa e compreendendo o mundo ao seu redor por meio da internalização de conceitos e significações que são partilhados socialmente. O

¹⁵ A pobreza não resulta de fatores naturais, nem de qualquer lógica inevitável dos processos históricos. A pobreza é uma criação humana; só os seres humanos se diferenciam entre os pobres e ricos. (COSTA, 2005 p. 166)

espectro social não é algo que se apresenta como um elemento entre outros, mas é a condição primeira para que o desenvolvimento humano ocorra.

No caso de uma criança com deficiência, o processo não difere. A família, como foi dito, é o primeiro grupo responsável, por criar, num primeiro momento, situações nas quais a criança assimilará quem ela é e como é o mundo que a cerca. Ora, se temos clareza de que é socialmente que as pessoas se constituem e se desenvolvem, mais do que nunca, a pessoa com deficiência necessita do acesso irrestrito aos meios sociais de apropriação de conhecimento. Só assim ela poderá superar suas limitações e ter um real desenvolvimento.

A autonomia e a independência da criança com deficiência serão constituídas a partir das suas interações sociais e, principalmente, a partir de interações que sejam favorecedoras dessa autonomia e independência. As vivências em sala de aula regular, com um aparato social, que favoreça a sua inserção.

Como todo e qualquer cidadão, as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos à educação, saúde, assistência social, acessibilidade, lazer, esporte, cultura e trabalho. Os recursos da comunidade devem estar garantindo que a pessoa com deficiência, possa viver com independência e autonomia.

Para que ocorra a inclusão das Pessoas Com Deficiência em todos os segmentos, é imprescindível adequar as estruturas humanas, físicas e técnicas. Eliminar as barreiras interpostas historicamente, noções preconceituosas e discriminatórias, trabalhar para garantir a informação a respeito da deficiência, como também melhorar, ou adequar às estruturas físicas arquitetônicas, construindo rampas, meios de comunicação, móveis, utensílios e equipamentos adaptados.

O princípio da equidade deve ser alcançado, em todos os espaços, seja na família, na escola, no trabalho, na comunidade em geral, e isto significa respeito às diferenças. A família, como grupo social, deve se constituir como elemento essencial na promoção e garantia desse direito, seja por meio de ações diretas

com a pessoa com deficiência, seja exigindo junto à sociedade organizada políticas eficazes na promoção do bem-estar de todos.

O que se constata, na repercussão entre a legislação educacional e as realidades escolares é o sentimento de incompletude, de impotência, das redes de ensino em geral, das escolas, professores e comunidade, para fazer cumprir esta proposta. Em especial, parte dos professores julgam-se, despreparados para atender alunos com necessidades especiais. Percebe-se que ainda falta-lhes a compreensão da proposta de educação inclusiva, a formação conceitual correspondente. Muitos visualizam apenas os aspectos pedagógicos no processo de inclusão, deixando de lado os benefícios alcançados através da socialização.

Para muitos trabalhadores, falta a maestria do ponto de vista das didáticas e metodologias, além das condições apropriadas de trabalho, (alguns tem carga horária insuficiente e/ou turmas numerosas de alunos). Também não percebemos na rede regular de ensino um processo de formação anterior ao ingresso de alunos com deficiência, visando a capacitação para o ensino desse alunado.

Não estamos elegendo culpados mesmo porque como já abordamos, na perspectiva de trabalho posta até aqui, todas as demandas recaem sobre os professores. Assim percebemos que não são apenas os professores que se percebem impotentes. Também a escola como um todo (equipe pedagógica, faltam recursos materiais, funcionários de apoio, etc.).

Muitas vezes as famílias e os alunos, também são percebidos perplexos, tomados pelo preconceito diante desta proposta, sejam os com deficiência ou os demais. Talvez muito mais as famílias dos alunos não deficientes demonstram atitudes que oscilam entre desconhecimento da proposta até rejeição a ela. Intimamente, existem sentimentos nas famílias de medo ou ansiedade diante do que a convivência com alunos com deficiência pode significar para a formação dos seus filhos, chegando ao cúmulo de mudar o aluno de turma, ou turno para não socializar-se com o aluno com deficiência.

Sacristàn, (2002, p.120), faz um ensaio sobre a inserção dos diferentes, nos mais diversos espaços sociais. O autor constata que a percepção da existência do outro como alguém diferente pode ser motivo de aproximação, de distanciamento ou de rejeição. Como o Ser Humano é cultural, suas características podem ser motivos para qualquer uma dessas atitudes. Assim temos na inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, acompanhando seus colegas em suas diversas faixas etárias, num processo de aprendizagem, mesmo não tendo desenvolvido todas as habilidades cognitivas, uma alternativa importante na construção de uma nova cultura.

A convivência das pessoas com deficiência e os demais alunos, é possibilidade para inclusão, quebra de mitos, admiração, e conseqüente evolução nos processos de socialização, entre os alunos.

É claro que não estamos colocando esta possibilidade como fato isolado, é necessário que a rede, que envolve esta questão esteja fortalecida, atendendo as necessidades educacionais, de saúde, assistência social, da diversidade. Isso faz parte de um processo que visa atender as pessoas, não apenas com deficiência em sua integralidade, ou seja, é a garantia da cidadania.

A pesquisa apontou para a necessidade de diferentes profissionais trabalhando na rede de atendimento às pessoas com deficiência. Neste sentido, às contribuições do Serviço Social poderão ser significativas, pois seu trabalho caracteriza-se em articular as diferentes formas de organização e ter sempre presente uma leitura, diagnóstico do contexto social, levantando suas necessidades ou dificuldades. O Serviço Social interagindo diretamente com as escolas poderá evidenciar elementos da comunidade que esteja inserida, potencializando a relação entre os sujeitos da comunidade e a escola de modo que a direção seguida por ambas, esteja em sintonia.

O Serviço Social também poderá trabalhar diretamente com as organizações existentes, tais como Programas Sociais, apoio às famílias, e demais instituições da rede de atendimento, conforme indicado pelos documentos legais já abordados. Ainda, o trabalho do Assistente Social poderá dar ênfase na

constituição e funcionamento de instâncias representativas como Conselhos Escolares ou Conselhos Deliberativos Escolares, Associação de Pais e Professores, Grêmios Escolares dentre outros. Entendemos que as escolas que tenham organizações internas funcionando, bem como articuladas com a comunidade, têm um espaço fértil rumo à inclusão social de todos os sujeitos, pois estes espaços participativos são potenciais agentes transformadores. Estes espaços representativos podem trabalhar com a articulação entre escola e comunidade. São instâncias que exigem diferentes formas de participação da sociedade e da família, em contextos que são efetivamente de organização, podendo avançar no processo de formação de concepções inclusivas em todos os espaços.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ruy Barbedo. **A Caracterização dos Direitos Humanos**. Síntese histórica dos direitos humanos. As características fundamentais dos direitos humanos. A objeção do relativismo cultural. Direitos humanos, Estado de Direito e teoria garantista. Coletânea de Textos do Curso de Especialização em Direitos Humanos. Passo Fundo. 2006.

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARNAIZ, Sanchez P. **Las Escuelas son para todos**. Siglo Cero, 1996. p. 25-34.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social Fundamentos Ontológicos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BATISTA, Sergio Murilo. FRANÇA, Rodrigo. **Família de Pessoas com Deficiência: Desafios e superação**. Revista de divulgação técnico-científica do ICPG. Vol. 3 n. 10 - jan.-jun./2007.

BEAUDOIN, M.N. TAYLOR, M. **Bullying e Desrespeito: como acabar com essa cultura na escola**. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Resolução Nº 273/93 de 13 de março de 1993. **Código de Ética dos Assistentes Sociais**. Brasília: República Federativa, 1993.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: República Federativa, 1988.

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Diretrizes para criação de Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência**. Brasília: CORDE, 2002.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente:** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Porto Alegre, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente/RS, 2003.

_____. Lei nº 5692/71 de 1971. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.** Brasília: República Federativa, 1971.

_____. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.** Brasília: República Federativa, 1996.

_____. Portaria 948/2008. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.** Brasília: República Federativa, 2008.

BEHRING, Eliane Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social – fundamentos e história.** São Paulo. Cortez, 2006.

BIANCHETTI, Lucildo; FREIRE, Ida Mara. **Um olhar sobre a diferença, interação, trabalho e cidadania.** 4º ed. Campinas – SP: Papyrus, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?.** São Paulo: Brasiliense , 2001.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.** Brasília: República Federativa, 1996.

BUSCAGLIA, Léo. Os deficientes e seus pais. 3. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CARDOSO, Marilene Cardoso. **Educação Inclusiva: atendimento à diversidade como prática educativa na rede municipal de Guaíba.** Tese de Doutorado, Faculdade de Educação. PUCRS. Porto Alegre, 2004.

CARVALHO, José Sérgio. **Educação, Cidadania e Direitos humanos.** Petrópolis: Vozes, 2004.

CATTANI, Antonio David. **Trabalho e Autonomia**. 2 ed. Petropolis. Editora Vozes, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5º ed. São Paulo, Cortez, 2001.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: Uma Equação Possível?**. São Paulo: Cortez, 2004.

DORNELLES, João Ricardo. **O que são Direitos Humanos**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **Os direitos humanos da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. In Relatório Azul: garantias e violações dos direitos humanos. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.

FIORI, J L. Neoliberalismo e Políticas Publicas. In. Fiori, J L. **Os moedeiros falsos**. 4ª ed. Rio de Janeiro. Vozes, 1997. pp. 211 – 223.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **Os direitos humanos da pessoa com deficiência no mercado de trabalho**. In Relatório Azul: garantias e violações dos direitos humanos. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.

FOUCAULT, Michael. *A História da Loucura*. 1978.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GONZALÉZ, José Antonio Torres. **Educação e Diversidade**: bases didáticas e organizativas. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GUARESCHI, A. Pedrinho. **A Sociologia Crítica: alternativas de mudança.** 60 ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, EDIPUCRS, 2007.

GUARESCHI, A. Pedrinho. SILVA, Michele Reis da. (Coord.) **Bullyng Mais Sério do que se imagina.** 2ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, EDIPUCRS, 2008.

GROSSI, Patrícia Krieger. SANTOS, Andreia Mendes. **Identificação do Bullying nas Escolas: Estratégias de Prevenção.** Projeto de Pesquisa Pós Doutorado. PUCRS 2007.

IAMAMOTO, Marilda V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo: trajetória e desafios. In: MOLINA M, Maria Lorena. **La cuestión social y la formación profesional en Trabajo Social en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana.** Buenos Aires: Espacio Editorial, 2004.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Maria V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche** Capital Financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo:Cortez 2008.

IMBERNÓN, Francisco. **A educação do século XXI.** 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LAURELL, A C. **Avançando em direção ao passado: a política social do Neoliberalismo.** In LAURELL, A C. (org.) revisão técnica de Amélia Cohn; tradução de Rodrigo Leon Contera. 3ed. **Estado e Política Social no Neoliberalismo.** São Paulo: Cortez, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e Lógica dialética.** 5 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

Lei 7853 de 24.10. 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência na Integração Social.

Lei 8213 de 24.07.1991 – Dispõe sobre os planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providencias.

LIBÂNIO, José Carlos. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBANEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública: A Pedagogia Crítica Social dos Conteúdos**. 18 ed. São Paulo, Loiyola, 2002.

LIMA JUNIOR, Jayme Benvenuto. O caráter expansivo dos direitos humanos na afirmação de sua indivisibilidade e exigibilidade. In LYRA, Rubens Pinto (org). **Direitos humanos, os desafios do século XXI: uma abordagem interdisciplinar**. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. [et al]. **Fazer Universidade: uma proposta metodológica**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Col. Temas Básicos de Educação e Ensino, EPU, São Paulo 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Uma Escola de Todos, para Todos e com Todos: O Mote da Inclusão**. Artigo in: MOSQUERA, Juan Jose Mourinõ. STUBÄUS, Claus Dieter. **Educação Especial: em direção a educação inclusiva**. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico – Filosóficos**. São Paulo: Martins Claret, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**. V I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATTOS, Geraldo. **Dicionário de Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 1996.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MOSQUERA, Juan Jose Mourinõ. STUBÄUS, Claus Dieter. **Educação Especial: em direção a educação inclusiva**. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social Teoria, Método e criatividade**. 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NAUJORKS, M.I. **Stress e inclusão: indicadores de stress em professores frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. In: Cadernos de Educação Especial, Santa Maria, p. 117-125, nº 20, 2002.

NERI, Marcelo. **Retratos da deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2003.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem**. Tradução de Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

PESSOTTI, Isaias. **A Loucura e as Épocas**. 2 ed. Editora 34. Rio de Janeiro RJ, 1994.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. A utopia da cidade disciplinar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAYO, José Tuvilla. **Educação Em Direitos Humanos**. Tradução: Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 2004.

REIS, Carlos Nelson dos. **Inclusão Social: uma proposta de integração articulada de políticas sociais**. Revista Texto e Contexto, Ano IV – Nº 4, 2005. www.pucrs.br/textos/

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Saúde Mental: dimensão histórica e campos de atuação**. São Paulo: EPU, 1996.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. **A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI**. Inclusão - Revista da Educação Especial, nº 01, 2005. Brasília.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todo**. Rio de Janeiro: WVA. 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: Deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental?** Revista Nacional de Reabilitação, ano IX, nº 43, mar./abr. 2005, p. 9-10.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência? In: SASSAKI, Romeu Kazumi. **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos.** São Paulo: RNR, 2003, p. 12-16.

SAWAIA, Bader. Exclusão ou Inclusão Perversa? IN SAWAIA, Bader (org) **As artimanhas da exclusão Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado.** São Paulo: Cortez, 2004.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** 2º ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 3).

SKLIAR, Carlos. (Org.). **Educação & Exclusão: Abordagens Sócio antropológicas em Educação Especial.** Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOARES, L T. **Os custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000. (Coleção Questões da Nossa Época. V. 78.)

SOUZA, Maria Antonia de. COSTA, Lúcia Cortes da. (Org). **Sociedade e cidadania: desafios para o século XXI.** Ponta Grossa: ED. UEPG, 2005.

STOTZ, Eduardo Navarro. **Pobreza e Capitalismo.** In VALLA, Victor Vicent et al (Orgs). **Para compreender a Pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

THUMS, Jorge. **Acesso a Realidade: Técnicas de Pesquisa e construção do Conhecimento.** Porto Alegre. Sulina, 2000.

VICENTE, Cenise Monte. O direito à Convivência Familiar e Comunitária: uma política de manutenção do vínculo. IN KALOUSTIAN, Silvio Manoug. **Família Brasileira, a base de tudo.** 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2000.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. 3 ed. Brasília: Editora Unb, 1994. V 1.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro : WVA, 1997

WISE, Liz; GLASS, Chris. **Trabalhando com Hannah: Uma criança especial em uma escola comum**. Tradução: COSTA, Ronaldo Cataldo. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WOLFF, Jane Maria Réos. WOLFF, Ronald Selle. **A integralidade como uma costura que permeia e direciona o Sistema Único de Saúde**. In Relatório Azul: garantias e violações dos direitos humanos. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: CORAG, 2006.

APÊNDICES

Apêndice A
Formulários de Entrevistas

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – PUCRS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO
ENSINO E PRÁTICA DOCENTE NO SERVIÇO SOCIAL
Orientadora: Patrícia Krieger Grossi

Apêndice A1 - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA APLICADO PARA
PROFESSORES DA REDE REGULAR DE ENSINO:

- 1 Qual a sua formação acadêmica?
- 2 Quantos alunos com deficiência você tem em sala de aula?
- 3 Considerando os alunos com deficiência que estão freqüentando a classe regular, quais as estratégias você, professor(a), desenvolve para contemplá-los em sala de aula?
- 4 Você recebe apoio externo, a sala de aula, de profissionais de outras áreas, que auxiliem na proposta de educação inclusiva? E como ocorrem as trocas e os estudos com estes profissionais?
- 5 Quais são os limites e as possibilidades vivenciadas por você nas aulas de classe regular a partir da inclusão dos alunos com deficiência?
- 6 Existe tratamento diferenciado em sala de aula, para alunos com ou sem deficiência? E no que refere-se ao currículo e avaliação?
- 7 Considerando a sua experiência, como você percebe a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares no município de Carazinho?

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – PUCRS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO
ENSINO E PRÁTICA DOCENTE NO SERVIÇO SOCIAL
Orientadora: Patrícia Krieger Grossi

Apêndice A2 - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA APLICADO PARA
COORDENADORA EDUCACIONAL DA ESCOLA ESPECIAL LAÇOS DE
TERNURA – APAE DE CARAZINHO

- 1 Qual a sua formação acadêmica?
- 2 Quais atendimentos oferecidos para as Pessoas com Deficiência na Escola Especial Laços de Ternura?
- 3 Como acontece a inclusão dos alunos que estudam na escola especial Laços de Ternura?
- 4 Qual a sua opinião sobre a proposta de Educação Inclusiva na rede Educacional do Município de Carazinho?
- 5 Você recebe apoio externo a escola especial, da Secretaria Municipal de Educação e de profissionais de outras áreas, que auxiliem na proposta de educação inclusiva? E como ocorrem os estudos, assessoria, e as trocas de experiências com estes profissionais?
- 6 Considerando a sua experiência, como você percebe a Inclusão das pessoas com Deficiência nas escolas regulares no município de Carazinho? É possível a inclusão Educacional e social das Pessoas com Deficiência?
- 7 Quais os limites e as possibilidades encontrados no processo de inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares do município de Carazinho?

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – PUCRS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO
ENSINO E PRÁTICA DOCENTE NO SERVIÇO SOCIAL
Orientadora: Patrícia Krieger Grossi

Apêndice A3 - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA AOS GESTORES
EDUCACIONAIS DE CARAZINHO

1 Identificação

1.1 Função Desempenhada:

1.2 Há alunos com deficiência nas escolas municipais de Carazinho em nível:

1.2.1 () Educação Infantil 1.2.2 () Ensino Fundamental 2.3 () Ensino Médio

1.3 Número de alunos com deficiência matriculados nas escolas regulares:

1.4 As escolas possuem salas de recursos: () Sim () Não

2 O Município dispõe de quais recursos que contribuem para Educação Inclusiva e Inclusão Social das Pessoas com Deficiência?

3 Quais estratégias são oferecidas para incluir as Pessoas com Deficiência Intelectual nas escolas regulares?

4 Como os professores, pais e alunos tem correspondido a Proposta de Educação Inclusiva?

5 Existe rede de atendimento interinstitucional, interdisciplinar ou intersetorial para as Pessoas com deficiência incluídas nas escolas regulares em Carazinho? De que maneira funciona?

6 Quais as Políticas que contribuem para a Inclusão das Pessoas com Deficiência em Carazinho? De que maneira?

7 Quais os limites e as possibilidades encontrados no processo de inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares do município de Carazinho?

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – PUCRS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO
ENSINO E PRÁTICA DOCENTE NO SERVIÇO SOCIAL
Orientadora: Patrícia Krieger Grossi

Apêndice A4 - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA AOS COLEGAS DE ALUNOS
COM DEFICIÊNCIA DAS ESCOLAS REGULARES

- 01 Como é, em geral o seu convívio com os colegas?
- 02 Você percebe alguma forma de preconceito na escola? Exemplifique.
- 03 Você percebeu alguma mudança depois do ingresso de Pessoas com Deficiência na Escola? Que tipo de mudança?
- 04 Como é a relação dos professores com os alunos em geral? Existe algum tratamento diferenciado para algum aluno? Exemplifique.?
- 05 Como você se sente ao ver um colega com deficiência sendo vítima de preconceito?
- 06 Como você acha que pode contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência na escola?
- 07 Como acontecem as brincadeiras na escola?
- Quais as brincadeiras preferidas?
 - Quem escolhe os participantes?
 - Quem são os escolhidos?
- 08 Quando há trabalhos em grupos, como são formados os grupos?

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – PUCRS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO
ENSINO E PRÁTICA DOCENTE NO SERVIÇO SOCIAL
Orientadora: Patrícia Krieger Grossi

Apêndice A5 - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA AOS ALUNOS COM
DEFICIENCIA

- 01 Você já estudou em escola especial? Se estudou qual você prefere a regular ou a especial? Por quê?
- 02 O que você gostava de fazer na escola especial? E o que você não gostava?
- 03 O que você gosta na escola regular?
- 04 O que você não gosta na escola regular?
- 05 Como é a sua relação com os seus colegas?
- 06 Quais diferenças você percebe da escola especial e a regular ?
- 07 Você tem amigos na escola?
- 08 Você percebe algum preconceito na escola? Qual?
- 09 Você já sofreu preconceito na escola? Como você se sentiu?
- 1 O que você acredita que falta na escola regular para você se sentir incluído?
- 2 Você já conversou com alguém sobre o que você pensa sobre a escola?

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – PUCRS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO
ENSINO E PRÁTICA DOCENTE NO SERVIÇO SOCIAL
Orientadora: Patrícia Krieger Grossi

Apêndice A6 - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA AOS PAIS DOS ALUNOS COM
DEFICIENCIA

01 Você percebeu alguma diferença a partir da inclusão do seu filho na escola regular? Quais?

02 O que você pensa sobre a escola especial? E a escola regular?

03 Você conversa com o seu filho sobre as vivências dele na escola? O que ele conta?

04 Quais os limites que você percebe para o seu filho na escola regular?

05 Quais as possibilidades você percebe para o seu filho na escola regular?

06 O que você acredita que poderia ser feito para melhorar a inclusão do seu filho na escola regular?

07 Quais limites e possibilidades você percebia quando o seu filho estudava na escola especial?

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – PUCRS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO
ENSINO E PRÁTICA DOCENTE NO SERVIÇO SOCIAL
Orientadora: Patrícia Krieger Grossi

Apêndice A7 - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA APLICADO PARA
PROFISSIONAIS DE APOIO DA REDE REGULAR DE ENSINO:

01 Função desempenhada:

02 Quais são os atendimentos oferecidos para as Pessoas com Deficiência Intelectual?

02 Quais as estratégias utilizadas para viabilizar a Inclusão das Pessoas com Deficiência Intelectual nas escolas regulares?

03 Quais são os espaços para discussão e formação dos professores e demais envolvidos nos processos de Educação Inclusiva? Como acontecem?

04 Como os professores, pais e alunos têm correspondido a Proposta de Educação Inclusiva?

05 Existe rede de atendimento interinstitucional, interdisciplinar ou intersetorial para as Pessoas com Deficiência incluídas nas escolas regulares em Carazinho? Quem compõe e de que maneira funciona?

06 Como você percebe a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares no município de Carazinho?

07 Quais são os limites e as possibilidades que você percebe a partir da inclusão dos alunos com deficiência?

Apêndice B
Termo de Consentimento

Apêndice B1 - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E
ESCLARECIDO AOS PAIS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Eu, _____, RG n _____, abaixo assinado, declaro que, de livre e espontânea vontade e de forma gratuita, aceito participar da pesquisa “O processo de Inclusão das Pessoas Com Deficiência nas Escolas Regulares do Município de Carazinho”, realizada pelo mestrando Jocenir de Oliveira Silva, orientado pela prof. Dra. Patrícia Krieger Grossi, autorizando o uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. Fui informado(a) dos objetivos da pesquisa que consiste em investigar em que condições ocorre a inserção das Pessoas com Deficiência nas Escolas Regulares de Carazinho, para contribuir com subsídios que ampliam o processo no caminho da Inclusão. As entrevistas individuais serão gravadas e transcritas pelo pesquisador retirando quaisquer informações identificadas. As entrevistas terão a duração aproximada de uma hora e eu poderei interromper a qualquer momento, não sendo obrigado a responder qualquer pergunta que julgar inconveniente. Estou plenamente ciente de minha participação nesse estudo e sobre a preservação do meu anonimato. Fico ciente, ainda, sobre a minha responsabilidade em comunicar ao pesquisador qualquer alteração pertinente a esse estudo, podendo dele sair a qualquer momento, sem acarretar prejuízos no meu atendimento na instituição da qual participo.

Os dados coletados poderão ser utilizados para publicação de artigos, apresentação em seminários e similares. Declaro, outrossim, que este Termo foi lido e recebi uma cópia.

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, firmo o presente documento. Quaisquer dúvidas em relação à pesquisa, podem ser esclarecidas pelos pesquisadores pelo fone 54 84012154 ou pela entidade responsável Comitê de ética em Pesquisa da PUCRS pelo fone 51 33.20.33.45.

Carazinho/RS, ____ de _____ de 2008.

Entrevistado(a)
Silva

Pesquisador: Msd. Jocenir de Oliveira

Pesquisadora responsável Prof. Dra Patrícia Krieger Grossi

Orientadora - CRESS 3307

Apêndice B2 - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E
ESCLARECIDO AOS ALUNOS

Eu,, RG n, abaixo assinado, declaro que, de livre e espontânea vontade e de forma gratuita, autorizo (.....), a participar da pesquisa “O processo de Inclusão das Pessoas Com Deficiência nas Escolas Regulares do Município de Carazinho”, realizada pelo mestrando Jocenir de Oliveira Silva, orientado pela prof. Dra. Patrícia Krieger Grossi, autorizando o uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. Fui informado(a) dos objetivos da pesquisa que consiste em investigar em que condições ocorre a inserção das Pessoas com Deficiência nas Escolas Regulares de Carazinho, para contribuir com subsídios que ampliam o processo no caminho da Inclusão. As entrevistas individuais serão gravadas e transcritas pelo pesquisador retirando quaisquer informações identificatórias. As entrevistas terão a duração aproximada quarenta minutos e eu poderei interromper a qualquer momento, não sendo obrigado a responder qualquer pergunta que julgar inconveniente. Estou plenamente ciente de minha participação nesse estudo e sobre a preservação do meu anonimato. Fico ciente, ainda, sobre a minha responsabilidade em comunicar ao pesquisador qualquer alteração pertinente a esse estudo, podendo dele sair a qualquer momento, sem acarretar prejuízos no meu atendimento na instituição da qual participo.

Os dados coletados poderão ser utilizados para publicação de artigos, apresentação em seminários e similares. Declaro, outrossim, que este Termo foi lido e recebi uma cópia.

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, firmo o presente documento. Quaisquer dúvidas em relação pesquisa, podem ser esclarecidas pelos pesquisadores pelo fone 54 84012154 ou pela entidade responsável Comitê de ética em Pesquisa da PUCRS pelo fone 51 33.20.33.45.

Carazinho/RS, de de 2008.

Entrevistado(a)

Responsável Entrevistado(a)

Pesquisador Mestrando Jocenir de Oliveira Silva

Pesquisadora responsável Prof. Dra Patrícia Krieger Grossi
Orientadora - CRESS 3307

Apêndice B3 - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E
ESCLARECIDO AOS GESTORES EDUCACIONAIS DE CARAZINHO

Eu, , RG n , abaixo assinado, declaro que, de livre e espontânea vontade e de forma gratuita, aceito participar da pesquisa “O processo de inclusão das Pessoas Com Deficiência nas Escolas Regulares do Município de Carazinho, realizada pelo mestrando Jocenir de Oliveira Silva, orientado pela prof. Dra. Patrícia Krieger Grossi, autorizando o uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. Fui informado(a) dos objetivos da pesquisa que consiste em Investigar de que maneira as Políticas Educacionais e Sociais contribuem no processo de Educação Inclusiva, para subsidiar iniciativas que possibilitam o fortalecimento das ações Inclusivas. As entrevistas individuais serão gravadas e transcritas pelo pesquisador retirando quaisquer informações identificatórias. As entrevistas terão a duração aproximada de uma hora e eu poderei interromper a qualquer momento, no sendo obrigado a responder qualquer pergunta que julgar inconveniente. Estou plenamente ciente de minha participação nesse estudo e sobre a preservação do meu anonimato. Fico ciente, ainda, sobre a minha responsabilidade em comunicar ao pesquisador qualquer alteração pertinente a esse estudo, podendo dele sair a qualquer momento, sem acarretar prejuízos no meu atendimento na instituição da qual participo.

Os dados coletados poderão ser utilizados para publicação de artigos, apresentação em seminários e similares. Declaro, outrossim, que este Termo foi lido e recebi uma cópia.

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, firmo o presente documento. Quaisquer dúvidas em relação à pesquisa, podem ser esclarecidas pelos pesquisadores pelo fone 54 84012154 ou pela entidade responsável Comitê de ética em Pesquisa da PUCRS pelo fone 51 33.20.33.45.

Carazinho/RS, ____de_____ de 2008.

Entrevistado(a)

Pesquisador Mestrando Jocenir de Oliveira Silva

Pesquisadora responsável Prof. Dra Patrícia Krieger Grossi
Orientadora - CRESS 3307

Apêndice B4 - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO LIVRE E
ESCLARECIDO PARA PROFESSORES DA REDE REGULAR DE ENSINO E
ESCOLA ESPECIAL

Eu, , RG n , abaixo assinado, declaro que, de livre e espontânea vontade e de forma gratuita, aceito participar da pesquisa “O processo de Inclusão das Pessoas Com Deficiência nas Escolas Regulares do Município de Carazinho”, realizada pelo mestrando Jocenir de Oliveira Silva, orientado pela prof. Dra. Patrícia Krieger Grossi, autorizando o uso do conteúdo das informações dadas para que seja utilizado parcial ou integralmente, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. Fui informado(a) dos objetivos da pesquisa que consiste em Identificar a instrumentalidade utilizada para Inclusão das Pessoas com Deficiência, buscando fortalecer o processo de Inclusão das Pessoas com Deficiência. As entrevistas individuais serão gravadas e transcritas pelo pesquisador retirando quaisquer informações identificatórias. As entrevistas terão a duração aproximada de uma hora e eu poderei interromper a qualquer momento, não sendo obrigado a responder qualquer pergunta que julgar inconveniente. Estou plenamente ciente de minha participação nesse estudo e sobre a preservação do meu anonimato. Fico ciente, ainda, sobre a minha responsabilidade em comunicar ao pesquisador qualquer alteração pertinente a esse estudo, podendo dele sair a qualquer momento, sem acarretar prejuízos no meu atendimento na instituição da qual participo.

Os dados coletados poderão ser utilizados para publicação de artigos, apresentação em seminários e similares. Declaro, outrossim, que este Termo foi lido e recebi uma cópia.

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, firmo o presente documento. Quaisquer dúvidas em relação à pesquisa, podem ser esclarecidas pelos pesquisadores pelo fone 54 84012154 ou pela entidade responsável Comitê de ética em Pesquisa da PUCRS pelo fone 51 33.20.33.45.

Carazinho/RS, ____ de _____ de 2007.

Entrevistado(a)

Pesquisador Mestrando Jocenir de Oliveira Silva

Pesquisadora responsável Prof. Dra Patrícia Krieger Grossi
Orientadora - CRESS 3307

Apêndice C
Carta de autorização

Apêndice C1 – CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA

Carazinho, _____ de _____ de 2008.

CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, _____, Secretária Municipal da Educação de Carazinho, conheço o protocolo de pesquisa “O processo de inclusão das Pessoas com Deficiência no município de Carazinho” do Mestrando do programa de pós-graduação em Serviço Social da PUCRS Jocenir de Oliveira Silva, orientado pela(o) prof. Dra. Patrícia Krieger Grossi, e aprovo a coleta de dados nesta instituição após a aprovação do referido projeto pelos órgãos competentes (Comissão Científica e Comitê de Ética em Pesquisa).

Assinatura

carimbo

Apêndice D
Roteiro de Observação e Diário de campo

Apêndice D1 - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

1.Nome da Escola¹⁶:

2.Turma Observada:

3.Total de alunos:

4.Nº de Alunos com deficiência:

5.Duração da atividade: _____ 5.1Início: _____ 5.2Término: _____

6. Onde fica situada a escola [nome do bairro, tipo de bairro: se favela, se de classe média, se de classe média alta.

7. Existe tratamento diferenciado no controle dos alunos, quem controla? Como por exemplo, tratamento mais íntimo e afetivo com alguns, mais ríspido com outros, indiferente com alguns enquanto com outros o tratamento era mais caloroso ou mais ríspido? Em caso afirmativo, verifique e descreva quem é tratado diferente:

8.Como é o comportamento dos alunos enquanto circulam pelos corredores. Relate se há situações de conflitos, discriminação, bem como a formação de grupos.

¹⁶ Será utilizado nome fictício para preservar a identidade da instituição.

9. Como os alunos interagem, brincam uns com os outros, o que dizem uns para os outros, se xingam, se empurram, praticam esportes, ouvem música, andam em grupo, sozinhos, etc.? Como esta organizado o recreio (há horários diferenciados?

10. Existem “grupos ” na escola?, identificar o que os diferencia em relação aos demais (sexo, idade, forma de vestir, composição étnico-racial, atitude, participação dos deficientes, etc). O que fazem? Como se dá a interação destes com os demais alunos da escola? (há provocações, xingamentos?. Como se relacionam com os deficientes?_____

11. Perguntar aos funcionários como se dão as relações na escola. Especialmente como eles vêem a questão de conflitos no ambiente escolar com os alunos deficientes: Há brigas, xingamentos? Como são resolvidas estas situações?

12. Descreva as impressões que a escola causou e sua impressão sobre a questão da inclusão dos alunos com deficiência na escola. Relate sua sensação observando a segregação, integração ou inclusão na escola:

Apêndice D2 - ROTEIRO DO DIÁRIO DE CAMPO¹⁷

Escola: _____.

Região: _____ Turno da Observação: () matutino () vespertino ()
noturno

Data da Observação: ___/___/ 2008.

ANOTAÇÕES SOBRE A OBSERVAÇÃO

1. Impressões sobre a escola, descrevendo a sensação com relação a inclusão dos alunos com deficiência no local.

2. Descrever a sala de aula, e demais espaços da escola aonde realizou as observações. Há interação entre os alunos deficientes e seus colegas? Como a professora busca contemplar todos os alunos?

3. Descreva:

3.1 Tipos de serviços observados para contemplar as necessidades dos alunos.

¹⁷ Roteiro adaptado do projeto Vitimização e racismo nas Escolas, UNESCO.

3.2 Recursos sociais (áreas de lazer, atividades de integração, socialização para os alunos, atividades desenvolvidas no recreio).

4. Descreva as seguintes condições observadas:

4.1 Condições de socialização observadas na escola (participação dos alunos deficientes nas atividades propostas pela professora, alcance dos objetivos propostos pela atividade, como acontecem os trabalhos em grupo, quem são os primeiros alunos a serem integrados aos grupos, etc)

4.2 Condições físicas dos espaços (banheiros adequados para pessoas com deficiências, há rampas de acesso a todos os espaços escolares, existem classes adequadas para os alunos, etc)

5. Se observou (descreva):

5.1A presença de monitores nas salas de aula? O que estavam fazendo.

5.2 Caso tenha presenciado registre cenas discriminatórias, ou outras violências por parte de colegas, professores, pais, ou outro sujeito escolar aos alunos com deficiência. Como acontece?

8. Outros registros necessários:

ANEXOS

ANEXO A

Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do
Rio Grande do Sul PUCRS.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Ofício 299/08-CEP

Porto Alegre, 28 de março de 2008.

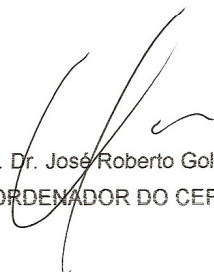
Senhor(a) Pesquisador(a):

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 08/04018, intitulado: **“Os impactos da educação inclusiva: uma análise da inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares do município de Carazinho”**.

Sua investigação está autorizada a partir da presente data.

Relatórios parciais e final da pesquisa devem ser entregues a este CEP.

Atenciosamente,


Prof. Dr. José Roberto Goldim
COORDENADOR DO CEP-PUCRS

Ilmo(a) Sr(a)
Profa Patricia Krieger Grossi
N/Universidade

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6690 – 3º andar – CEP: 90610-000
Sala 314 – Fone Fax: (51) 3320-3345
E-mail: cep@pucrs.br
www.pucrs.br/prppg/cep



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PESQUISA

Senhor(a) Pesquisador(a):

É dever do CEP acompanhar e zelar pela realização da pesquisa da forma como foi aprovada, solicitando relatórios aos pesquisadores. De acordo com o item VII.13.d., da Resolução CNS 196/96, tais relatórios deverão ser anuais (parciais ou finais, em função da duração da pesquisa). Nos trabalhos sobre "Fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos novos ou não registrados no país" (área temática especial número 03), os relatórios deverão ser semestrais (Resolução CNS 251/97, item V.1.c). Portanto, solicitamos a Vossa Senhoria encaminhar ao CEP, relatório de sua pesquisa conforme situação da pesquisa acima discriminada.

Título do Projeto:	
"Os impactos da educação inclusiva: uma análise da inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares do município de Carazinho"	
Pesquisador: Profa Patricia Krieger Grossi	
Aprovação : 28/03/2008	Aprovação CONEP: data:
Relatórios Entregues: 28/08/2008	
Relatório(s) do pesquisador responsável previsto(s) para:	
Data:	data:
Relatório 1: data:	Relatório 3: data:
Relatório 2: data:	Relatório 4: data:
Tipo de Pesquisa: SIM NÃO	
Residente: <input type="checkbox"/>	Projeto multicêntrico: <input type="checkbox"/> Fase: <input type="checkbox"/>
Doutorado: <input type="checkbox"/>	Nacional: <input type="checkbox"/> Mestrado: <input type="checkbox"/>
	Internacional: <input type="checkbox"/> Trabalho conclusão: <input type="checkbox"/>
1. Situação atual do projeto	2. Nº de pessoas pesquisadas:
Não iniciado <input type="checkbox"/>	Pessoas Previstas:
retirado data:	Pessoas incluídas:
Em execução: <input type="checkbox"/> Data início:	Pessoas em outras Instituições:
Data término:	3. Nº de participantes excluídos:
Interrompido temporariamente data:	4. Eventos adversos graves:
Encerrado data:	No centro: <input type="checkbox"/> em outros centros: <input type="checkbox"/>
5. Recursos financeiros necessários:	
Ainda não disponíveis <input type="checkbox"/>	Já disponíveis <input type="checkbox"/> Insuficientes <input type="checkbox"/>
6. Resultado total (local)	
7. Observações:	
8. Parecer CEP:	

Obs: Confira e atualize os dados acima, referentes ao seu Projeto de Pesquisa, e encaminhe nesta mesma folha para o CEP.

Ass. Pesquisador

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6690 - 3º andar - CEP: 90610-000
Fone/Fax: (51) 3320-3345
E-mail: cep@pucrs.br
www.pucrs.br/prppg/cep